

aligramacaligramacaligramac
ligramacaligramacaligramac
igramacaligramacaligramac
gramacaligramacaligramac
ramacaligramacaligramacaligr
amacaligramacaligramacaligra
macaligramacaligramacaligram
acaligramacaligramacaligramac
ligramacaligramacaligramacalig
amacaligramacaligramacaligram
igramacaligramacaligramacaligr
macaligramacaligramacaligramac
caligramacaligramacaligramacali

ISSN 0103-2178 (impressa)

ISSN 2238-3824 (eletrônica)

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

caligramma

revista de estudos românicos

V. 26 n. 1

Janeiro / Abril 2021

ramacaligramacaligramacaligr
amacaligramacaligramacaligra
gramacaligramacaligramacal
caligramacaligramacaligr
amacaligramacaligramacal
ligramacaligramacaligr
macaligramacaligramac
ligramacaligramacaligr
calig

CALIGRAMA

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

V. 26 - N. 1
Jan.-Abr. 2021

ISSN 0103-2178

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 26	n. 1	p. 1-192	jan-abr. 2021
-----------	----------------	-------	------	----------	---------------

COMISSÃO EDITORIAL

Aléxia Teles Duchowny
Anna Palma
Larissa Santos Ciríaco
Maria Juliana Gambogi Teixeira

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Chiarini (UFMG)	Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)
Célia Marques Telles (UFBA/CNPq)	Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)
César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)	Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)
Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)	Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)	Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)
Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)	Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)	Martine Kunz (UFC)
Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)	Mirta Groppi (USP)
Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)	Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)
Leonardo Francisco Soares (UFU)	Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)
Lilián Guerrero (UNAM)	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
Lineide do Lago S. Mosca (USP)	Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)
Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)	Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)
Lúcia Fulgêncio (UFMG)	Sara Rojo (UFMG/CNPq)
Magnólia Brasil (UFF)	Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)	Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/CNPq)
Márcia Arbex (UFMG/CNPq)	Sérgio Romanelli (UFSC)
Márcia Paraquett (UFBA)	Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)
Marcos Antônio Alexandre (UFMG)	Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)
Maria Antonieta A. de M.Cohen (UFMG/CNPq)	Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)

Secretaria: Stéphanie Paes

Projeto de capa: Philippe Enrico

Diagramação: Alda Lopes

Revisão: Fernanda Viana, Gabriela Vilela.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG :

Faculdade de Letras da UFMG

il. ; 22cm

Título anterior: Estudos Românicos, 1981-1985, n. 1-3.

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan/jun. 2010

Periodicidade quadrimestral, a partir do v. 23, n. 1, jan./abr. 2018

ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil
Sala 4003 - Fone: (31) 3409-6009
e-mail: periodicosfaleufmg@gmail.com

SUMÁRIO

LINGUÍSTICA

Do catalão ao espanhol: a tradução espanhola da obra de Isaac de Nínive do cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial

From Catalan to Spanish: the Spanish Translation of the Work of Isaac of Nineveh in codex a.II.13 of the Royal Library of the Monastery of San Lorenzo de El Escorial

César Nardelli Cambraia 7

A prova de língua portuguesa em concursos para docentes: um contrassenso?

Portuguese Language Exam in Teachers Contest: A Nonsense?

Ondina Maria da Silva Macedo

Eliane Marquez da Fonseca 27

Variação linguística na expressão do sujeito pronominal no espanhol de Cuba

Linguistic Variation in the Expression of the Pronominal Subject in Cuban Spanish

Thainá Santanna Felix

Leonardo Lennertz Marcotulio 45

Toponímia transplantada de origem italiana no Brasil: o caso do modificador “novo”

Transplanted Toponymy of Italian Origin in Brazil: the Case of the Modifier “novo” (“New”)

Maryelle Joelma Cordeiro

Lorenza Lourenço

Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha 69

L’analyse discursive du silence dans la littérature

The Discursive Analysis of Silence in Literature

Renata Aiala de Mello 95

LITERATURA

A poesia de *Tutameia*

The Poetry of Tutameia

Claudia Campos Soares

Maíra Pinheiro Tavares 113

Um catálogo americano: a coleção de Ramusio

An American Catalogue: Ramusio's Collection

Alfredo Cordiviola 129

Tempo revisto, tempo reescrito: as metaficções historiográficas

Revised Time, Rewritten Time: Historiographic Metafictions

Anne Greice Soares La Regina 145

Escrever a dor: Marguerite Duras e a escrita literária de si

Writing the Pain: Marguerite Duras and the Literary Self-Writing

Cláudia Tavares Alves 163

ENTREVISTA

“Do Oiapoque ao Chuí só dá Vanderci”: tecendo ensinamentos e compartilhando saberes

All We See from Oiapoque to Chuí Is Vanderci: Promoting Learning and Sharing Knowledge

Clézio Roberto Gonçalves

Valter Pereira Romano 179

LINGÜÍSTICA



Do catalão ao espanhol: a tradução espanhola da obra de Isaac de Nínive do cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial

From Catalan to Spanish: the Spanish Translation of the Work of Isaac of Nineveh in codex a.II.13 of the Royal Library of the Monastery of San Lorenzo de El Escorial

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
nardelli@ufmg.br

<http://orcid.org/0000-0002-2403-3021>

Resumo: No presente estudo, analisou-se a tradução espanhola de um excerto da obra de Isaac de Nínive presente no cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial. A análise evidenciou que essa tradução teria sido feita a partir de uma tradução catalã compatível com a que está preservada no cód. 5-3-42 da Biblioteca Capitular Colombina de Sevilha. As evidências demonstraram que a tradução espanhola em questão não foi feita da tradução latina e também que o modelo para ela não teria sido especificamente cód. 5-3-42, sendo ainda possível que a tradução espanhola seja uma cópia. Considerando essa tradução, pode-se dizer que existem quatro traduções espanholas medievais diferentes da obra de Isaac de Nínive.

Palavras-chave: crítica textual; Isaac de Nínive; tradução; língua espanhola; língua catalã.

Abstract: In the present study, the Spanish translation of an excerpt from the work of Isaac de Nínive in cod. a.II.13 of the Royal Library of the Monastery of San Lorenzo de El Escorial. The analysis showed that this translation was made from a Catalan translation compatible with the one preserved in cod. 5-3-42 of the Colombian Capitular Library of Seville. The evidence has shown that the Spanish translation wasn't made from the Latin translation and also that its model wasn't specifically cod. 5-3-42, being it also possible that the Spanish translation is a copy. Considering this translation, one can say that there are four different medieval Spanish translations of the work of Isaac de Nineveh.

Keywords: textual criticism; Isaac of Nineveh; translation; Spanish language; Catalan language.

Introdução

A obra de Isaac de Nínive teve notável difusão desde sua composição em siríaco no século VIII. Foi traduzida para diversas línguas, merecendo especial atenção sua tradição medieval no mundo latino-românico. Nesse universo, o processo de transmissão foi bastante complexo, envolvendo traduções diretas do latim para alguma língua românica, ou de uma língua românica para outra, ou até mesmo de uma língua românica para outra mas com interferências do texto latino. Desvendar os caminhos percorridos pela obra de Isaac de Nínive no domínio latino-românico tem se mostrado uma tarefa árdua, dada a grande complexidade do processo.

No presente trabalho, analisa-se a tradução espanhola de um excerto da obra de Isaac de Nínive presente no cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial.

1 Isaac de Nínive: autor e obra

Isaac de Nínive é natural de Bet Qatraye (no atual Catar) e, em 676 d.C., tornou-se bispo de Nínive no mosteiro de Bet 'Abe (no norte de atual Iraque) por ordenação de Jorge, o Católico. Após cinco meses, renunciou ao cargo e partiu para a montanha de Matut, na região de Bet Huzaye (na atual província do Cuzistão no Irã) onde viveu como anacoreta. Mais tarde, mudou-se para o mosteiro de Rabban Shabur (também no atual Irã, talvez próximo a Shushtar), lugar em que aprofundou seus conhecimentos das Sagradas Escrituras. Por volta de 700 d.C., morreu, cego e com idade avançada, tendo sido sepultado no referido mosteiro (BROCK, 2000).

Segundo Chialà (2002, p. 66-83), pertencem às obras genuínas de Isaac cinco conjuntos de textos, tradicionalmente nomeados de *partes*. A Primeira Parte, em que se insere o trecho do presente estudo,¹ foi escrita em siríaco. Em fins do século VIII ou princípios do século IX, foi traduzida para o grego por dois monges, Patrikios e Abramios,

¹ Na verdade, o trecho em questão constitui texto de autoria de João de Dalyata, também conhecido como João Saba (WENSINCK, 1923, p. XIV): trata-se de sua Epístola 18 (HANSBURY, 2006, p. 88-97). Esse texto circulou junto da obra de Isaac de Nínive desde a tradição em siríaco e acabou sendo considerado como parte dela (CAMBRAIA, 2018, p. 116; MILLER, 1984, p. XCI).

do mosteiro de Mar Sabbas, próximo de Jerusalém. Por volta de fins do século XIII, traduziu-se a obra para o latim: Chialà (2002, p. 295) propôs o século XIII como *terminus ante quem* para a tradução latina, pois os manuscritos mais antigos seriam do século XIII e as citações mais antigas em latim do texto de Isaac conhecidas estão no *Tractatus Pauperis*, concluído em 1270, de John Pecham (1230-1292).

Até recentemente, costumava-se pressupor que o caminho percorrido pela obra de Isaac de Nínive no universo latino-românico teria sido simplesmente tradução direta do latim para diferentes línguas românicas: tal é o que se deduz, por exemplo, da genealogia das traduções representada graficamente por Brock (1986, p. 9), que deriva, da tradução latina, as traduções portuguesa, espanhola (de 1489), francesa e italiana (de 1500). Em trabalho posterior, Brock (2000, p. 484) modifica o registro das traduções românicas, mas mantém a interpretação de que derivam da tradução latina as traduções portuguesa, catalã, espanhola, francesa e italiana. Estudos mais recentes têm demonstrado que se trata de um processo de transmissão complexo, sendo algumas traduções românicas derivadas efetivamente do latim, mas outras derivadas de tradução já em língua românica (CAMBRAIA, 2017; CAMBRAIA; AVELLAR, 2017).

2 O cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial²

2.1 Breve descrição

Uma descrição moderna do cód. a.II.13 foi apresentada por Zarco Cuevas, que se reproduz a seguir:

Sig. ant.: *iii. M. 4 y iii. A. 19*. 93 hs. de papel ceptí, foliadas a tinta con numeración arábiga. A dos cols., de letras del siglo XV. El fol. 62 repetido. El 9 en blanco. Caja total: 310 × 245 mm. La capital, roja. Le faltan las iniciales. Epígrafes, rojos. Filigranas: una f (?) gótica, fols. 7-10, y unos anteojos, fols. 80-85. ¿Pertenece a Isabel *la Católica*? Clemencín: *Memorias*, catálogo

² O autor agradece ao Sr. José Luis del Valle Merino, da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial, pela cortesia do envio da reprodução digital de parte do cód. a.II.13 em setembro de 2020.

I, núm. 32. Encuadernación de esta biblioteca. Cortes dorados. Corte: «13. E. S. Bernardo. 19».³

1. – Aquj comiença el libro de doctrina el que enbio Sant bernardo a vna monja que llaman hermana.

Muy cara hermana en Jhesu christo luengo tiempo ha... soberana sennoria por todos los ynfinidos siglos amen. (fols. 1 a-91 a).

Es traducción fiel del tratado *Liber de modo bene vivendi ad sororem*, atribuído a San Bernardo.

2. – Aquesta Regla es sacada del libro del abad ysach.

[A]questa es Regla e ordenamiento... por todos los siglos de los siglos amen. (fols. 91 a-92 c). (ZARCO CUEVAS, 1924, t. I, p. 4, grifos do autor).

Uma informação complementar fornecida pelo Catálogo em linha da Real Biblioteca é o fato de que o códice foi copiado por vários punhos.⁴

A associação desse códice com Isabel, a Católica (1451–1504), foi feita por Zarco Cuevas (1924, t. I, p. 4), tomando como referência o inventário dos livros da rainha do ano de 1503, publicado originalmente por Clemencín (1821). Nesse inventário, consta o seguinte item: “32. Otro libro de pliego entero é mano en romance que hizo San Bernaldo á una monja, que se dice la *Doctrina de S. Bernaldo*: las coberturas de cuero blanco” (CLEMENCÍN, 1821, p. 440).⁵ Para esse item, Clemencín (1821, p. 440) apresenta como comentário: “Es aparentemente el opúsculo intitulado *Liber de modo bene vivendi ad sororem*, que el Padre Mabillon puso entre las obras dudosas de San Bernardo en el II tomo de su edición,

³ “Cota antiga: *iii. M. 4 e iii. A. 19*. 93 ff. de papel ceutense, foliados a tinta com numeração arábica. Em duas cols., com letras do século XV. O f. 62 repetido. O f. 9 em branco. Mancha total: 310 × 245 mm. A capital, vermelha. Faltam-lhe as iniciais. Epígrafes, vermelho. Filigranas: um f (?) gótico, ff. 7-10, e alguns óculos, ff. 80-85. Pertenceu à Isabel, a Católica? Clemencín: *Memórias*, catálogo I, núm. 32. Encadernação desta biblioteca. Cortes dourados. Corte: «13. E. S. Bernardo. 19» (ZARCO CUEVAS, 1924, t. I, p. 4, tradução nossa).

⁴ Disponível em: <https://rbmecat.patrimonionacional.es/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=9>. Acesso em: 15 out. 2020

⁵ “32. Outro livro de fôlio inteiro à mão em romance que São Bernardo fez a uma freira, que se chama *Doutrina de S. Bernardo*: as capas de couro branco” (CLEMENCÍN, 1821, p. 440, tradução nossa).

col. 833. Fr. Gabriel de Castellanos publico una traducción del mismo libro en Valladolid el año 1602”.⁶

Como informa Clemencín (1821, p. 431-435), Isabel, a Católica, teria herdado de seu pai, João II de Castela (1405-1454), a prática de colecionar livros. Ela deixou seus livros para a capela real que fundou em Granada. Em 1591, Felipe II de Espanha (1527-1598) ordenou que fossem transferidos os livros da capela real de Granada para o Mosteiro de São Lorenzo do Escorial, construído entre 1563 e 1584.

Zarco Cuevas (1929, t. III, p. 479) também reproduziu em seu catálogo o referido inventário de livros de Isabel, a Católica, de 1503, colocando, ao final do registro do já citado item 32, referência ao cód. a.II.13 seguida de interrogação para denotar dúvida.

Também em seu catálogo, Zarco Cuevas (1929, t. III, p. 475) apresenta um inventário de livros referentes ao Escorial: “Inventario de libros que fueron entregados para su custodia a los diputados del Monasterio de San Lorenzo el Real por Hernando de Bribiesca, guarda-joyas de Su Magestad, 30 de abril de 1576”. Nesse catálogo consta, na seção de “Lengua castellana. Sagrada escritura, de mano, en folio”, o seguinte item: “29. – Doctrina de sanct Bernardo para religiosos, en papel muy antiguo” (ZARCO CUEVAS, 1929, t. III, p. 475). Após esse item, Zarco Cuevas (1929, t. III, p. 475) novamente apresenta referência ao cód. a.II.13 seguida de interrogação para denotar dúvida. Caso o códice desse segundo inventário fosse efetivamente o cód. a.II.13, então esse códice teria entrado para a Real Biblioteca em 1576, antes, portanto, da data de 1591 que Clemencín (1821) informa ter sido a de traslado dos livros da capela real de Granada para o Mosteiro de São Lorenzo do Escorial.

Na base Phibiblon, Faulhaber (BETA, texid 4597) aventa a hipótese de que a tradução espanhola da obra de Isaac de Nínive presente no cód. a.II.13 se baseie na tradução realizada por Bernardo Boil, preservada no cód. II/795, Biblioteca do Palácio Real (Madri), de 1484, e impressa de 1489, em Zaragoza (BARAUT, 1962, p. 178).

⁶ “É aparentemente o opúsculo intitulado *Liber de modo bene vivendi ad sororem*, que o Padre Mabillon colocou entre as obras duvidosas de São Bernardo no 2º tomo de sua edição, col. 833. Fr. Gabriel de Castellanos publicou uma tradução do mesmo livro em Valladolid no ano de 1602” (CLEMENCÍN, 1821, p. 440, tradução nossa).

2.2 Edição

Uma análise preliminar demonstrou que a tradução espanhola do cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial tem afinidade com a tradução catalã do cód. 5-3-42 da Biblioteca Capitular Colombina de Sevilha (ff. 1r-185r).⁷ Para levar adiante essa análise, apresenta-se uma edição do texto da tradução espanhola do cód. a.II.13, acompanhada da edição⁸ da tradução catalã do cód. 5-3-42 e também ainda da edição da tradução latina presente no impresso de 1497 de Barcelona, que é um dos registros latinos mais próximos da tradução catalã. Em função de falhas no texto dessa tradução latina, eventualmente se fizeram intervenções, devidamente assinaladas, tomando como referência a versão latina presente no cód. 659 da Biblioteca Mazzarina de Paris.

Nas edições abaixo, desenvolveram-se as abreviaturas, inseriram-se separação vocabular, pontuação e acentuação modernas, regularizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas, suprimiu-se eventual caldeirão, regularizou-se o uso de letras ramistas,⁹ regularizou-se o uso de *c* e *ç*. No texto latino, acrescentou-se numeração por itens, para facilitar a referência. No texto espanhol, adotou-se o uso de maiúsculas (raras no manuscrito), segundo geralmente o texto catalão.

⁷ Descrição codicológica sumária segundo dados do catálogo em linha da Biblioteca Colombina, com adaptações aqui: 250 ff.; papel e pergaminho; 142×108 mm; coluna única; 21 linhas; em catalão (ff. 1-190v) e espanhol, (190v-250v); letra gótica híbrida; iniciais simples, alternando em tinta vermelha e azul; caldeirões no f. 1r, alternando em tinta vermelha e azul e, no resto do códice, em tinta vermelha; 13 cadernos de 20 ff.; reclusas horizontais na margem inferior direita do verso do último fôlio dos cadernos; restos de furos de guia para as linhas de justificação, nas margens superior e inferior, e para as linhas diretoras na margem exterior; pautado por ponta de chumbo e mancha de 93×74 mm; fôlios centrais e exterior dos cadernos em pergaminho; foliação moderna a lápis em algarismo arábico; selo de pertencimento à Colombina; no f. 1r número de registro “9521” e no *Abeceдарium B* aparece registrado como “12557” (*Registrum B*).

⁸ Uma primeira transcrição desse trecho foi apresentada por Cambraia e Cunha (2008, p. 153-156). A presente edição a toma como referência, mas com realização de correções e adaptações.

⁹ No cód. a.II.13, o *j* e o *y* têm forma semelhante, não ficando claro de qual se trata quando existe a possibilidade de nexa com a letra precedente. Transcreveram-se, portanto, como *y* apenas os casos em que essa forma é evidente.

Barcelona, 1497 Biblioteca da Catalunha [ff. 145r-151r]	Cód. 5-3-42 Biblioteca Capitular Colombina [ff. 181r-185r]	Cód. a.II.13 Biblioteca Real do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial [ff. 91r-92v]
Sermo de honestate et compositione conversationis religiosi	Sermo de la honestat e dels coportaments del monge¹⁰	Aquesta regla es sacada del libro del abad Ysaach
1. Hic est ordo sobrius et Deo amabilis.	Açò és regla e ordonament atemprat e amasurat qui plau a Déu.	Aquesta ¹¹ es regla e ordenamiento tenprado e amesurado que plaze a Dios.
2. Non respicere oculis hinc et inde, sed semper ante se.	Ço és: no esguardar de decà ne dellà, mes tot ora denant si matex. ¹²	Es a saber: non otheat ¹³ de acá e nin de allà, mas toda via delante sy mesmo.
3. Non ociosa verba loqui, sed tantum necessaria.	No parlar paraules ocioses, mas solament ceyles qui són necessàries.	Non fablar palabras ociosas, mas solamente aquellas que son nescesarias.
4. Indumentis vilibus contemptum esse ad necessitatem corporis. ¹⁴	E ser volenterós a aver vills vestidures solament per la necessitat del cors.	E aver voluntas de traer viles vestiduras solamente por la nescesydad del cuerpo.
5. Et sic cibis ad sustentationem corporis uti,	E axí matex vulla pendre les viandes solament per sosteniment del cors.	Asy mesmo quieras tomar las viandas solamente por sostenimiento del cuerpo.
non castrimargie servire,	E no vulla seguir lo delit e l plaher de la gola.	E non quieras seguir el delecto e el plazer de la gula.
et participare parum de omnibus,	E vulla poch pendre de cascuna vianda.	E quiera tomar poco de cada una vianda.
et etiam hec reprobare et hec eligere, ut impleat ex ipsis ventrem suum.	E no vulla elegir aquella cosa e lexar l'altra per mills complir ton ventre.	E non quiera elegir la una cosa e tomar la otra por mejor complir su vientre.
6. Maior est enim omni virtute discrecio.	Discreció certes major és que totes virtuts.	Discreción ciertamente es mayor que todas ¹⁵ virtudes.
7. Vinum, preter infirmitatem aut debilitatem, non sumere.	No beure vi, sino per flaquea, o per necessitat, o per malaltia.	Non beber vino, synon por flaqueza, o por nescesydad, o por enfermedad.
8. Non precindas verbum loquentis, et sicut indoctus non respondeas,	No vulles trencar la paraula a aquell qui parla, ne respones axí com a foyll e dessenat.	Non quieras ronper las palabras a aquell que fabla, nin respondas asy commo a loco e syn seso.
sed sicut prudens tacitus esto.	Mes com a savi ¹⁶ calla e està.	Mas commo sábio calla e està.

¹⁰ Ms: Na margem consta “Capítol XLII” e “[?] [?] monge tot lo capítol”.

¹¹ Ms: Sem a letra capitular, mas com um *a* como letra de espera.

¹² Ms: *mtex*.

¹³ Ms.: Há um *titulus* sobre o *e*.

¹⁴ Impr.: Omite a frase inteira.

¹⁵ Ms: Precedido de *j* cancelado.

¹⁶ Ms: *sauja*.

9. Ubi cumque inventus fueris, minorem te ipsum existima et servum fratrum tuorum. En tot lloch¹⁷ on¹⁸ sies, pensa que tu est lo menor de tots e sies servidor de tots tos frares. En todo lugar donde seas, piensa que tu eres el menor de todos. Seas servidor de todos tus hermanos.
10. Ne denudes coram ali-quo aliquid membrorum tuorum, nec appropries corpori alicujus preter necessitatis causam, nec corpori tuo permittas aliquem appropinquare, nisi, ut dixi, ex causa rationali. No vulles descobrir tos membres ne ta carn davant los altres. Non quieras descubrir tus miembros nin catar delante los otros. E no't acosts masa a negú, si donchs no era per necessitat. E non te acuestes muncho a ninguno, sy non sea por nescesydad.
11. Declina a fiducia sicut a morte. Guarde't que no pos ta esperança en negú. Guárdate que non pongas tu esperança en ninguno.
12. Posside sobrium ordinem sompni, ut non elongetur a te virtus que te custodit. Vulles pendre ton dormir amesuradament, per ço que la virtut qui't guarde no's luyñ de tu. Quieras tomar tu dormir amesuradamente, por que la virtud que te guarda non se arredre o aluengue¹⁹ de ty.
13. Quocumque loco dormieris, si possibile est, nullus te videat. Si fer se pot, negú no veja lo loch hon dormiràs. Sy faser se puede, ninguno non vea el lugar donde duermes.
14. Sputum coram aliquo non proicias. No vulles escopir denant de negú. Non quieras escopir delante ninguno.
15. Si venerit tibi tussis sedenti ad mensam, verte faciem tuam retro et sic tussias. Si't ve tos allà hon siuràs a la taulla, gire't de l'altra part, ans que tuses. Sy te viene tos allà do seràs a la tabla, buélvete de la otra parte, antes que tosiàs.
16. Cum sobrietate comede et bibe, sicut decet filios Dei. Guarde't que prens ton beure e com mejar amesuradament, axí com se pertany dels fills de Déu. Guarda que tomes tu comer e tu beber amesuradamente, asy commo se pertenesce a los fijos de Dios.
17. Ne extendas manum tuam, ut accipias a conspectu proximi quid inerecunde vel presumtuose. No estenas denant altre la tua mà, per pendre alcuna cosa ab presumció e sens vergonya. Non estiendas delante de otro la tu mano, para tomar alguna cosa con pusycción e syn verguenza.
18. Si autem sederit tecum extraneus, annue ei semel et bis ut comedat, et ordinate pone mensam, nisi turbulente;²⁰ et ordinate sedeas et honeste, non denudans quid membrorum tuorum. Si algun estrany seu ab tu, covida-l una veguada o més que menuch, e posa la taula ordonadament, e no ab torbació; e vulles seer ordonadament e honesta, e no descobres tos membres. Sy algunnt estranno es en tu compannia, conbidale una vegada o más que coma, e ponle la tabla ordenadamente, e non con²¹ turbación; e caeras ser ordenadamente e honesta, e non descubras tus miembros.
19. Cum oscitas, operi os tuum, ne videaris; retinens enim aspirationes transient.²² Quant badaylaràs, cobri la tua boca que non o vegen; e, si't retens bé, passaran a tu les espiraciós. Quanto becareses, cubre tu boca que non lo vean; e, sy retienes bien, pasarán e tirar se an de ty las espiraciones.

¹⁷ Ms: *lloh*.

¹⁸ Ms: *hon*.

¹⁹ Ms: Entre o o e o a há uma letra não identificada cancelada.

²⁰ Impr.: omite *et ordinate ... turbulente*.

²¹ Ms: Precedido de *conb* cancelado.

²² Impr.: *transiens*.

- | | | |
|---|---|---|
| 20. Si intraveris cellam preceptoris tui aut amici vel discipuli, cave ne videas aliquid ibi; si vero coactus non fueris, hoc non facias, quia qui in hiis assiduus est alienus est monastici habitus et Christi, qui hunc donavit. | Si entres en la cetla de ton major o de ton frare o de ton dexeble, no vules escrutar ne guardar res que y sia, si donchs no-t cové per força, car ²³ ceyll qui a asò és acostumat de fer és cotrari a la doctrina e l'àbit, ço és, si tu has àbit e forma de sancta vida és obs que faces les obres de Jhesu Christ, qui ha aquell donat. | Sy entras en la celda de tu mayor o de tu hermano o de tu deciplo, non quieras escrodinnar nin otear ninguna cosa que y sea, sy non te conviene por fuerça, ca aquel que esto es acostunbrado de fazer es contrario a la doctrina e a licito, es a saber, sy tu has hábito e forma de santa vida es menester que fagas las obras de Jhesu Christo, que ha ²⁴ aquel dado. |
| 21. Ne respicias loca in quibus abscondita sunt vasa celle amici tui. | No vullés guardar là hon són los vexells o les coses de la cetla de ton frare o de ton amich. | Non quieras otear allá donde son los baxiellos u las cosas de la cella de tu hermano o de tu amigo. |
| 22. Cum tranquillitate aperi ostium et claude similiter proximi tui. Et non subito ad aliquem introeas. Sed, pulsans exterius et permissus, ingredere. | Ab gran suauea tanque ²⁵ e obre la porta de ton frare, e no vullés entrar soptosament sobre negú, mes tocha de fora e puyt entra, quant te será otorgat. | Con grand sabencia cierra ²⁶ e abre la puerta de tu hermano que non quieras entrar subitamente sobre ninguno, mas toca ²⁷ de fuera e después entra, quando te será otorgado. |
| 23. Ne sis velox in gressu tuo preter causam necessariam te compellentem. | No vullés ésser cuytós en ton anar, si donchs no era per cosa forçada o necessària. | Non quieras ser apresurado en tu andar, sy non fuere por cosa forçada o necesaria. |
| 24. Esto omnibus obediens in omni opere, preter avaris aut amatoribus possessionum vel secularibus: hos non sequaris, ut non fiat opus diabolicum. | Sies obedient a tots en totes coses, salvant als avars e als cobeus e als amadors de les possessions daquest món e als seglars: aquests per ²⁸ res no vullés seguir, per ço que no faces obres del dimoni. | Seas obidiente a todos en todas cosas, synon a los avariciosos e a los amadores de las pasyones e a los cobdiciosos deste ²⁹ mundo e a los seglars: aquestes ³⁰ por ninguna cosa non quieras ³¹ seguir, por que non fagas obras ³² del demonio. |

²³ Ms: O item *car* começa com letra minúscula, mas está precedido de um caldeirão: seguindo o texto latino, considerou-se que não inicia novo período.

²⁴ Ms: Omite.

²⁵ Ms: Omite.

²⁶ Ms: Precedido de *syera* cancelado.

²⁷ Ms: *tota*.

²⁸ Ms: *p*, sem corte na cauda.

²⁹ Ms: *des[te]*.

³⁰ Ms: *aques[tes]*.

³¹ Ms: *non quje[ras]*. Na margem interior consta *quieras segujr*, por outro punho. No início do fôlio seguinte, a partir do qual o registro passa a ser feito por outro punho, consta *non quierras*.

³² Ms: Seguido de *malas* cancelado.

25. Mansuete cum omnibus tracta, et cum sobrietate vel honestate omnes aspice, et non impleas oculos tuos aspectu alicujus rei. Suaument e amesurada fe totes tes faenas ab los altres, e honestament esguarda totes les persones, e³³ no vulles sadoyllar tos huyls per plaher de veher e guardar alcuna cosa. Suavemente e mesurrada faz todas tus faziendas con los otros, e onestamente othea a todas las personas, e non quieras fatar tus ojos por plazer de veer et de otear alguna cosa.
26. Ambulans in via, ne prevenias majorem tuum. Si autem tardaverit socius tuus, parum progrediens expecta eum. Quant yràs per ta via, no vulles³⁴ anar primer de ton major; e, si ton campanyo se tarda, ve hun poch avant e espera-lo. Quando yràs por tu via, non quierras andar primero de tu mayor. Et, sy tu conpannero se tarda, ve un poco adelante. Et espéralo.
27. Qui enim sic non facit insipiens est. Quando loquitur socius tuus obviantibus, expecta eum.
28. Sanus dicat infirmanti: “Ante tempus faciamus necessitatem”. Ceyl qui és sa digua a aquell qui és malalt: “Façam³⁵ qui ns és de necessari ans d’ora acostumada”. Aquel que es sanno diga a aquel que es enfermno: “Fagamos lo que nos es³⁶ de necesidat antes de ora acostunbrada”.
29. Ne arguas aliquem in aliquo delicto, sed te ipsum in omnibus extima culpabilem et delicti esse causam. No vulles jutgar los altres ne rependre en negunt peccat, mes³⁷ pensa que tu est colpable en totes coses e est ocasió als altres de lurs peccats. Non quieras judgar ni reprehender los otros en ningunt pecado, mas piensa que tu eres culpable en todas cosas e³⁸ erress ocasió a los otros de sus peccados.
30. Omne opus vile cum omni humilitate facere non recuses. FFe tota obra vill e meyspreada volenters ab tota humilitat. Faz toda obra vil menospreciada de buena voluntad con toda omildat.
31. Si coactus fueris ridere, non appareant dentes tui. E, si est forçat de riure, no descobres les tues dens. Et si eres forçado
32. Compulsus loqui cum muliere, verte faciem tuam a visione ejus et sic cum ea loquere. Quant seràs forçat de parlar ab fenbres, gira tos huyls que no las³⁹ quarts e axí tu parla ab eylles.⁴⁰ de fablar con mugeres, buelve tus ojos que non las otees e así tu fabla con ellas.

³³ Ms: A nota tironiana que representa a conjunção e apresenta dimensão de minúscula, mas está precedida de um caldeirão: seguindo o texto latino, considerou-se que não inicia novo período.

³⁴ Ms: *vuells*.

³⁵ Ms: Sobre o *m* há um sinal abreviativo não decodificado.

³⁶ Ms: Omite.

³⁷ Ms: Precedido de *e* cancelado.

³⁸ Ms: Omite.

³⁹ Ms: *la*.

⁴⁰ Ms: *eyla*.

33. A monialibus fuge sicut ab igne et laqueo diaboli, et habes totaliter oblivionem earum et colloquationem et visitationem, ut non colorent cor tuum sordibus viciorum, quamvis sint sorores tue secundum carnem. E fuyg a les monges e a les religioses axí com a foch e a laz del dimoni e de tot en tot oblida eylles e lur parlament e lur visió, per ço que no enformen e⁴¹ encenen lo teu cor de legeses de peccat, si bé te són tes germanes segons la carn. Et fuye a las mojas e a las religiosas asy commo a fuego e a lazo del diablo e de todo en todo olvida a ellas e a su fablamiento e⁴² visión, por que non enformen et encienda el tu corraçón de suziurras de pecados, sy bien son tus hermanas segunt la carne.
34. Sicut ab extraneis, te custodi a fiducia juvenum, et loquationem eorum fuge, sicut amicitiam diaboli. Axí com de les gents estranyes,⁴³ te guarda de la confiança dels jovens, e fuyg a lurs parlaments, axí com a la amistat del dimoni. Asy como de las gentes estranas, te guarda de la confiança de⁴⁴ jóvenes o moças. Et fuye a sus fablamientos, asy commo a la amistança del demonio.
35. Unum habe colloquorem et conscium secretorum tuorum timentem Deum, et semet ipsum custodientem; pauperem quidem existentem in tabernaculo suo, divitem vero in misteriis Dei. Ages solament hun conseyller qui sàpia tos secretes, e sia tement Déu, e sàpia guardar si matex; e estia pobre en si e en son tabernacle de les coses temporals e rich en los ministeris e en les obres divinals. Ayas solamente un consejero que sepas tus secretos. Et aya temmor de Dios. Et sepa guardar a sy mesmo. Et esté pobre en sy et en su tabernáculo o cella de las cosas temporales et rico en los misterios et en las obras divinales.
36. Ab omnibus absconde misteria tua et tuas operationes et prelia. Amagua a tots tots los teus misteris e les tues obres e les tues bataylles. Et sancto de todos los tus misterios et las tus obras et las tus batallas.
37. Ne sedeas coram aliquo sine habitu tuo, preter necessitatem. No vulles estar denant negun sens ton àbit, si donchs no era per necessitat. Non quieras estar delante ninguno syn tu⁴⁵ hábito, si non erra por nescesidat,
38. Cum sobrietate ad necessariam curam egredere, sicut verecundans a custodiende angelo, et cum timore Dei perfice. Ve atempradament en les obres de les necessitats tues, axí⁴⁶ que ages vergonya⁴⁷ del àngel qui és ta guarda e complex aquells ab temor. des asy que ayades verguença del àngel que es tu⁴⁸ guarda e cuple⁴⁹ aquellas con temmor.
39. Melius est enim tibi comedere venenum mortiferum quam cum muliere comedere, quamvis sit mulier vel soror tua. Millor cosa seria a tu que menjases mortal verí que si mejaves ab fembra, si bé ses ta fembra, ço és, que sia estada ta muller o encara si era ta germana. Mejor cosa seria a ty que bebiste⁵⁰ mortal venino⁵¹ que sy⁵² comias con muger, sy bie es tu hermana.

⁴¹ Ms: Pouco legível na cópia consultada.

⁴² Ms: Omite.

⁴³ Ms: *estranjes*.

⁴⁴ Ms: Omite.

⁴⁵ Ms: *ty*.

⁴⁶ Ms: O item *axí* começa com letra minúscula, mas está precedido de um caldeirão: seguindo o texto latino, considerou-se que não inicia novo período.

⁴⁷ Ms: *vergonja*.

⁴⁸ Ms: Precedido de um *j* cancelado.

⁴⁹ Ms: *cunlle*.

⁵⁰ Ms: *venjste*.

⁵¹ Ms: *venigne*, não estando claro se o *g* está apenas borrado ou se foi efetivamente cancelado pelo copista.

⁵² Ms: *asy*

40. Melius est habitare cum drachone, quam dormire cum aliquo et cooperiri cum eo, quamvis sit tibi frater secundum carnem. Millor cosa és a hom habitar ab hun dragó que no és dormir ab altre e que hom se cobra ab eyll, si bé era ton germà segons carn. Mejor cosa es a ome abitar con un dragón⁵³ que non es dormir con otro e que omne se cobra con el, sy bie era⁵⁴ tu hermano segunt la carne.
41. Si dixerit tibi ambulanti in itinere quis major te: “Veni, psallamus”, noli esse inobediens ei. Si autem non dixerit, lingua quidem tace, corde vero Deum glorifica. Si algú en lo camí que sia major de tu te diu: “Vine, e orem”, no li sies desobedient; e, si no t’o diu, calla ab la lengua e preguia e glorifica Déu ab lo cor. Sy alguno en el camino que sea mayor que tu te dize: “Ven, et orremos”, non le seas desobediente;⁵⁵ e, sy non te lo dize, calla la lengua e ora et glorifica a Dios con el corraçón.
42. Ne resistas alicui pro aliquo, nec certes, nec mentiaris, nec iures per nomen Dei tui. Guarde-t que no contenes ab negun per ninguna cosa, ne sies baraylós, ne digues monsonégues, ne vulles jurar per lo nom de Déu. Et guárdrate que non contiendas con ningunno por ninguna cosa. Non seas barrajoso, nin digas burlas, nin quierras jurrar por el nonbre de Dios.
43. Despice te ipsum et alios non despicias; injuriam sustine, et alii injuriam ne irrogas. Meypresa⁵⁶ tu matex, e no vules meypresar los altres; e soffir ontas e injúries, e no vullas fer ne percassar als altres. Menosprecia a ty mismo, et non quierras menospreciar a los otros; et sufre ofensas et enjurrias, et non las quierras fazer a los otros.
44. Melius est corporalia corrumpi cum corpore quam dampnificare quid anime. Millor⁵⁷ cosa és que hom corompa las cosas temporals ab lo cors que per alguna cosa donar dampnatge a sa ànima. Mejor cosa es que omne corronpa las cosas tenporrales con el cuerpo que por alguna cosa fazer dampno⁵⁸ a su alma.
45. In iudicio cum aliquo ne introcas, sed sustine condempnatus incondempna-bilis existens. No vullas entrar en juí ab negú, e ames⁵⁹ més sofferir que sies condempnat de ço que no tens tort ne has colpa. Non quierras entrar en juyzio con nignunno, et ames más sofrir que seas condepnado de lo que non tyenes tuerto ni as colpa.
46. Ne diligas anime tue quid secularare, sed subditus esto ducibus et principibus et a conjuntione⁶⁰ eorum abstine te ipsum. No requires ne vullas res seglar a la tua ànima recaptar ne ajustar, mes sies sotsmès als duchs⁶¹ e als prínceps, e guarde-t que no-t acosts ne t-ajusts a ells. Non quierras nigura cosa seglar a la tu alma recabdir nin ayuntar, mas seas sostenido a los⁶² duques et a los príncipes, e guárdate que non te acuestes nin te ayuntes a ellos.

⁵³ Ms: Precedido por uma letra não identificada cancelada.

⁵⁴ Ms: *ora*.

⁵⁵ Ms: Precedido de um *j* cancelado.

⁵⁶ Ms: O item *Meypresa* começa com letra minúscula no manuscrito, mas está precedido de um caldeirão: seguindo o texto latino, considerou-se que inicia novo período.

⁵⁷ Ms: O item *Millor* começa com letra minúscula no manuscrito, mas está precedido de um caldeirão: seguindo o texto latino, considerou-se que inicia novo período.

⁵⁸ Ms: Uma leitura alternativa seria *dapnno*.

⁵⁹ Ms: *ans*, com *n* borrado.

⁶⁰ Impr.: *cōiunutiõe*.

⁶¹ Ms: *duch*.

⁶² Ms: *lo*.

47. Ipsa namque illaqueacio est illaqueans negligentes in perditione.⁶³ Car certes aquell enflamament enlaça los pus negligents a perdicíó. Ca cierta aquel eflamamiento enlaza los más⁶⁴ negligentes a perdicíó.
48. O gulose, qui propriam queris curare gulam, melius est tibi mittere in ventrem tuum carbones ignis quam frixaturas ducum et principum. O tu, golós, qui vols pensar e sadoylar ta própria gola, millor cosa seria a tu que meteses brasas de foch en lo teu ventre que com hi mets les frigidures, ço és, les dolces viandes dels duchs e dels prínceps. O tu, glorriosa, que quieres fartar tu própria glorriosa, mejor cosa seria a ty que metyeses brasas de fuego en el tu vientre que quando metes las dulces viandas de los duques et de los príncipes.
49. Superfunde tibi super omne oleum oleum⁶⁵ mirre et esto observans te ab omnibus. Descampa sobre tu matex en totes coses oli de mirra, ço és, que restrengues e guarts tu matex de totes coses. Derrama sobre ty mesmmo en todas cosas olio o azeite de mirra, es a saber, que restrengas e guardes⁶⁶ a ty mesmmo de todas cosas.
50. A multiloquio te ipsum custodi, illud enim extinguit multotiens in corde mociones intellectuales a Deo pullulantes. Guarde-t de molt parlar, car açò auciu moltes de veguades en lo cor los movimets qui y nexen de Déu. Guárdate de muncho fablar, ca esto mata muchas vegadas en el coraçón de los movimientos⁶⁷ que ay nascen de Dios.
51. Fuge domatigare cum prelati Ecclesie aut cum aliis, sicut a leone audace. FFuyg e luncye-t de disputar e de castionejar ab los prelats de Sancta Església e encara de les altres persones, axí com de lleó yrat e abrivat. Fuye et aluégate⁶⁸ de disputar et de quistonear con los plantos de Santa Eglesia⁶⁹ et aun de las otras personas, ansy commo de lión yrado.
52. Et in plateis iracundorum aut compugnantium ne transeas, ut non impleatur cor tuum furore et detur anime tue erroris obscuritas. E no vullés estar ne passar per les places dels irosos ne dels contemosos, per ço que lo teu cor no sie plé de fellonia e per ço que no sia feta a la tua ànima escuredat de error. Et non querades estar nin pasar por las plaças de los yrosos nin de los contenciosos, por qu'el tu coraçón non sea llenno de yra, por que non sea fecha a la tu ànima escuridat de error.
53. Ne habites cum superbo, ut non Sancti Spiritus operatio auferatur ab anima tua et efficiaris habitaculum omnium viciorum. No vullés habitar ab hom erguyllós, per ço que no sia levada de la tua ànima la obra del Sanct Sperit e puyes que no sies fet habitació de peccats. Non quierras abitar con omne argullos, por que non sea llevada de la tu ànima la obra del tu Espírritu Santo et después que non seas fencho juntación de pecados.

⁶³ Impr.: *perditionem*.

⁶⁴ Ms: Há sobre o *a* um sinal em forma de *r* redondo alongado.

⁶⁵ No cód. 659, consta *olus oleum*, sequência que o tipógrafo deve ter interpretado como *oleum oleum* e o tradutor do catalão como homeoteleuto, razão pela qual corresponde apenas a *oli* nessa tradução.

⁶⁶ Ms: Precedido por uma letra não identificada cancelada.

⁶⁷ Ms: *monjmētos*.

⁶⁸ Ms: *fuyen Et aluengante*.

⁶⁹ Ms: *eglia*.

54. Has dispositiones si servaveris, o homo, et custodieris te ipsum in meditatione Dei, in veritate videbit anima tua in semet ipsa lumen Christi et in seculum non tenebrescet.

O hom, si tu vols observar aquestes ordinaciós e guardes tu matex en los pensaments de Déu, vertaderament veurà la tua ànima en si mateixa lo lum e la claredat de Jhesu Christ e jamés no s'escureyrà.

Omne, sy tu quierres observar aquestas ordenacionnes⁷⁰ et guardas a ty mesmo⁷¹ en los pensamientos de Dios, verdaderamente verá la tu ànima en sy mesma la lunbre et la claridat de Jhesu Christo e⁷² jamás non se escarnecerá.

55. Ipsi autem sit honor, virtus et gloria in secula seculorum. Amen.

Al qual sia glòria e honor e virtut qui ab lo Pare e ab lo Sanct Sperit viu e regna Deus per tots los segles dels segles. Amen.

Al qual sea glòrrria et onnor e virtud que con el Padre et con el Espirrito Sancto bive e regna Dios por todos los siglos de los siglos. Amen.

2.3. Análise textual

Uma comparação entre o texto da tradução latina do impresso de 1487, o da tradução catalã do cód. 5-3-42 e o da tradução espanhola do cód. a.II.13 permite inferir uma série de fatos acerca da relação que guardam entre si.

Primeiramente, verifica-se que a tradução latina do impresso de 1497 não foi o modelo para as duas outras, já que há omissões no texto de 1497 que correspondem a texto genuíno nas duas românicas em questão. Basta consultar os itens 4 (*Indumentis... corporis*) e 18 (*et ordinate...turbulente*), os quais representam texto latino ausente do impresso de 1497, mas aqui inserido na edição a partir do cód. 659 da Biblioteca Mazzarina, que tem correspondência tanto no catalão quanto no espanhol. Trata-se, portanto, de erros separativos (CAMBRAIA, 2005, p. 137) do impresso de 1497 contra o texto das traduções catalã e espanhola em estudo.

Em segundo lugar, observa-se que as traduções catalã e espanhola estão ligadas, porque há omissões e adições comuns a ambas. Como exemplos de omissão comum, podem-se citar a parte final do item 10 (*nec corpori...causa rationali*) e o item 27 (*Qui..eum*),⁷³ ambos ausentes das traduções românicas citadas. Como exemplos de adições comuns,

⁷⁰ Ms: *ordenaçia.oñes*, com o segundo a cancelado.

⁷¹ Ms: *mismo*, com *i* cancelado e *e* sobrescrito.

⁷² Ms: Omite.

⁷³ É relevante salientar que os itens 26 e 27 terminam no texto latino com uma mesma expressão (*expecta eum*), o que sugere que a omissão presente nas traduções catalã e espanhola deve estar relacionada a um caso de salto-bordão (seja ainda na tradição latina, repercutindo nas românicas, seja já na catalã, repercutindo na espanhola).

podem-se mencionar um elemento do item 7 (*o per necessitat/o por nescesidad*) e um trecho do item 20 (*ço és... les obres/es a saber... las obras*), ambos ausentes da tradução latina e não pertencentes ao texto de Isaac. Há, assim, erros conjuntivos (CAMBRAIA, 2005, p. 137) entre o texto das traduções catalã e espanhola em questão.

Terceiramente, é possível defender que a tradução espanhola seja originária da tradução catalã. Isso se verifica analisando os dados dos itens 31-32 e 37-38. Enquanto na tradução catalã se tem o texto inteiro correspondente ao latino nos itens 31-32, na tradução espanhola falta uma parte, omissão que constitui um salto-bordão, porque ela se encontra justamente entre duas ocorrências em pontos diferentes de uma mesma palavra: trata-se de *forçat* na tradução catalã (...*forçat de riure, no descobres les tues dens. Quant seràs forçat...*). A razão pela qual esse salto-bordão só poderia ter se originado a partir da tradução catalã, e não da latina, está no fato de que, na latina, não há essa repetição de uma mesma palavra (tem-se primeiro *coatus* e depois *compulsus*), mas, na catalã, há a repetição em função da escolha tradutória realizada, traduzindo-se ambas as formas latinas por *forçat*. Outro caso de salto-bordão se percebe nos itens 37-38: enquanto no texto latino existem substantivo (*neccessitatem*) e adjetivo (*necessariam*), no texto catalão há substantivo em ambos os casos (*necessitat/ necessitats*), e deve ter sido essa semelhança que teria feito o tradutor do espanhol saltar o trecho entre essas formas, o que prova que o tradutor espanhol teria utilizado como modelo o texto catalão (com dois substantivos), e não o latino (com substantivo e adjetivo). Reforça a relação entre a tradução catalã e a espanhola em análise a forma do título presente nesta (“Aquesta regla es sacada del *libro del abad Ysaach*”), que, embora seja diferente da presente no início do respectivo capítulo, naquela (“Sermo de la honestat e dels coportaments del monge”) remete claramente ao nome da obra no início daquela (“Comencen les rubriques del *llibre del sant pare abbad Ysaach*” [f. 1r]).

Uma quarta questão a ser discutida é se a tradução espanhola do cód. a.II.13 tomou como modelo a tradução catalã especificamente preservada no cód. 5-3-42. Aparentemente, a resposta para esse questionamento é negativa. Há alguns possíveis erros separativos da tradução catalã do cód. 5-3-42 contra a tradução espanhola do cód. a.II.13, mas deve-se assinalar que não são fatos de interpretação segura.

Um primeiro possível erro separativo está na forma catalã feminina *sauja* no item 8, corrigida para *savi* na presente edição com base na forma latina correspondente (*prudens*) e no estilo (no latim, a referência ao interlocutor sempre é na forma masculina), forma que corresponde corretamente ao masculino no espanhol (*sábio*). Esse erro não é fonte segura, porque o tradutor espanhol pode ter percebido o erro e corrigido pelo contexto, sem sequer ter tido acesso ao texto latino, chegando, ainda assim, à forma compatível com esse.

Um segundo possível erro separativo se encontra no item 22, no qual há, no latim, dois verbos semanticamente opostos (*aperi/claude*), com correspondência, apesar de invertida, no espanhol (*cierra/abre*), mas apenas um no catalão (*obre*), tendo sido a segunda forma (*tanque*) introduzida por conjectura na presente edição. Considerando que, no texto catalão, havia uma conjunção coordenativa solta em função da falta do primeiro verbo, não seria impossível que o tradutor do espanhol conjecturasse (sem ter visto o texto latino) que faltava ali um verbo (já que a coordenação é entre elementos de mesma natureza) e o tivesse introduzido de volta. O ponto fraco para a hipótese de conjectura do tradutor espanhol é como ele terá adivinhado que a forma que faltava era justamente um antônimo.

O terceiro possível erro separativo se acha no item 16: enquanto, no latim, a ordem dos verbos é *comede/bibe*, no catalão ela é a inversa (*beure/menjar*), sendo a do espanhol igual à latina (*comer/bever*). Novamente, para vincular a tradução espanhola à tradução preservada no cód. 5-3-42, seria necessário postular outro caso de conjectura do tradutor do espanhol que modificou uma ordem não genuína (a da tradução catalã) de volta para a genuína (a da latina). Caso se postule que a tradução espanhola veio de uma tradução catalã, mas não exatamente a preservada no cód. 5-3-42, a explicação seria a de que, no testemunho com a tradução catalã que o tradutor para o espanhol consultou, a ordem seria a genuína (por isso está correta no espanhol), tendo sido modificada apenas no testemunho do cód. 5-3-42, que seria uma cópia dessa tradução com a ordem correta.

Parece possível, portanto, que a tradução espanhola do cód. a.II.13 não tenha sido feita diretamente da tradução catalã do cód. 5-3-42.

A tradução espanhola é bastante literal em relação à tradução catalã, o que só reforça a existência de vínculo entre elas. Entretanto, existe uma série de descompassos, não sendo fácil determinar se seriam

devidos à incompreensão da escrita do modelo ou ao desconhecimento da língua do modelo. São dignos de nota os seguintes casos:

- a) Item 10: [sem correspondência no latim] / *ne ta carn / nin catar*;
- b) Item 17: *presumptuose / ab presumció / con pusyción*;
- c) Item 20: *habitus / l'àbit / lícito*;
- d) Item 24: *possessionum / possessions / pasyones*;
- e) Item 36: *absconde / Amagua / Et sancto*;
- f) Item 39: *comedere venenum mortiferum / menjases mortal verí / venjste mortal venigne* (retificado na edição para *bebiste mortal venino*);
- g) Item 48: *gulose, gulam / golós, gola / glorriosa, glorriosa*;
- h) Item 51: *prelatis / prelats / plantos*;
- i) Item 54: *tenebrescet / escureyrà / escarnescerá*.

Em quase todos os casos há semelhança formal entre a forma da palavra em catalão e a no espanhol, o que sugere mais problema de incompreensão da escrita do que de desconhecimento da língua.

No caso do item 36, no entanto, não há essa semelhança, sendo possível imaginar desconhecimento da língua-fonte.

Um caso bastante curioso é o do item 39, cuja forma espanhola original *venjste* parece sugerir erro de leitura, mais do que desconhecimento da língua-fonte, o que indicaria que a tradução espanhola registrada no cód. a.II.13 seria, na verdade, uma cópia de um modelo já em espanhol.

Há ainda algumas idiossincrasias na tradução espanhola que parecem sugerir inovação do tradutor:

- a) Item 19: *transient / passaran / pasarán e tirar se an*; e
- b) Item 34: *juvenum / dels jovens / de jóvenes o moças*.

Ou então opção por abreviamento:

- a) Item 39: *mulier vel soror tua / ta fembra, ço és, que sia estada ta muller o encara si era ta germana / tu hermana*;
- b) Item 43: *ne irroges / no vuller fer ne percassar / non las quierras fazer*;
- c) Item 48: *frixaturas / frigidures, ço és, les dolces viandes / las dulces viandas*;
- d) Item 51: *audace / yrat e abrivat / yrado*.

No caso do item 39, como há a repetição do possessivo *ta* no catalão, uma hipótese alternativa seria tratar-se de salto-bordão (como nos itens 31-32 e 37-38). Não deixa de ser curioso que todos esses casos de salto-bordão estejam tão próximos: todos entre os itens 31 a 39. No caso do item 48, fica novamente evidente como a tradução espanhola deriva da catalã, uma vez que aquela manteve apenas a parte inovadora desta.

Embora a análise acima apresente dados suficientes para demonstrar que a tradução espanhola do cód. a.II.13 deriva de tradução catalã compatível com a do cód. 5-3-42, transcreve-se aqui o texto correspondente ao item 33 acima das traduções espanholas de 1484/1489 e de 1497, apenas para ilustração da falta de vínculo delas com a tradução espanhola do cód. a.II.13:

- a) Impresso de 1489: *De las monjas fuye como del fuego y lazo del diablo, y en todo las ten en olvido y sus fablas y visitas, por que no pongan en tu coraçón las suzias manchas de los vicios, aun que te sean hermanas carnales.* (f. tviiij-v10-15).
- b) Impresso de 1497: *Fuye de las monjas assi como del fuego e del lazo del diablo, e del todo las quieras olvidar e su fablamiento e su visitación, por esto que no den al tu coraçón tentación de vicios e de vilezas, aun que sean tus hermanas carnales.* (f. 162va1-15).
- c) Impresso de 1497 (versão abreviada): *Fuye de las monjas como del fuego o como del lazo del demonio. Fuye encontrarte con ellas o hablar con ellas, por que no se ensuzie el tu coraçón de la suziedad de los pecados.* (f. 116vb30-34).

Considerações finais

No presente estudo, analisou-se a tradução espanhola de um excerto da obra de Isaac de Nínive presente no cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial. A análise evidenciou que essa tradução teria sido feita a partir de uma tradução catalã compatível com a que está preservada no cód. 5-3-42 da Biblioteca Capitular Colombina de Sevilha. As evidências demonstraram que a tradução espanhola em questão não teria, portanto, sido feita diretamente da tradução latina e também que o modelo para ela não teria sido especificamente o cód. 5-3-42, sendo possível ainda que a tradução espanhola preservada no cód. a.II.13 seja uma cópia.

Ao fim e ao cabo se constata existirem, portanto, *quatro traduções espanholas medievais diferentes da obra de Isaac de Nínive*:

- a) A do cód. II/795, da Biblioteca do Palácio Real de Madri (ff. 1-123r), de 1484, impressa em 1489 (ff. 1r-182r), traduzida do latim por Bernardo Boil, com texto integral;
- b) A do cód. a.II.13, da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial (ff. 91r-92v), do século XV, traduzida de texto catalão compatível com o cód. 5-3-42 da Biblioteca Capitular Colombina de Sevilha, apenas com o capítulo final da obra;
- c) A principal do impresso de 1497 (ff. 127v-162v), vinda a lume em Sevilha, traduzida também de texto catalão, com o texto integral;
- d) A abreviada no mesmo impresso de 1497 (ff. 116v-117r), cujo modelo para a tradução ainda não foi identificado (provavelmente latino), com parte do penúltimo capítulo e o capítulo final inteiro.

Referências

BARAUT, C. En torno al lugar donde fue impresa la traducción castellana del Isaac “De religione” de Bernardo Boil. *Gutenberg-Jahrbuch*, Mainz, v. 37, p. 171-178, 1962.

BETA (Bibliografía Española de Textos Antiguos). Dir. Charles B. Faulhaber. The Bancroft Library, University of California, Berkeley, 1997-. Disponível em: https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/beta_po.html. Acesso em: 15 out. 2020.

BROCK, S. From Qatar to Tokyo, by way of Mar Saba: the translations of Isaac of Beth Qatraye (Isaac the Syrian). *Aram*, Oxford, n. 11-12, p. 475-484, 1999-2000. DOI: <https://doi.org/10.2143/ARAM.12.0.504483>.

BROCK, S. St. Isaac of Nineveh. *The Assyrian*, London, v. 3, n. 6, p. 8-9, 1986.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

CAMBRAIA, C. N. Do Isaac de João Cassiano ao Isaac de Nínive: processos de incorporação textual na tradição latina. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 113-128, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v31i2.704>. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/download/704/673>. Acesso em: 15 out. 2020.

CAMBRAIA, C. N.; AVELLAR, J. B. C. de. Um ensaio de estemática: tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 15-36, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1306/1229>. Acesso em: 15 out. 2020.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, E. L. T. P. Tradição em língua catalã do *Livro de Isaac*. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, v. 4, p. 119-167, 2008.

CHIALÀ, S. *Dall'ascesi eremitica alla misericordia infinita: ricerche su Isaaco di Nínive e la sua fortuna*. Firenze: Leo S. Olschki, 2002.

CLEMENCÍN, D. de. Elóquio de la Reina Católica Doña Isabel. In: *MEMORIAS de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Imprenta de I. Sancha, 1821. p. 1-622 t. VI. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriasdelareal006real>. Acesso em: 15 out. 2020.

HANSBURY, M. *The letters of John of Dalyatha*. Piscataway, NJ: Gorgia Press, 2006. (Texts from Christian Late Antiquity, 2). DOI: <https://doi.org/10.31826/9781463210809>.

MILLER, D. (Tr.). *The ascetical homilies of St. Isaac the Syrian*. Boston: The Holy Transfiguration Monastery, 1984.

WENSINCK, A. J. *Mystic treatises by Isaac of Nineveh*. Amsterdam: Koninklijke Akademie van Wetenschappen, 1923. Disponível em: <https://archive.org/details/IsaacOfNinevehMysticTreatises>. Acesso em: 15 out. 2020.

ZARCO CUEVAS, J. *Catálogo de los manuscritos castellanos de la Real Biblioteca de El Escorial*. Madrid/San Lorenzo de El Escorial: Imprenta Helénica, 1924-1929. III t. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000195407>. Acesso em: 15 out. 2020.

Recebido em: 14 de outubro de 2020.

Aprovado em: 17 de março de 2021.



A prova de língua portuguesa em concursos para docentes: um contrassenso?

Portuguese Language Exam in Teachers Contest: A Nonsense?

Ondina Maria da Silva Macedo

Instituto Federal Goiano Campus Ceres (IF Goiano), Goiânia, Goiás / Brasil

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

ondina.silva@ifgoiano.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-6466-1973>

Eliane Marquez da Fonseca

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

elianemarquez@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-6476-0389>

Resumo: Este texto é um recorte da tese de doutorado e tem o objetivo de analisar o questionamento teórico sobre o conhecimento de língua portuguesa na construção de uma prova de Língua Portuguesa (LP) aplicada a candidatos no concurso para docente de sociologia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), em 2015. O embasamento teórico é a *Análise Dialógica do Discurso* com Bakhtin (2003, 2010) e Orlandi (2001, 2007). Questiona-se o caráter descritivo da prova voltada para aspectos formais, em detrimento da discussão dos sentidos possíveis de uso da língua, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta pesquisa segue metodologia qualitativa, de cunho documental, partindo da materialidade dos enunciados da prova de LP, com olhar para as práticas sociais. É importante ressaltar que em 2018, três anos depois, o IFSP aplicou prova a candidatos com a mesma formação, resignificando a avaliação de modo a não valorizar aspectos gramaticais apenas.

Palavras-chave: enunciado; dialogismo; sentidos.

Abstract: This text is an excerpt from the doctoral thesis and it aims to analyse the theoretical questionnaire about the knowledge of Portuguese language in the construction of a Portuguese Language (PL) exam applied to candidates in the contest for professor of sociology at the Federal Institute of São Paulo (IFSP, in Portuguese), in 2015. The theoretical basis is the Dialogic Discourse Analysis with Bakhtin (2003, 2010) and Orlandi (2001, 2007). It is questioned the descriptive character of the test, which was focused on formal aspects, at the expense of the discussion of the possible meanings of language use, as recommended by the National Curriculum Parameters (PCN, in Portuguese) and the National Common Curricular Base (BNCC, in Portuguese). This research follows qualitative methodology, a documentary nature, starting from the materiality of the statements of the PL test, with focus on social practices. It is important to emphasize that in 2018, three years later the previously mentioned contest, the IFSP applied tests to candidates with the same background, reframing the evaluation so as not to consider only grammatical aspects.

Keywords: enunciated; dialogism; meanings.

1 Introdução

É comum ouvir reclamação de professores que realizaram concursos acerca do conteúdo exigido nas provas de LP. Esses docentes, que não têm formação em licenciaturas de Letras, sofrem uma frustração ao se depararem com avaliações muito detalhadas na parte descritiva da gramática da língua. Esse estranhamento nos preocupa porque consideramos importantes as posturas do MEC nos PCN (2000) e, mais recentemente, na BNCC (2017).

Dessas observações, surgiu a necessidade de verificar como se apresentam essas provas de LP. Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar uma prova de LP, aplicada a candidatas a professor de sociologia do IFSP, em 2015. Selecionamos uma única prova que nos preocupou pelos conteúdos voltados para a parte teórica e aprofundados em detalhes descritivos da morfologia e da sintaxe da língua, o que levou aos seguintes questionamentos: Por que demandar descrição gramatical de um professor de sociologia? Os enunciados da prova de LP coadunam com o papel a ser desempenhado por esse professor? A prova que tomamos como corpus de análise contém 80 questões de múltipla escolha, sendo 10 de LP. Esclarecemos que essa prova faz parte do corpus da tese de doutorado

em andamento e privilegiou, dentre os textos selecionados, o certame com maior densidade gramatical.

Este trabalho inscreve-se na Linguística, na área da Análise Dialógica do Discurso e tem como ponto de partida as concepções de enunciado e dialogismo conforme o Círculo de Bakhtin (2010). Os conhecimentos bakhtinianos foram adotados para verificar como os sentidos são construídos e, em especial, como os sentidos pedagógicos podem ser observados na prova do concurso para docente, além disso, tentamos compreender a forma e o estilo dos enunciados das provas. Também nos filiamos às teorias da Análise do Discurso – AD de origem francesa, e, para dar sustentação à discussão, trazemos à tona autores que tratam da linguagem estruturada por encontros dialógicos. Recorremos, pois, a Bakhtin (2003, 2010) e a Orlandi (2001, 2007) a fim de discutir as intrínsecas relações ideológicas. Esses autores são utilizados como referência para investigar, por meio da metodologia interpretativista, os sentidos presentes na constituição dos enunciados.

Encontramos pesquisas similares, entretanto, a maioria sendo voltada para provas aplicadas a alunos de Ensino Médio (EM) ou provas de concursos para professor de LP. Dentre elas, relacionamos duas que mais se aproximam deste trabalho. Miguel (2015) discute, em *O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): uma discussão acerca da validade das questões de língua portuguesa*, a prova de LP do ENEM em 2014. Já Lins (2011), em *Saberes docentes em provas de concursos públicos para professor de língua portuguesa* avalia as questões das provas objetivas, no estado de Pernambuco, em 2008, para observar os conteúdos abordados e sua relação com o conhecimento advindo da formação inicial dos graduados em Letras.

A relevância desta pesquisa é que analisa enunciados da prova de LP aplicada em um concurso para candidatos à docência de sociologia. Salvo algumas exceções, o conhecimento desses profissionais no que concerne à LP restringe-se ao uso da língua em variadas situações, mas seu foco não é como o do profissional licenciado em Letras. Partimos dessa premissa, na defesa de uma avaliação voltada para o conhecimento de língua, centrado em compreensão de textos e, também, na reflexão sobre adequação linguística e seus efeitos de sentido. Segundo Azeredo (2013), conhecer a língua é servir-se dela para participar na rotina de determinada sociedade, o que implica graus diferenciados de envolvimento das pessoas, segundo os papéis que desempenham. Isso

significa que cada um domina termos e expressões de forma diferente ou de acordo com a área em que se envolve, como os professores de sociologia.

Diante desses apontamentos, discorreremos acerca da teoria de Bakhtin/Volochínov (2010), que tratam do signo em uma enunciação dialógica, valorizando o lugar do outro na comunicação. Traçamos um diálogo entre o material selecionado para análise conforme o que preconizam os estudos da AD e as posturas dos PCN (2000).

2 O texto como uso social da língua – os PCN

Neste texto, nos referimos aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) – documento que direciona o EM – nível em que atuarão os candidatos aprovados. Dada a inexistência de um documento oficial que direcione o tipo prova de LP para concursos, pautamo-nos nos parâmetros como forma de legitimar a ideia de que a LP é tomada como variável e em constante mutação e que o texto é a sua base. Portanto, espera-se que o futuro professor de sociologia, ao ministrar aulas no EM, siga as diretrizes dos PCNEM, focadas na mobilidade da linguagem. Além disso, espera-se que os enunciados de um concurso se enquadrem nos mesmos parâmetros. Se esses docentes tiverem conhecimento de aspectos da língua padrão nos processos de leitura e escrita, não precisam do acúmulo de conhecimentos teórico-gramaticais. Um docente de sociologia tem formação específica na sua área, e deve direcionar o ensino à formação geral dos alunos. O conhecimento de detalhes da descrição gramatical não será objeto de seu ensino.

Este trabalho se atém ao trecho dos PCN: *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, que trata da inter-relação das diferentes linguagens dentro das práticas sociais e da história, para produzir sentidos. Esse docente terá como eixo o respeito à diversidade e tomará a linguagem como atividade discursiva (BRASIL, 2000). Paralelo a essa discussão, Bagno (2011) defende que a LP vive em mutação, é instável e está sempre em processo de fazer e refazer.

A concepção de língua como algo vivo aparece nos PCN (2000, p. 15) como meio de comunicação e consideramos que essa postura faz parte do trabalho de todo e qualquer professor. Assim

[o] domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Observemos que para se tornar um cidadão, o aluno precisa construir seu conhecimento de modo crítico. Quando se seleciona um professor de sociologia, é preciso levar em conta que o acesso ao saber está marcado pela comunicação. E esse aspecto deve ser desenvolvido no aluno, logo, não faz sentido exigir conhecimento teórico de gramática da LP a professores de sociologia ou outra área que não seja o de docente de LP.

A publicação da BNCC (2017) vem reforçar os PCN quanto à importância da comunicação da língua. Esse documento apareceu após a prova em análise, e coloca-se em uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem para explicitá-la como forma de ação interindividual, fundada na comunicação e voltada para as práticas sociais.

3 A língua: um caleidoscópio dialógico

Para manter o foco nos discursos e nos enunciados do concurso, necessitamos definir nosso viés teórico como a noção de língua dialógica em uma atividade social, histórica, por meio da comunicação entre os indivíduos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010). Ambos observam que a significação valoriza, primordialmente, o *sentido* gerado no *contexto* de fala. Para eles, o signo reflete o mundo, mas, devido aos valores axiológicos de cada grupo social, refrata a realidade em possibilidades interpretativas. Os autores defendem que a realização do signo social na enunciação ou ação de dizer é marcada pelas relações sociais do falante. Nessa concepção, o enunciado é uma unidade real, delimitada pela alternância entre os sujeitos socialmente organizados, levando o locutor a selecionar a palavra de acordo com o grupo social a que se dirige. Essa teoria se aplica aos concursos para professores, já que os enunciados são cuidadosamente selecionados para atender às especificidades do concurso.

Então, o processo dialógico defendido por Bakhtin/Volochínov (2010) deve ocorrer quando um candidato lê as perguntas de um certame e reconhece que há outro enunciativo como personagem vivo dos dizeres, uma vez que todo signo procede de alguém e dirige-se para alguém.

Para exemplificar essa relação, mencionamos as questões 2, 3, 6 do IFSP – discutidas adiante – em que a opção linguístico-discursiva dos verbos no imperativo “observe”, “assinale”, “leia” indicam comando, resultando na aproximação entre interlocutores. Essa escolha estabelece diálogo entre a comissão do concurso e os candidatos, reforça a relação eu/outro, comprova que o enunciado é “o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 2010, p. 117). Dessa forma, o candidato posiciona-se em uma atitude responsiva, imediata e explícita quando responde as questões ou quando apresenta “recurso”,¹ questionando os enunciados da prova ou os critérios de correção. Essa atitude permite ao concorrente apresentar discordância aos enunciados e exigir uma resposta, uma compreensão predisposta a suscitar uma réplica. Nosso primeiro contato com a prova do IFSP ocorreu quando candidatos pediram que resolvêssemos algumas questões de cujo gabarito discordavam. Vejamos parte do certame.

Leia o texto a seguir. Com base em sua leitura, responda às questões 8 e 9.

ESCOLA ATENDE MORADORES DE RUA E ALIMENTA SONHOS DE MUDANÇA PELA EDUCAÇÃO

(Texto adaptado. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/04/08/escola-atende-moradores-de-rua-e-alimenta-sonhos-de-mudancas-pela-educacao.htm>. Acesso em 23 mai. 2015)

O sonho dos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade, no Distrito Federal, é o mesmo: sair das ruas. O colégio, que existe há mais de 20 anos, atende cem alunos que não têm onde morar [...]. A diferença, segundo a diretora Amelinha Araripe, é que o ritmo de aprendizado de cada um é respeitado.

Entre os alunos que já passaram pela escola está Meire Romão, 56. “Meu grande desejo é ser veterinária”, conta [...] “O dia mais feliz da minha vida foi quando vesti uma beca e segurei o diploma. Eu não tinha planos para o futuro, mas, hoje já estou entregando currículos [...] Atualmente, Meire dorme todos os dias em frente ao Hospital Regional de Brasília.

¹ Os editais dos processos seletivos contêm um parágrafo que permite ao candidato contestar os enunciados do edital e da prova.

O colégio, que é público, tem aulas de informática e oficinas de artes, ciência e corpo humano. Na escola, os alunos também tomam banho, lancham e almoçam. Uniformes e kits higiene são disponibilizados [...]

9. A vírgula está INCORRETA em:

- a) “O sonho dos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade, no Distrito Federal, é o mesmo”.
- b) “Eu não tinha planos para o futuro, mas, hoje já estou entregando currículos”.
- c) “A diferença, segundo a diretora Amelinha Araripe, é que o ritmo de aprendizado de cada um é respeitado”.
- d) “O colégio, que existe há mais de 20 anos, atende cem alunos que não têm onde morar”.
- e) “Atualmente, Meire dorme todos os dias em frente ao Hospital Regional de Brasília”.

A questão 9 prioriza o uso da vírgula em situações específicas, atém-se ao emprego inadequado da pontuação após o uso de “mas”; entretanto, sabemos que é adequado usar a vírgula após “porém”, que pertence à mesma classificação gramatical: conjunções adversativas. Essa questão não passa de aplicação da regra, pois a decisão de usar ou não a vírgula não interfere nos sentidos gerados no enunciado. Se pensássemos nas propostas dos PCN que se centram nas inúmeras possibilidades de uso da língua, os enunciados abririam margem para situações outras de uso da vírgula, o que levaria a compreender que o texto pode ser lido de formas diversificadas, principalmente ao mudar a posição do sinal gráfico em um mesmo enunciado. Assim, o certame não discute as linguagens possíveis, nem o texto como espaço aberto a interpretações. Uma questão que reforça o mito da univocidade absoluta da linguagem e nega a atividade epilinguística, que “compara as expressões, transformando-as, experimentando novos modos de construção” (BEZERRA; REINALDO, 2013, p. 36).

No lugar de avaliar o uso correto ou incorreto, ter-se-ia que questionar por que a vírgula mudaria o sentido do texto caso mudasse de posição. Se tomamos como exemplo as alternativas *b*, *c* e *e*, percebemos que uma mudança de posição da vírgula não alteraria o sentido. O dialogismo da questão 9 ocorre na exigência de conhecimento de regras gramaticais e não no trabalho dos sentidos gerados pelo texto. Esse texto, usado como pretexto para avaliar aspectos gramaticais dissociados dos

sentidos do enunciado, poderia ter focado nos enunciados discursivos que constituem a sociedade, como os discursos de solidariedade, de valores educacionais, ações de enfrentamento da vulnerabilidade de moradores de rua, e muitos outros claramente visíveis em seu encadeamento.

Observamos que os enunciados procuram atender à linguagem formal, típica de concursos, especialmente porque trata de selecionar professores. Discursivamente, essa é uma classe de profissionais que se pronuncia na linguagem escrita com mais precisão que outras categorias. Reafirmamos então que o traço constitutivo do enunciado é que reflete os aspectos sociais e as condições sócio-ideológicas de cada comunidade. Paralelo a isso, entendemos que embora os sistemas educativos contabilizem um papel fundamental na “formação normativa dos sujeitos, isto não assegura que suas formas venham a figurar no âmago de cada sujeito” (GERALDI, 2003, p. 19). Essas palavras enfatizam o que procuramos mostrar na análise, confirma que muitas escolas apregoam normas gramaticais como o centro do estudo de línguas, apesar de elas não fazerem parte da leitura e escrita desses sujeitos. Como defendem os PCN, nada contra ter conhecimento das classificações de termos gramaticais, a questão é como e quando utilizá-las para gerar sentidos no contexto.

Dentro da própria comissão que prepara o concurso, há vozes contratuais, mas também polêmicas, e essas convergências/divergências estendem-se ao contato com os candidatos, a partir do momento em que tomam conhecimento do edital. O enunciado da prova define-se, portanto, como o lugar da contradição, um espaço de luta entre vozes sociais, em que todo falante é um respondente, ainda que em graus diferenciados.

4 Ainda no percurso interpretativista e dialógico

Este artigo apoia-se na pesquisa interpretativista, para considerar a não univocidade entre pensamento e linguagem, pois, como afirma Orlandi (2007), há sempre o espaço da interpretação e do equívoco. Como requer um trabalho da AD, o objetivo é reafirmar a presença de equívocos, analisá-los, considerá-los em sua relação direta com a linguagem. Não se trata, pois, de quantificar, já que a relação entre os enunciados se efetiva em um fluxo contínuo e entrelaçado, não permitindo, portanto, quantificações e/ou agrupamentos. Seguimos o curso da pesquisa

qualitativa, com análise entre a descrição e a interpretação, centrada nas relações de sentido e nas relações de força que afetam o dizer.

É importante compreender que o sentido não está apenas ali, nas provas, pois está relacionado a todo um contexto sócio-histórico. O sentido pode ser outro, considerando que a cada dito existe um não-dito, naquilo que não se encontra verbalizado, pois, segundo Orlandi (2001), o dizer geralmente tem alguma relação com o não dizer e essa margem de não-ditos também significa. Complementarmente, Bakhtin/Volochínov (2010) defendem que as normas variam não apenas pelo grau de coerção que exercem, mas também pelo grau de significação social. Para eles, a ideologia do signo mostra a classe dominante tentando manter discursos tradicionais. Isso acontece com o intuito de ocultar a luta que se trava entre os índices de valor da gramática tradicional, para que o signo se torne monovalente. Isso é um instrumento de poder e de dominação por meio da língua ou das provas.

Exemplo disso é o uso de verbos em situações pouco comuns, em orações isoladas, completamente desvinculadas de um texto.

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases a seguir:

Se não _____ imagens daquelas guerras, creio que ninguém _____.

Quando meu tio _____ o preço do aparelho, _____ um enorme susto.

- a) houvessem – acreditava / ver – levará.
- b) houvesse – acreditava / vê – leva.
- c) houvessem – acreditava / vir – levará.
- d) houvesse – acreditaria / vir – levará.
- e) houvesse – acreditaria / ver – levará.

Na questão acima, não há referência a um texto de onde foram recortadas as frases, daí é possível afirmar que existe uma ruptura no quadro real da comunicação. Conforme Bakhtin (2003), um examinador desconhece o papel do outro – candidato – no processo de comunicação discursiva. Intriga-nos o fato de que a banca examinadora e os autores do edital apresentem resistência em atender às exigências estabelecidas pelos parâmetros no que se refere à LP associada ao uso dos textos, mesmo os PCN datando do início deste século e sendo discutidos há 20 anos. A prova é uma contrapalavra declarada em relação ao cumprimento das posturas estabelecidas por uma instituição maior na hierarquia social: o

MEC, que, por meio da BNCC, estabelece que o estudo da língua seja voltado para o uso consciente das práticas de linguagem.

Quando mencionamos os métodos e técnicas utilizados para a manutenção de determinados conhecimentos, voltamos o olhar para os enunciados contidos nas questões 1 e 2, porque elas apontam para uma avaliação que escapa dos pressupostos nos PCN, por não se fixarem nas “diferentes linguagens em diferentes situações”:

1. A regência verbal está correta na frase:

- a) A contenção inflacionária que se visa com as novas medidas tornou-se irreal.
- b) Ele custou muito a levantar-se na hora certa.
- c) Os alunos assistiram todos os jogos do nosso campeonato.
- d) Ética implica respeitar as diferenças culturais.
- e) Informo-lhe de que todas as suas iniciativas serão desconsideradas.

2. Observe as frases abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

I – Mesmo sabendo dos problemas _____ poderia estar sujeito, resolveu aceitar o emprego.

II – Ficamos desejosos _____ a parceria fosse respeitada.

III – Não houve oposição _____ se criasse novo partido.

IV – Todos tiveram certeza _____ chegaríamos a tempo, pois estavam acostumados com nossa pontualidade.

- a) I – de que; II – que; III – a que; IV – que.
- b) I – que; II – de que; III – que; IV – de que.
- c) I – a que; II – que; III – a que; IV – que.
- d) I – de que; II – de que; III – que; IV – que.
- e) I – a que; II – de que; III – a que; IV – de que

Observamos que as duas questões se centram no uso de conhecimentos gramaticais, porém mecanicamente, apesar de os PCN indicarem que “os textos são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas. O ensino-aprendizagem de uma língua não pode abrir mão dos textos...” (BRASIL, 1998). Quando Bakhtin (2003) assegura que o centro organizador de toda expressão é o exterior e não o interior, compreendemos que esse “exterior” é o mundo social em que se contextualiza o falante. Essa definição leva-nos a inferir que as reclamações do professor de sociologia, mencionadas no início deste texto, sejam devido ao fato de que ele não se apropriou

da memorização de termos da gramática normativa em seu meio social. A presença da preposição em situações específicas e, quase em desuso no meio social dos candidatos, impossibilita que tenham domínio das regras, contribuindo para que muitos não marquem a alternativa *b*, que está com a regência correta por fazer uso da preposição “a”.

Em sua obra *Preconceito linguístico*, Bagno (2007) critica exatamente enunciados como o da alternativa *c*, da questão 1, que trata do verbo “assistir”. O autor afirma que a exigência da regência “Assisti *ao* filme” não leva em consideração o português diário no Brasil. O autor garante que a escola, num viés mais ligado ao Português de Portugal, insiste nessa exigência da preposição “a”; o uso social da língua leva a maioria dos falantes a usar só o artigo: “Assisti *o* filme” (grifo nosso). Situação análoga se repete na questão 2, cuja alternativa correta é a letra *e*, com todas as expressões seguidas por uma preposição. Aí, são evidenciados mínimos detalhes de regras da LP, que contribuem para que haja um grande abismo linguístico entre os professores que cursaram licenciatura em Letras e os de outras áreas, como sociologia.

Essa postura avaliativa não atende à proposta didática dos PCN, nem trazem à discussão que essa é apenas uma das muitas variáveis e é importante saber como e quando utilizar cada uma delas para gerar sentido. Vejamos um exemplo que procura seguir essa proposta, entretanto, concretiza-se contrário à busca da produção de sentidos.

Texto para a questão 6

Afinal, são inúteis essas tentativas de análise e de interpretação de nós mesmos. [...] [...] O fato é que se frustra todo o esforço que despendemos para nos impor certa disciplina, certa unidade, certa coerência. À sorrelfa, algum diabo malicioso inutiliza o nosso trabalho, e amanhã seremos o que não queremos, e hoje somos o que ontem fomos e não quiséramos ser mais. (ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 76.)

6. Leia atentamente as informações a seguir sobre concordância.

I – Se a palavra “tentativas”, no primeiro período, fosse substituída por “desejo”, apenas um verbo, um adjetivo e um pronome seriam modificados para que houvesse concordância.

II – No segundo período, se a palavra “esforço” fosse substituída por “energias”, apenas um pronome e um artigo sofreriam mudanças para que houvesse concordância.

III – Se a palavra “nosso”, no terceiro período, fosse substituída por “meu”, apenas quatro verbos teriam sua flexão modificada para que houvesse concordância.

Qual(is) está(ão) correta(s)? /

a) apenas I.

b) I e II.

c) II e III.

d) I e III.

e) I, II e III.

A questão 6 emprega só um fragmento de texto, acompanhado de questões gramaticais. Solicita um conhecimento fundado na memorização e domínio de pelo menos quatro nomenclaturas: verbo, adjetivo, pronome e artigo. Alguns termos como “nós mesmos, nosso...” no uso de primeira pessoa do plural têm a pretensão de causar aproximação entre locutor/interlocutor, pois são expressões que representam, discursivamente, familiaridade do ponto de vista do enunciador. Esse aspecto é ignorado na questão proposta, que não privilegiou a dinamicidade da força argumentativa do texto.

Em oposição ao sentido textual, exigiu-se apenas o conhecimento de terminologias propostas pela gramática tradicional. Depreendemos, então, que o locutor pressupõe que seu interlocutor conheça a classificação gramatical, o que não faz parte das prioridades de estudo de um professor de sociologia. Entendemos que, apesar de os PCN serem uma forma de controle de ordem superior ao IFSP, essa instituição constrói enunciados em via oposta aos PCN, por meio da comissão que coordena o concurso público.

Recorremos a Bakhtin (2003, p. 294) para afirmar que, ao fazer uso da língua, os enunciadores utilizam-se de “tradições expressas e conservadas”, abrem mão dos textos e deixam de lado as variadas situações do cotidiano. Ao optar por esse “modelo” de prova, não se considera a relação da língua com o contexto nacional, privilegia-se o perfil de linguagem normativista, tradicional. A utilização do excerto de Cyro dos Anjos, na questão 6 não se atém aos propósitos comunicativos do gênero e não privilegia a reflexão sobre sua construção, como possibilidades de variação linguística ou de questões de entonação,

por exemplo. O texto é utilizado com o propósito de trabalhar questões estruturais, como forma de recuperar alguns termos e não para explorar aspectos semânticos ou estilísticos do gênero. É a LP vista como um sistema fechado de regras, que não permite variações. Vejamos outro exemplo de normatização.

4. Assinale a alternativa em que está incorreto o uso do acento indicador de crase.

- a) O espetáculo foi realizado à revelia do proposto.
- b) Eles preferem a da camiseta azul à da saia amarela.
- c) Os comissários do avião desceram à terra para saudar os passageiros.
- d) Várias sugestões às quais me referi não foram aceitas.
- e) Fiz alguns poemas à Fernando Pessoa.

Verifica-se a língua por meio de “decoreba” de nomenclaturas também nessa questão. Para respondê-la, basta conhecimento de regras de uso da crase, além dos termos exatos para aplicação da regra, um trabalho linguístico limitado ao uso da frase, desconsiderando o enunciado. Isso significa que, em cada falante, pressupomos não apenas a existência da materialidade linguística, mas também de enunciados antecedentes – “dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Assim, o falante estabelece uma atitude responsiva, um diálogo com um enunciado anterior (seu ou do outro), uma resposta a um já dito. As provas do concurso atuam como um enunciado que se interliga a outros (edital, respostas, recursos), pois está circundado de enunciados antecedentes. O conhecimento gramatical exigido não leva o interlocutor a refletir sobre os seus sentidos ou analisar possibilidades outras, pois para Bakhtin/Volochínov (2010, p. 95) “o sistema linguístico é o produto de uma reflexão sobre a língua”. O esperado, a partir dos documentos como os PCN, que norteiam o ensino, é que se faça uso da língua para “suas necessidades enunciativas concretas” (p. 95) e se possa debater a análise linguística como uma prática diferenciada de se estudar gramática, para fugir das descrições. Quando defende a prática de AL como parte do ensino e aprendizagem de línguas, a BNCC defende que o importante não é memorizar aspectos gramaticais, mas avaliar como esses elementos funcionam dentro do texto.

Reiteramos que, embora não haja um documento oficial que direcione as competências exigidas em um concurso para docentes, as regras de documentos como os PCN deveriam servir como norte para esse fim, pois o professor atuará em salas de aula de EM. A questão 4 traz frases soltas, desvinculadas de um contexto, distanciadas da prática social da língua. Não queremos, com essa visão, deslegitimizar as formas normativas, como a importância do uso da crase, mas que sejam questões aplicadas a uma dada situação concreta. Para Bakhtin/Volochínov (2010, p. 96), não se pode concentrar esforços para “reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto, é preciso, compreender sua significação numa enunciação...”. A questão em análise não direcionou o uso da língua num contexto, o que, para o interlocutor, não tem valor linguístico signico.

Para que os enunciados da prova sejam mais dialógicos é necessária uma mudança nos valores pré-construídos dos examinadores, de modo que entendam que esse tipo de prova atua como forma de perpetuação de saberes específicos da área de linguagens, como a relação de forças de que nos fala Orlandi (2001). Para ela, o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, do que escreve, da linguagem que usa. Isso quer dizer que as palavras podem ter significados diferentes, de acordo com o lugar que o sujeito ocupa, pois há um jogo hierárquico de examinadores nas relações em sociedade.

A força conservadora que emerge dos enunciados da prova é amparada por alguns discursos ainda institucionalizados no país, no intuito de fazer valer aspectos gramaticais considerados pertinentes. Essa relação de forças, de algum modo, oprime aqueles que não detêm o conhecimento da normatização da língua padrão. Os professores graduados em sociologia em um concurso para lecionar no EM não possuem habilitação em Letras, então, as reconhecidas minúcias de normatizações gramaticais podem funcionar como um princípio de coerção, mostrando que a comissão que elaborou o exame conhece profundamente as regras da LP, detém o domínio das regras, as quais são alheias à maioria das outras pessoas, como no exemplo a seguir.

Observe as frases a seguir extraídas do conto *O peru de Natal*, de Mário de Andrade.

“Está claro que omiti onde aprendera a receita, mas todos desconfiaram.” “E depois de uma Missa do Galo bem mal rezada, se deu o nosso maravilhoso Natal.”

7. Os termos sublinhados apresentam, respectivamente, a função sintática de:

- a) sujeito – sujeito / objeto direto – adjunto adnominal.
- b) objeto direto – sujeito / adjunto adnominal – adjunto adverbial.
- c) objeto direto – objeto direto / predicativo do sujeito – adjunto adnominal.
- d) objeto indireto – sujeito / adjunto adnominal – predicativo do sujeito.
- e) sujeito – objeto direto / adjunto adverbial – adjunto adnominal.

A priori, já percebemos que os elaboradores trabalham com frases e não com enunciados. Entendemos que as nomenclaturas utilizadas não se aplicam ao uso diário de professores de sociologia. Essa avaliação pode ser vista como um mecanismo utilizado para sobrepor aos documentos que direcionam o ensino de línguas no país e submeter os candidatos a constrangimento sobre aspectos linguísticos que não correspondem à sua realidade, comprovando o que afirma Orlandi (2001, p. 21) que a “língua serve para comunicar e para não comunicar”, já que as relações postas em discussão devem ser aquelas de sujeitos e de sentidos ao mesmo tempo, e, assim, seus efeitos podem ser múltiplos e variados. Vemos que “a escrita funcionou, e ainda funciona, com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso” (BAGNO, 2007, p. 132).

Alertamos para a tentativa de utilização de um recorte mínimo do conto *O peru de Natal*, de Mário de Andrade. Entretanto, é fácil perceber a utilização do trecho apenas como pretexto para direcionar as questões, que privilegiam aspectos descritivos, sem preocupação de utilizar a língua inscrita na história. Uma questão avaliativa que se detém em aspectos gramaticais não aproveita o excerto para analisá-lo discursivamente, na geração de sentidos, como requer a AD. Desse modo, ignoraram-se as posições que se encontram em jogo no certame, como o atravessamento do discurso religioso por meio da *Missa do Galo*, um ritual que foi sendo incorporado e tornou-se tradição para a comunidade católica. O trecho incita uma crítica a esse discurso, uma vez que a ceia se sobrepõe à missa. Além disso, mesmo para aquele sujeito que não conhece o conto, o jantar de Natal junto com a ceia em família, claramente definida pela palavra *todos*, surgem como representações culturais que se tornaram tradição. Esse perfil de prova atua em desacordo com os procedimentos de análise, nos quais a relação sintática não deveria ser o mais importante,

mas sim, o que essa “organização sintática pode fazer compreender nos mecanismos de produção de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 46).

É importante ressaltar que a prova do IFSP objetiva selecionar um docente de sociologia, mas a opção pela memorização de detalhes normativos da língua pode desclassificar um candidato. Além disso, em nenhum aspecto da prova houve adequação de enunciados que dialogassem com a área de sociologia. A respeito da dialogização, Bakhtin (2010) esclarece que para que a palavra penetre no horizonte social de determinado grupo e faça algum sentido, é necessário que ela tenha ligação com as condições socioculturais desse grupo. O que se privilegia aqui é a classificação e não o funcionamento discursivo da língua.

Entretanto, ressaltamos a considerável mudança que aconteceu no edital n. 728, de 27 de setembro de 2018 do IFSP, também para docente de Sociologia, cujo item 7.1.1 assinala que “para prova objetiva, as questões versarão sobre assuntos específicos da área de atuação”. Esse trecho demonstra que houve uma mobilidade positiva no sistema de elaboração do concurso, que passou a privilegiar o conhecimento da área proposta. No entanto, a importância de uso da língua não foi desconsiderada, pois caso o candidato seja aprovado para a segunda fase – desempenho didático – a tabela de pontuação para avaliação da aula a ser ministrada contempla o item “linguagem e adequação”, competências que são avaliadas tanto na escrita do plano de aula, quanto na exposição oral do candidato.

Considerações finais

Um dos grandes propósitos deste artigo é contribuir para que se repense a respeito dos conteúdos de LP contemplados nos concursos públicos no Brasil, em diferentes segmentos, para que haja um direcionamento voltado para a língua como atividade epilinguística – que orienta uma busca significativa das inúmeras reflexões acerca da linguagem.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 283) “falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas”. Essa é uma oposição à descrição irrestrita da língua e defesa de uma linguagem dialógica, de compreensão responsiva ativa. Com posicionamento análogo ao autor, reforçamos que as questões claramente distanciadas das práticas de uso da linguagem contribuem para afetar a interlocução,

de modo a aumentar a distância entre enunciados e interlocutores. São forças sociais que se estabelecem e tendem a interferir diretamente no resultado dos concursos. Pode acontecer de um candidato estar apto para assumir a função e ser excluído do concurso por desconhecer aspectos formais da língua que, reiteramos, não fazem parte da matriz curricular de sociologia ou de outras que não sejam a licenciatura em Letras.

Não obstante, é importante perceber a mudança que houve na prova de LP da mesma instituição: três anos depois, passaram a analisar fatores outros além da língua por si mesma. Concordamos com Azeredo (2013) quando afirma que a história de qualquer cultura se transforma, graças ao conflito, então, pode ser que a própria recorrência de recurso dos candidatos tenha despertado a instituição para uma ressignificação dos enunciados da prova, que passou a assumir uma postura mais dialógica, como preconizam os PCN e a BNCC.

Referências

AZEREDO, J. C. de. A análise gramatical e a explicação de textos. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: o lugar da teoria nos estudos linguísticos e literários, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 21-41, 2013.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por P. Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução M. Lahud e Y. Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BEZERRA, M. A; REINALDO, M. A. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013. (capítulos 2 e 3).

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 9 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: 2000.

GERALDI, J. W. Palavras Escritas, indícios de palavras ditas. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, v. 3, Número Especial, p. 9-25, 2003.

LINS, B. M. L. *Saberes docentes em provas de concursos públicos para professor de Língua Portuguesa*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MIGUEL, S. B. *O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): Uma discussão da validade das questões de língua portuguesa*. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

Recebido em: 26 de outubro de 2020.

Aprovado em: 28 de dezembro de 2020.



Varição linguística na expressão do sujeito pronominal no espanhol de Cuba

Linguistic Variation in the Expression of the Pronominal Subject in Cuban Spanish

Thainá Santanna Felix

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
thaina.felix@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8408-2052>

Leonardo Lennertz Marcotulio

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
marcotulio@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-8227-5144>

Resumo: É costume considerar a região do Caribe como a mais compacta e uniforme das zonas do espanhol. No campo da sintaxe, uma das características de destaque que diferenciariam a variedade caribenha das outras variedades do espanhol é justamente a frequente menção explícita do sujeito pronominal, inclusive em contextos neutros. Neste trabalho, investigamos se o espanhol de Cuba, que recebeu pouca atenção da literatura até o momento, se comporta de forma análoga ou se distancia das demais variedades que compõem a zona caribenha, no que se refere à expressão do sujeito pronominal. Para tanto, a partir de uma orientação teórico-metodológica sociolinguística de base laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994), o *corpus* utilizado consiste nas entrevistas disponibilizadas pelo projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América*). Os resultados gerais indicam que o sujeito nulo é a estratégia preferida nessa variedade. No entanto, quando comparado com as taxas pronominais encontradas em outros trabalhos – sejam da variedade Cubana ou de outras variedades – nota-se que Cuba se comporta de forma semelhante a outras variedades da zona caribenha.

Palavras-chaves: sujeito pronominal; variedade caribenha; PRESEEA; Havana; variação e mudança.

Abstract: It is common to consider the Caribbean region as the most compact and uniform of the Spanish areas. In the field of syntax, one of the outstanding characteristics that would differentiate the Caribbean variety from other varieties of Spanish is precisely the frequent explicit expression of the pronominal subject, even in neutral contexts. In this work, we investigated whether the Cuban Spanish, which has received little attention from the literature so far, behaves in a similar way or distances itself from the other varieties that make up the Caribbean zone, with regard to the expression of the pronominal subject. Therefore, based on a Labovian-based sociolinguistic theoretical and methodological orientation (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994), the *corpus* used consists of the interviews provided by the PRESEEA project (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América*). The general results indicate that the null subject is the preferred strategy in this variety. However, when compared to the pronominal rates found in other studies – whether of the Cuban variety or other varieties – it is noted that Cuba behaves similarly to other varieties in the Caribbean area.

Keywords: pronominal subject; Caribbean variety; PRESEEA; Havana; variation and change.

1 Introdução

A representação do sujeito é um dos assuntos que mais tem recebido atenção dos estudiosos da linguagem sob diferentes perspectivas teóricas. No âmbito do espanhol, o estudo sobre o sujeito pronominal vem despertando o interesse quando se trata da variedade caribenha. Vários estudos apontam que tal variedade se diferencia das demais justamente devido à frequente menção explícita do sujeito pronominal, até mesmo em contextos neutros.

No que tange à realização do sujeito, as línguas podem ser [+*pro-drop*], ou seja, uma língua com maior realização de sujeito nulo, como seria o caso de diversas variedades do espanhol, como o peninsular, português europeu e italiano, por exemplo, ou pode ser [-*pro-drop*], isto é, uma língua [-sujeito nulo], como é o caso do inglês e do francês.

- (1) a. Maite dijo que **Ana** estudió mucho.
- b. Maite dijo que **ella** estudió mucho.
- c. Maite dijo que \emptyset estudió mucho.

- (2) a. Maite said that **Ana** studied a lot.
- b. Maite said that **she** studied a lot.
- c. *Maite said that \emptyset studied a lot.

Observando os exemplos anteriores, nota-se que no exemplo (1a) e (2a), *Maite* e *Ana* são os sujeitos das orações a que pertencem. Nos exemplos em (1b) e (2b), no entanto, o pronome em função de sujeito pode ser coindexado ao sujeito da oração principal. Por fim, analisando o exemplo (2c) é possível notar que em espanhol o sujeito pronominal pode não ser realizado foneticamente, ao passo que, em inglês, a omissão do pronome faria com que a sentença fosse agramatical. Estes exemplos ainda possibilitam a observação de que o espanhol, língua de sujeito nulo, apresenta uma morfologia verbal rica; em contrapartida, o inglês possui uma morfologia verbal mais opaca quanto à pessoa gramatical, tornando necessária a marcação do sujeito pronominal.

Quanto à variedade caribenha do espanhol, é importante destacar que sua morfologia verbal pode ser considerada mais simplificada se comparada a de outras variedades, por conta da perda da realização da fricativa [s] em final de sílaba, o que afetaria, mais particularmente, a segunda pessoa do singular. Além disso, a ausência de *vosotros* em todo o território americano é outro fato que influencia o paradigma verbal dessa variedade, que conta somente com a forma *ustedes* para a segunda pessoa do plural, sem distinção de cortesia.¹

Toribio (1994, p. 422) mostra que o espanhol da República Dominicana, por exemplo, apresenta grande produtividade no uso de pronome sujeito, além de ter desenvolvido um expletivo (*ello*) em construções nas quais geralmente o sujeito é apagado. Para Orlando Alba (2009), em consonância com Toribio (1994), nessa variedade do espanhol o uso do pronome sujeito é um fenômeno generalizado e considerado como um dos aspectos linguísticos caracterizadores da norma culta. Para muitos dominicanos, inclusive, não há duas opções de uso – a única

¹ Algumas variedades do espanhol contam com a presença das formas *vosotros* e *ustedes* para a segunda pessoa do plural. Nesse caso, a primeira das formas é usada para intimidade e a segunda para respeito e/ou distanciamento. Nas variedades em que somente a forma *ustedes* é registrada, como é o caso da variedade caribenha, esta serve para expressar os dois valores pragmáticos de cortesia, isto é, intimidade e distanciamento.

disponível seria a expressão do sujeito. A seguir, alguns exemplos de Toribio (2000, p. 319-321) para o espanhol dessa região do Caribe:

- (3) a. Yo no lo vi, **él** estaba en Massachusetts, acababa de llegar, pero muy probable para el domingo pasado, que fue Día de las Madres allá, **él** esperaba en Nueva York... **Él** estaba donde Eugenia, y **yo** creo que **él** se va a quedar allá...
- b. **Ello** parece que no hay azúcar.
- c. **Ello** lo dijeron por radio.

Alguns estudiosos como Henríquez Ureña (1921) e Navarro (1948), Morales (1999) e Moreno Fernández (2000) consideram o Caribe insular como uma zona linguística única. Embora constitua certa unidade, seria formado, de acordo com Orlando Alba, por algumas variedades linguísticas:

o espanhol antilhano é um complexo dialetal, um macrosistema que contém três variedades diatópicas maiores: o cubano, o dominicano e o porto-riquenho. No interior de cada uma delas existem outras variedades diatópicas menores segmentadas ou entrecruzadas por uma rede de modalidades diastráticas diferentes. (ALBA, 1992, p. 539, tradução nossa).²

Em relação aos estudos de representação do sujeito, o trabalho recente de Cruz (2018), que analisa a variedade caribenha de Havana, merece destaque. A autora encontra índices muito elevados de sujeito nulo, o que não seria esperado para a zona caribenha. Logo, conclui que o espanhol de Cuba estaria mais próximo de uma língua prototípica de sujeito nulo, como a variedade peninsular, do que da característica relacionada à região caribenha: a frequente expressão do sujeito.

Com base no que foi exposto, o ponto de partida para o presente trabalho, que sintetiza os principais resultados da dissertação de mestrado de Felix (2019), foram os seguintes questionamentos: (a) a realização

² Do original, em espanhol: “el español antillano es un complejo dialectal, un macrosistema que contiene tres variedades diatópicas mayores: el cubano, el dominicano y el puertorriqueño. En el interior de cada una de ellas, a su vez, existen otras variedades diatópicas menores segmentadas o entrecruzadas por una red de modalidades diastráticas diferentes.”

do sujeito na zona caribenha se daria de maneira homogênea? (b) todo o Caribe (principalmente a parte insular) representa uma unidade dialetal, levando em consideração o aspecto sintático do preenchimento do sujeito? (c) a variedade de Cuba se comporta da mesma maneira que as demais variedades caribenhas ou não?

Para este estudo, de orientação sociolinguística de base laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994), utilizamos como *corpus* as entrevistas disponibilizadas pelo Projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América*), projeto responsável pela organização de um *corpus* de língua espanhola falada, representativo do mundo hispânico. Além disso, o projeto disponibiliza diferentes guias de codificação para estudos diversos, a fim de facilitar estudos comparativos entre distintas variedades do espanhol. Um desses guias de codificação disponíveis, que foi aqui utilizado para a codificação dos dados, é sobre a variável expressão do sujeito pronominal (BENTIVOGLIO; ORTIZ; SILVA-CORVALÁN, 2011).

Nesse sentido, os objetivos deste trabalho são: (a) verificar os contextos estruturais e sociais que poderiam condicionar ou não o preenchimento do sujeito pronominal seguindo a pauta do projeto PRESEEA e do guia de codificação unificado; (b) ampliar o estudo de Cruz (2018), contribuindo, assim, para os estudos da variedade cubana, pouco contemplada pela literatura.

Cruz (2018), em seu estudo, utilizou como *corpus* somente duas entrevistas do Projeto PRESEEA. Com este estudo, temos o propósito de dar continuidade e estender o trabalho da autora, analisando todas as entrevistas disponíveis para a cidade de Havana. Se os resultados de Cruz (2018) se replicarem em toda a amostra, espera-se, por hipótese, que o sujeito nulo prevaleça, fato este que afastaria Cuba das variedades de Porto Rico e República Dominicana e a aproximaria do espanhol peninsular, por exemplo.

Este texto está, portanto, organizado da seguinte forma: Na seção 2, apresentamos o *corpus* utilizado no estudo. Na seção seguinte, mostramos a metodologia adotada para a análise dos sujeitos pronominais na variedade de Havana. Na seção 4, apresentamos os resultados gerais obtidos, assim como uma breve comparação dos resultados encontrados com outras análises que foram feitas sobre o mesmo tema. Ainda nessa seção, mostramos os resultados dos três grupos de fatores mais esclarecedores para nossa análise.

2 *Corpus*

Para analisar os fatores que influenciam a presença do sujeito pronominal, levamos em consideração o *corpus* do projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América*) da variedade de Havana (Cuba), representada por um total de 17 entrevistas que foram coletadas entre os anos de 2010 e 2013.

O projeto PRESEEA conta com aproximadamente 40 grupos de pesquisas de orientação sociolingüística e é o resultado do trabalho coordenado por pesquisadores dos mais diferentes países – como Espanha, Colômbia, México, Equador, Paraguai, Argentina, Chile, Guatemala, Peru, Porto Rico, Cuba, Venezuela, Uruguai e Estados Unidos –, com uma metodologia comum a fim de reunir um banco de materiais coerentes que possibilite sua aplicação para fins educativos e tecnológicos.³

Os dados desse projeto tentam contemplar, em parte, a diversidade sociolingüística das comunidades que possuem o espanhol como língua oficial, podendo ser consultados sem custos, pois estão disponibilizados na internet para o uso exclusivo de pesquisas. As entrevistas disponíveis no site do projeto podem ser selecionadas por cidade, gênero, idade e nível de escolaridade do informante.

O *corpus* é composto por entrevistas semidirigidas, que focam em temas específicos com duração mínima de 45 minutos. No caso das entrevistas de Havana, os entrevistadores fazem parte da mesma comunidade que o informante, o que possibilita que seus dados também sejam levados em consideração, a depender do foco da pesquisa.

As entrevistas são transcritas e ficam à disposição dos participantes do projeto e dos demais pesquisadores por meio da página eletrônica já mencionada. Além da possibilidade de fazer download das entrevistas transcritas, o PRESEEA disponibiliza uma parte do áudio, também disponível para download.

No que diz respeito à interpretação e análise dos dados lingüísticos, o PRESEEA deixa a critério dos investigadores a maneira como vão lidar com eles, permitindo que esses possam atuar de maneira livre, colocando em prática seus objetivos e técnicas de estudo. No entanto, o Projeto também disponibiliza alguns procedimentos metodológicos a fim de facilitar estudos comparativos.

³ Informações disponíveis em <http://preseea.linguas.net/Inicio.aspx>.

Além da cidade de origem do informante, as três variáveis sociais contempladas no desenho do *corpus* são: gênero, idade e escolaridade. O controle dessas variáveis viabiliza a realização de estudos de natureza sociolinguística. Em relação à idade, o Projeto PRESEEA propõe distinguir três gerações: (i) geração 1: de 20 a 34 anos; (ii) geração 2: de 35 a 54 anos; e, (iii) geração 3: de 55 anos em diante.

Sobre a inclusão das variáveis gênero e escolaridade, o Projeto as mantém devido à compatibilidade de estudos do projeto com outras tantas investigações que aconselham manter tais variáveis na estratificação da amostra. As variantes que constituem a variável escolaridade são: (i) ensino primário: 5 anos aproximadamente de escolarização; (ii) ensino secundário: 10/12 anos aproximadamente de escolarização; (iii) ensino superior: 15 anos aproximadamente de escolarização (universitários, técnico superior).

A distribuição dos falantes de Havana se dá de acordo com a Tabela a seguir:

QUADRO 1 – Distribuição dos falantes do *corpus* PRESEEA: amostra Havana

17 informantes	Ensino					
	Primário		Secundário		Superior	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Idade	20 – 34	1	1	-	1	1
	35 – 54	1	1	1	1	1
	≥55	1	1	1	1	1

Fonte: Felix (2019, p. 52).

Como é possível observar, não há uma informante do gênero feminino entre 20 e 34 anos com escolaridade secundária. No entanto, como já mencionado, os entrevistadores também são cubanos e moradores de Havana. Como um dos entrevistadores se encaixava na cédula que nos faltava, optamos por incluí-lo de modo a completar o Quadro, passando, assim, a ter um total de 18 informantes.

3 Procedimentos metodológicos

Como dito anteriormente, o Projeto PRESEEA disponibiliza em seu site alguns procedimentos metodológicos. Este trabalho faz uso do guia de codificação “Expressão do sujeito pronominal” (BENTIVOGLIO; ORTIZ; SILVA-CORVALÁN, 2011). A proposta de codificação contempla uma variável dependente e quinze variáveis independentes, sendo quatro sociais: idade, gênero do falante, nível educativo e variedade.⁴ A variável dependente investigada neste trabalho é a forma de representação do sujeito pronominal, que pode ser expresso ou não, como é possível observar no exemplo (4), visto que o pronome **ella** aparece tanto na forma plena quanto nula. A partir das observações dos resultados do preenchimento do sujeito pronominal (gerais e por fatores), será possível descrever e analisar o comportamento da variedade de Havana.

- (4) **ella** está en la compañía Tony Menéndez / Ø baila ahí desde que Ø tenía como siete años / porque primero Ø empezó a / en el Teatro Nacional / con una persona que se llama Rosa Elena a dar ballet clásico / pero después no le gustó porque **ella** dice que **ella** baila porque le gusta bailar / pero no porque **ella** sea / quiera ser bailarina / **ella** dice que Ø quiere ser meteoróloga / pero bueno // una cosa es que **ella** diga ahora que Ø quiere ser meteoróloga cuando Ø sea una muchacha [LHAB_M32_067]⁵

Para a análise, foram desconsiderados os casos em que a alternância não é possível, seja pela presença obrigatória do sujeito, como no exemplo (5) em que vemos usos enfáticos de “mismo/misma”; em (6) quando o sujeito é uma informação nova que responde a uma pergunta, mais particularmente representado por uma pessoa gramatical distinta da que é oferecida na pergunta; em (7) quando o sujeito é necessário por ser foco de contraste; e em casos como (8), de frases idiomáticas.

⁴ Para quando se analisa mais de uma variedade, o que não é o caso.

⁵ Para melhor observação dos dados, cada exemplo é um turno de fala inteiro.

- (5) bueno imagínate qué te voy a decir / ahí la culpa la tenemos **nosotros mismos** los seres humanos [LHAB_H12_037]
- (6) E.: bueno/ esperemos eso // bueno / ¿y dónde tú vives? I.: **yo** vivo en Alamar [LHAB_H11_001]
- (7) y trato de que **él** se incorpore // a la forma en que **yo** le estoy hablando // pero bueno ya si no te no hay más remedio // no por lo general no corrijo la falta / porque bueno no sé cómo me va a responder [LHAB_H32_061]
- (8) y delante de la sala está como otra sala que es para recibir a las visitas que sé yo porque la otra sala es la parte donde está la parte donde está el televisor [LHAB_H12_037]

Também foram desconsiderados os casos em que a ausência do pronome sujeito é obrigatória, como em (9), em estruturas com verbo impessoal; assim como os dados com verbos no imperativo (10), visto que apresentam sujeito majoritariamente apagado, não servindo para diferenciar as duas marcações, de ausência ou presença do sujeito pronominal:

- (9) I.: me gustaría<alargamiento/> vivir en La Habana Vieja
E.: ¿por qué?
I.: porque **Ø** hay más movimiento [LHAB_H11-001]
- (10) E.: cuénteme un poco de dónde usted vive / ¿cómo es su casa? [LHAB_M33_103]

Foram desconsiderados também os casos com *un/unos*⁶ por serem casos que apresentam sujeito majoritariamente expreso, como é possível observar no exemplo a seguir:

- (11) bueno la vista es un momento de belleza / de tranquilidad // porque es tranquilo / y ahí **uno** puede / pasar bien el tiempo [LHAB_H11_001]

⁶ O guia controla e considera esse tipo de sujeito; no entanto, após uma rodada considerando esses casos e a observação de sujeitos majoritariamente preenchidos, preferimos desconsiderá-lo.

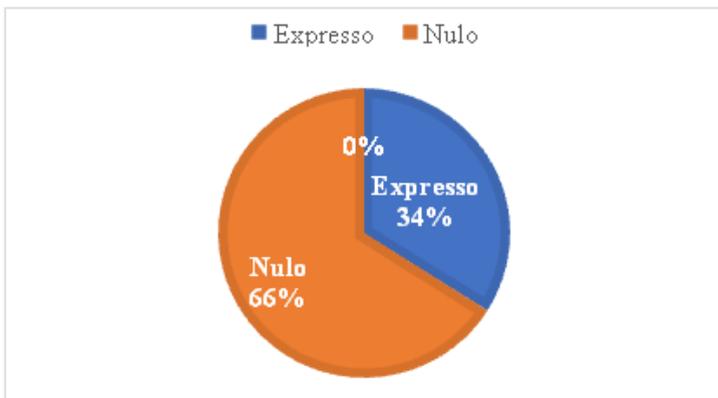
Os dados foram codificados e submetidos ao pacote *GoldVarb* (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001). Tomou-se como variável dependente o sujeito pronominal expresso ou não expresso, e como variáveis independentes os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos listados a seguir: (i) pessoa do sujeito; (ii) especificidade do sujeito; (iii) modo verbal; (iv) tempo verbal; (v) progressividade; (vi) perfectividade; (vii) ambiguidade; (viii) classe semântica do verbo; (ix) tipo de cláusula; (x) correferencialidade; (xi) turno de fala; (xii) gênero; (xiii) faixa etária; (xiv) escolaridade.

4 Resultados

4.1 Resultados gerais

O cômputo geral das orações finitas analisadas nos proporcionou um total de 2.514 dados que foram submetidos a rodadas no programa *GoldVarb*, para verificar os grupos favorecedores da expressão do sujeito pronominal na variedade de Havana. O Gráfico a seguir apresenta os resultados gerais:

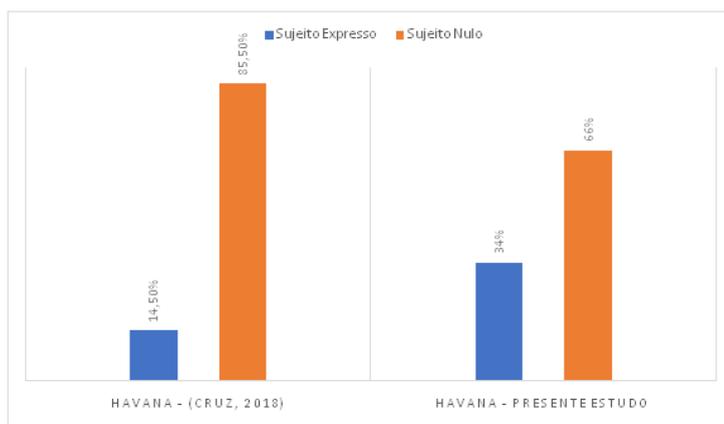
GRÁFICO 1 – Resultado geral da variável expressão/omissão do sujeito pronominal no espanhol de Havana, Cuba



Fonte: Felix (2019, p. 75).

A partir da leitura do Gráfico 1, já é possível verificar que os nossos resultados diferem, em termos quantitativos, dos de Cruz (2018), provavelmente pelo fato de a autora ter analisado apenas duas entrevistas de Havana. Por mais que o sujeito nulo prevaleça, o resultado encontrado faz com que não seja possível dizer que o espanhol de Havana seja uma variedade que se comportaria de forma similar ao espanhol peninsular. A seguir, a comparação desse primeiro resultado com o de Cruz (2018):

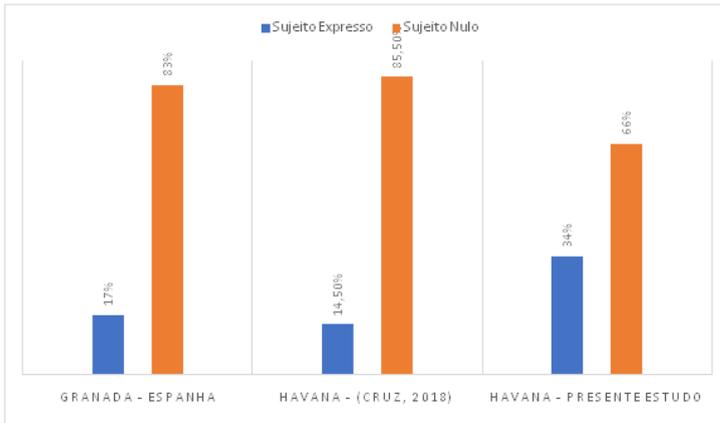
GRÁFICO 2 – Comparação dos resultados de Cruz (2018) x o presente estudo



Fonte: Felix (2019, p. 75).

Para um melhor entendimento do fato que, de acordo com os resultados encontrados neste estudo, a variedade cubana não se comportaria como variedades prototipicamente [+*pro-drop*], no Gráfico a seguir são comparados os resultados do presente estudo com os de Cruz (2018), novamente, para o espanhol de Havana, e com os de Antonio Cruz, Francisca Furest e Francisco García (2016) para o espanhol de Granada:

GRÁFICO 3 – Expressão/omissão do sujeito nas variedades de Granada e Havana

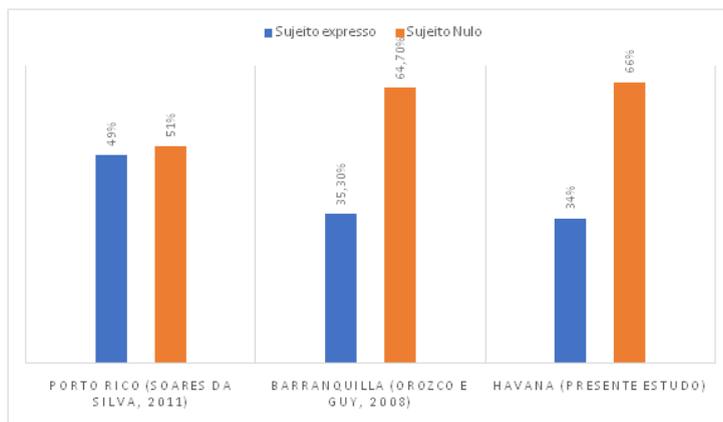


Fonte: Felix (2019, p. 76).

Como é possível observar no Gráfico 3, a taxa pronominal de expressão dos pronomes sujeitos é muito baixa para o espanhol de Granada (17%). Cruz (2018) encontra resultados semelhantes para o espanhol de Havana (14,5%). Em seu estudo, Cruz compara os resultados de Havana ao obtido com informantes de Madri e mostra também que a taxa de realização do sujeito pronominal dos informantes madrilenhos é baixa: 12,26% para os informantes jovens e 24,14% para os informantes idosos; o que colocaria a variedade cubana no mesmo patamar do espanhol granadino e madrilenho.

No entanto, os nossos resultados, que consideram a totalidade da amostra de Havana disponível no *corpus* do Projeto PRESEEA, flexibilizam essa comparação: a variedade cubana de Havana (34%) não se comporta como o espanhol peninsular, mas corresponde a resultados já encontrados para o espanhol caribenho, como podemos ver no Gráfico a seguir, que mostra os resultados de Soares da Silva (2011), para o espanhol de San Juan de Porto Rico, e de Orozco e Guy (2008), para o espanhol de Barranquilla (Colômbia):

GRÁFICO 4 – Expressão/omissão do sujeito pronominal em Porto Rico, Barranquilla e Havana

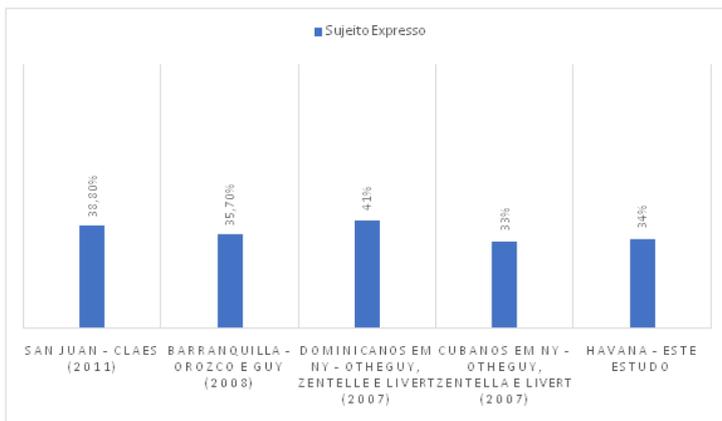


Fonte: Felix (2019, p. 77).

Com esse último Gráfico é possível observar que em Porto Rico a omissão do sujeito pronominal (51%) é levemente superior à sua expressão (49%) e que em Cuba e na região costeira da Colômbia, por mais que haja um pouco mais de sujeitos nulos (64,7% em Barranquilla e 66% em Havana), esses resultados podem mostrar que a variedade de Havana se enquadraria no que é descrito para a região caribenha.

Para confirmar essa afirmativa, o Gráfico a seguir compara os resultados de Claes (2011), para o espanhol de San Juan; Otheguy, Zentella e Livert (2007), para os dominicanos e cubanos em Nova Iorque; e Orozco e Guy (2008), para o espanhol de Barranquilla.

GRÁFICO 5 – Expressão do sujeito pronominal: San Juan, Barranquilla, Dominicanos em Nova York, Cubanos em Nova York e Havana



Fonte: Felix (2019, p. 78).

Como se vê, a produtividade da expressão do sujeito pronominal nas variedades estudadas é relativamente uniforme, com taxas que variam de 33% na fala de cubanos residentes em Nova Iorque a 41%, na amostra de dominicanos, também em Nova Iorque. Nesse sentido, é possível concluir que, no que se refere à expressão do sujeito pronominal, o espanhol de Havana apresenta um comportamento que condiz com outras variedades na zona do Caribe e se distancia tanto dos resultados descritos para a variedade peninsular, quanto dos apresentados por Cruz (2018), com base em somente duas das entrevistas que compõem o *corpus* Havana do projeto PRESEEA.

4.2 Resultados por fatores selecionados como relevantes

Do total de 14 fatores controlados, sendo 11 internos e três externos, foram apenas sete os fatores selecionados na análise estatística pelo programa *GoldVarb*. No Quadro a seguir, apresentamos os fatores selecionados segundo a ordem de relevância. O valor de aplicação é o sujeito expresso.

QUADRO 2 – Grupo de fatores selecionados em ordem de relevância
Log likelihood = -1451.375. Significance: 0.038.

FATORES SELECIONADOS
PESSOA DO SUJEITO
CORREFERENCIALIDADE
IDADE
ESCOLARIDADE
ESPECIFICIDADE DO SUJEITO
TEMPO VERBAL
PROGRESSIVIDADE

Fonte: Felix (2019, p. 79).

Em função dos limites deste artigo, concentraremos a atenção nos três primeiros fatores selecionados, sendo os dois primeiros internos e o terceiro externo: pessoa do sujeito, correferencialidade e idade.

4.2.1 Pessoa do sujeito

O primeiro grupo selecionado pelo programa como mais relevante foi a pessoa gramatical do sujeito. A segunda pessoa do singular aparece com mais frequência que as demais pessoas. Isso pode se dar também pelo fato de o pronome pessoal *tú* poder ser utilizado com referência arbitrária, o que favorece a expressão do sujeito, como exemplificado a seguir:

- (12) cuando **tú** saludas una persona // **tú** te estás eeh // enfrentando / o sea / estás eeh // ¿cómo decirte? // estás diciendo quién **tú** eres / y además // tienes frente a la persona que te va a / a que estás **tú** hablando y entonces / a ver / ¿cómo decirte? [LHAB_M33_103]

A seguir, a Tabela com os valores percentuais e pesos relativos:

TABELA 1 – Ocorrência de sujeito pronominal na variedade cubana de Havana.
Valor de aplicação: sujeito expresso.

PESSOA DO SUJEITO	OCO/TOTAL	%	P.R.
Segunda pessoa singular (tú)	142/234	61%	.58
Terceira pessoa do singular (él)	110/245	45%	.58
Primeira pessoa do singular (yo)	536/1590	34%	.56
Terceira pessoa plural (ellos)	30/112	27%	.30
Segunda pessoa do singular (usted)	8/50	16%	.27
Primeira pessoa plural (nosotros)	37/283	13%	.18
TOTAL	863/2514	34%	

Fontwe: Felix (2019, p. 81).

Esses resultados correspondem aos encontrados em outros estudos que mostravam que os pronomes sujeito no singular tenderiam a ser mais expressos. Claes (2011) aponta que, na amostra de Porto Rico, a segunda pessoa do singular é ainda mais frequente do que a primeira pessoa, tal como ocorre em nossos resultados. No que se refere aos valores de peso relativo, embora os resultados não sejam tão proeminentes, a expressão do sujeito seria favorecida pelas pessoas gramaticais do singular: segunda pessoa (.58), terceira pessoa (.58) e primeira pessoa (.56). Vejamos dados ilustrativos de cada uma dessas pessoas, respectivamente, abaixo:

- (13) ¡sí! / ahora / casi casi siempre cuando **tú** vas / lo que te encuentras es un solo sabor o una pera o una manzana / que yo no me explico si somos un país de / con muchas frutas / no sé / la guayaba / el mango / y en el Coppelia **tú** no ves un helado de mango / es muy difícil ver un helado de guayaba / lo que te encuentras es un rizado / o un rizado de guayaba / pero te encuentras pera / manzana // extracto de esos que están importando / y lo que hacen es / hacer un poco de helado de esos que / al cubano lo que le gusta es la fruta natural de / de su país // se supone // por lo menos a mí // [LHAB_H21_013]

- (14) **él** está viejito y ya no puede estar en esos viajes [LHAB_M31_031]
- (15) **yo** lo encuentro todo lo positivo / **yo** busco siempre todo lo positivo [LHAB_M33_103]

Da mesma maneira, os nossos resultados corroboram outros estudos que já mostravam que a expressão do pronome sujeito de primeira pessoa do plural aconteceria com menos frequência, por ser uma forma morfológicamente mais distintiva e mais regular do espanhol. Para esse caso em particular, obtivemos tanto a menor frequência em termos percentuais (13%) quanto o menor valor em relação ao seu peso relativo (.18):

- (16) bueno / con los vecinos que no tengo mucho contacto // sinceramente / te digo / no es que no los trate con siempre / como decirte / existe un / una comunicación / en / en / entre comillas / porque Ø no nos relacionamos como tal pero // tampoco es una cosa que no los mire [LHAB_M21_019]

4.2.2 Correferencialidade

O segundo fator selecionado na rodada estatística de peso relativo foi a correferencialidade. Neste fator, são levadas em consideração as seguintes variantes: correferência com sujeito prévio, como em (17); correferência parcial, isto é, com outro argumento que não seja sujeito, como em (18); não correferencial (19); não aplicável, para os casos de começo de turno, como em (20).

- (17) bueno el año pasado sí las celebramos porque coincidió que mi papá había venido de vacaciones y había sido las primeras vacaciones que **él** había coincidido que le cayera navidades porque casi siempre le coincidía estando trabajando / fuera del país y bueno sí la celebramos / hicimos una reservación cosa que en otro momento no hubiéramos podido hacer [LHAB_H12_037]
- (18) bueno yo nunca me imaginé de que iba a ser / o sea tan lindo / es decir es emocionante ser padre trato de disfrutarlo lo más que puedo / cuando estoy con ella me gustaría de que Ø fuera mejor que yo [LHAB_H12_037]

(19) vivo con mi esposo y mi hija pero Ø no estamos casados por papeles [LHAB_M22_055]

(20) E: ¿y dónde tú vivías antes?

I: Ø vivíamos en Centro Habana<alargamiento/> hasta que <alargamiento/> hubo un accidente en el edificio / albergamiento / en fin / microbrigada / resultado / esta casa [LHAB_H23_085]

Vários estudos como Claes (2011) e Orozco e Guy (2008), por exemplo, chegam a uma conclusão similar no que se refere à referencialidade: referentes distintos, isto é, quando há uma troca referencial, favoreceriam a expressão do sujeito.

Vejam, abaixo, os resultados obtidos para o controle do fator referencialidade:

TABELA 2 – Correferencialidade do sujeito pronominal na variedade cubada de Havana. Valor de aplicação: sujeito expreso.

CORREFERENCIALIDADE	OCORRÊNCIAS/ TOTAL	%	P.R.
NÃO CORREFERENCIAL	290/524	55%	.71
CORREFERÊNCIA PARCIAL	79/170	46%	.64
NÃO APLICÁVEL	179/568	31%	.49
CORREFERÊNCIA COM SUJEITO PRÉVIO	380/1323	29%	.40
TOTAL	863/2514	34%	

Fonte: Felix (2019, p. 83).

Como se pode ver, os nossos resultados coincidem com a literatura (CLAES, 2011; OROZCO; GUY, 2008): observamos que sujeitos não correferenciais tendem a ser mais expressos que os demais casos. Para a variante não correferencial (21), obtivemos uma taxa de 55% de expressão do sujeito e um valor de .71, o que sugere um favorecimento considerável desse fator.

- (21) (en la casa) no se ha hecho reforma // a principio cuando **yo** nací en esta casa / la casa estaba / no estaba muy bien <silencio/> muy bien reparada [LHAB_H11_001]

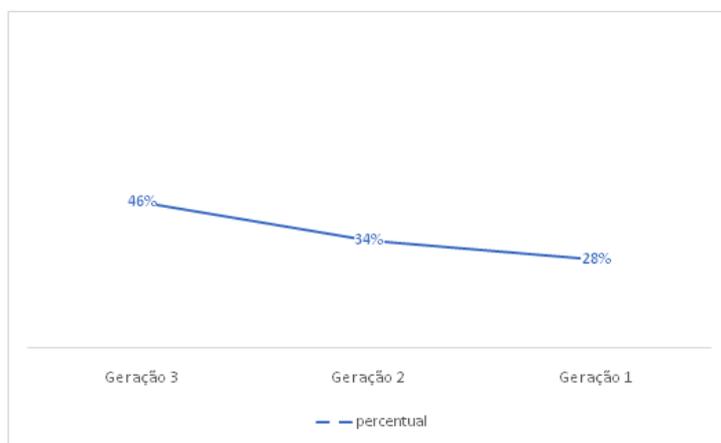
No entanto, quando há uma correferência parcial, a expressão do sujeito também é produtiva (46%). O valor, em termos de peso relativo, também é significativo nesse caso (.64).

- (22) bueno mi mejor amigo es / lo conocí yo en / en la primaria // en estos momentos / él se fue desde el dos mil siete / del país [LHAB_H11_001]

4.2.3 Idade

A taxa de expressão do sujeito pronominal é menor na população jovem (28%), ao passo que os adultos (34%) e, principalmente, os idosos (46%) de Havana tendem a apresentar mais ocorrências de sujeito exposto, como é apresentado no Gráfico 6:

GRÁFICO 6 – Sujeito exposto nas três faixas etárias, no espanhol de Havana



Fonte: Felix (2019, p. 84).

Observando os pesos relativos, notamos que, de fato, o fator geração 3 (população mais idosa) tende a favorecer a expressão do

sujeito (.60), enquanto as demais gerações desfavoreceriam a aplicação da regra de preenchimento.

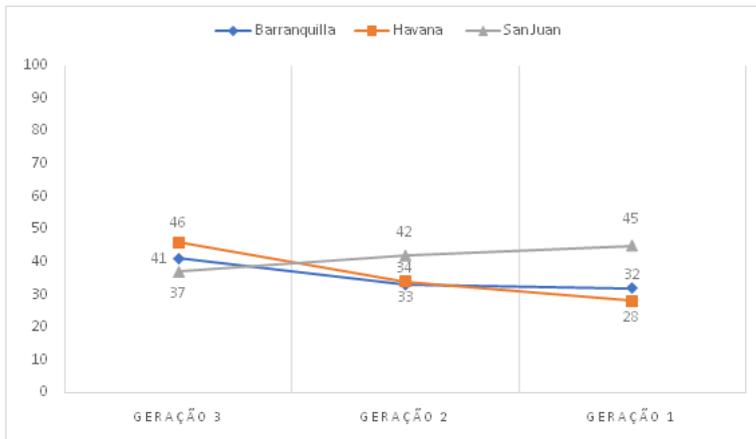
TABELA 3 – Expressão do sujeito pronominal de acordo com a idade do informante.
Valor de aplicação: sujeito expresso.

IDADE	OCORRÊNCIAS/ TOTAL	%	P.R.
Geração 3	398/864	.46%	.60
Geração 2	248/720	34%	.47
Geração 1	282/1001	28%	.43
TOTAL	863/2514	34%	

Fonte: Felix (2019, p. 85).

Se compararmos nossos resultados com os resultados de Orozco e Guy (2008), para o espanhol da região caribenha costeira de Barranquilla, e com os resultados de San Juan de Porto Rico, de Soares da Silva (2011), temos o Gráfico a seguir:

GRÁFICO 7 – Comparação dos resultados: sujeitos expressos



Fonte: Felix (2019, p. 85).

Quando analisamos esse Gráfico, que nos revela uma análise em tempo aparente, observamos que os resultados referentes às regiões de Barranquilla e Havana são bem semelhantes. Orozco e Guy (2008) dizem que esses resultados podem refletir o maior acesso à educação dos jovens comparados com as gerações anteriores. Se observarmos os resultados de Soares da Silva (2011), percebemos que, no espanhol de Porto Rico, os jovens são os que produzem mais sujeitos expressos, o que foi um resultado esperado pelo autor, visto que quando ocorre uma mudança na língua, a forma inovadora apareceria com mais frequência na fala dos jovens (SOARES DA SILVA, 2011). Com essa análise podemos nos perguntar se o espanhol de Cuba (que é o nosso foco de análise) estaria se desprendendo da característica [- *sujeito nulo*] que a zona do Caribe participaria. Uma análise mais exaustiva é necessária para responder essa questão. Por ora, entendemos, ao alcance de nossos dados, que Cuba estaria vivendo um processo de mudança, mas que ainda compartilha as características ditas da região.

5 Considerações finais

A análise e discussão dos nossos resultados corroboram os resultados já esperados para a região caribenha. Dos 14 fatores linguísticos analisados, sete foram considerados relevantes. Em função dos limites deste texto, centramos a atenção nos três primeiros fatores selecionados: pessoa do sujeito, correferencialidade e idade. Nossos resultados mostram que a variedade de Havana está dentro do que é esperado para a região da qual faz parte, como mostramos em nossos gráficos.

Um dos resultados mais curiosos que obtivemos foi no que diz respeito ao fator idade, visto que a população jovem parece preferir o sujeito nulo, enquanto os mais idosos, o sujeito pleno. Com esse resultado nos questionamos se Cuba, em algum momento, apresentou taxas maiores de sujeito e estaria mudando em direção a sujeitos mais apagados, mas reconhecemos a necessidade de um trabalho mais exaustivo, que leve em consideração entrevistas mais recentes que apontem para uma conclusão sobre esse fato.

Pelo fato de os nossos resultados não evidenciarem o percurso geralmente encontrado em casos de mudança em relação ao preenchimento do sujeito (nos quais o caminho parece ser do não-preenchimento para o preenchimento e não ao contrário, como parece ocorrer em Cuba),

acreditamos que seria relevante também conjugar outros procedimentos metodológicos com a análise de corpora, como testes de aceitabilidade e (a)gramaticalidade com falantes nativos, para confirmar, flexibilizar ou refutar a nossa interpretação dos dados.

Apesar de tratarmos de considerações finais, reconhecemos que este trabalho não se encerra aqui, sugerindo uma análise posterior em que sejam verificados outros fatores. A maior contribuição deste estudo é, principalmente, fomentar e ampliar os estudos sobre o espanhol caribenho e possibilitar que estudos que utilizem a mesma metodologia possam lançar olhares comparativos sobre distintas variedades do espanhol.

Referências

ALBA, O. El español del Caribe: unidad frente a diversidad dialectal. *Revista Filología Española*, Madrid, v. 72, n. 3/4, p. 525-540, 1992. DOI: <https://doi.org/10.3989/rfe.1992.v72.i3/4.582>.

ALBA, O. *La identidad lingüística de los dominicanos*. Santo Domingo: Ediciones Librería La Trinitaria, 2009.

BENTIVOGLIO, P.; ORTIZ, L. A.; SILVA-CORVALÁN, C. La variable «expresión del sujeto pronominal»: Guía de codificación. In: PRESEEA – Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América. *Metodología*. Madrid, 2011. Disponível em: http://preseaa.linguas.net/Portals/0/Metodologia/guia_codificacion_sujetos_julio_2011.pdf. Acesso em: 21 fev. 2020.

CLAES, J. *¿Constituyen las Antillas y el Caribe continental una solo zona dialectal?*: datos de la variable expresión del sujeto pronominal en San Juan de Puerto Rico y Barranquilla, Colombia. *Spanish in Context*, v 8, n. 2, p. 191-212, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1075/sic.8.2.01cla>.

CRUZ, A. M-C.; FUREST, F. P.; GARCIA, F. S. Factores determinantes en la expresión del sujeto pronominal en el corpus PRESEEA de Granada. *Boletín de Filología*, Chile, v. 51, n. 2, p. 181-207, 2016. Disponível em <https://boletinfilologia.uchile.cl/index.php/BDF/article/view/44876/46946>. Acesso em: 21 fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-93032016000200007>.

CRUZ, L. *Expressão/omissão do sujeito pronominal no espanhol de Cuba e Espanha: análise e comparação de dados entre Havana e Madrid*. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FELIX, T. S. *O sujeito pronominal no espanhol caribenho: análise do corpus PRESEEA de Havana*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FERNÁNDEZ, F. M. La lengua española y sus variedades. In: _____. *Qué español enseñar*. Madrid: Arco Libros – La Muralla, S.L., 2000. p. 47-59

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HENRÍQUEZ UREÑA, P. Observaciones sobre el español de América. *Revista de Filología Española*, Madrid, n. 8, p. 357-390, 1921.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

MORALES, A. Anteposición del sujeto en el español del Caribe. In: LÓPEZ, L. A. O. (ed.). *El Caribe hispánico: Homenaje a Manuel Álvarez Nazario*. Madrid: Iberoamericana, 1999. p. 77-98. DOI: <https://doi.org/10.31819/9783865278852-007>.

NAVARRO, T. *El español en Puerto Rico: Contribución a la geografía lingüística hispanoamericana*. Río Piedras: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1948.

OROZCO, R.; GUY, G. R. *El uso variable de los pronombres sujetos: ¿qué pasa en la costa Caribe colombiana?* In: WORKSHOP ON SPANISH SOCIOLINGUISTICS, 4th., 2008, Albany. *Proceedings* [...]. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2008.

OTHEGUY, R.; ZENTELLA, A. C.; LIVERT, D. Language Contact in Spanish in New York Toward the Formation of a Speech Community. *Language*, Pennsylvania, v. 83, n. 4, p. 770-802, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1353/lan.2008.0019>.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *GoldVarb 2001: A Multivariate Analysis Application for Windows. User's Manual*. Toronto: University of Toronto, 2001.

SOARES DA SILVA, H. *Evidências da mudança paramétrica em dados da língua-E: o sujeito pronominal no português e no espanhol*. 2011. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

TORIBIO, A. J. Dialectal Variation in the Licensing of Null Referential and Expletive Subjects. In: PARODI, C. et al. (org.). *Aspects of Romance Linguistic*. Washington: Georgetown University Press, 1994.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: 8 de setembro de 2020.

Aprovado em: 13 de novembro de 2020.



Toponímia transplantada de origem italiana no Brasil: o caso do modificador “novo”

Transplanted Toponymy of Italian Origin in Brazil: the Case of the Modifier “novo” (“New”)

Maryelle Joelma Cordeiro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

maryellecordeiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4459-4675>

Lorenza Lourenço

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

lorenzalourenco@ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0003-0903-4066>

Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

cunhae@letras.ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-5302-2946>

Resumo: Topônimos são nomes próprios que designam lugares. Neste trabalho, o objeto de análise são topônimos que denominam agrupamentos humanos, especificamente municípios e distritos, transplantados da toponímia italiana para a toponímia brasileira por meio da adoção do modificador “novo”. Após o exame de todos os nomes de municípios e distritos brasileiros, 16 topônimos foram incluídos no conjunto de dados a serem analisados. Esses topônimos foram estudados considerando-se aspectos linguísticos, em particular morfológicos e semânticos, e histórico-culturais. Observou-se que, na grande maioria dos casos, os topônimos italianos transplantados no Brasil passaram a ser utilizados na toponímia brasileira para nomear lugares ocupados por comunidades de imigrantes italianos, caracterizando, assim, uma forma de evocação da terra natal.

Palavras-chave: toponomástica; toponímia transplantada; língua italiana no Brasil; imigração.

Abstract: Toponyms are proper names that designate places. In this article, the object of analysis are toponyms that denominate human groupings, specifically municipalities and districts, transplanted from Italian toponymy to Brazilian toponymy through the adoption of the modifier “*novo*” (“new”). After examining all the names of Brazilian municipalities and districts, 16 toponyms were included in the data set to be analyzed. These toponyms were studied considering linguistic, in particular morphological and semantic, and historical-cultural aspects. We observed that, in the vast majority of cases, Italian toponyms transplanted in Brazil started to be used in Brazilian toponymy to name places occupied by Italian immigrant communities, thus characterizing a form of evocation of the homeland.

Keywords: toponomastics; transplanted toponymy; Italian language in Brazil; immigration.

1 Introdução

O processo de nomeação de espaços surge da necessidade do ser humano de demarcar o território onde vive e de estampar a sua marca no lugar que ocupa, o que é intensificado pela ampliação do número de agrupamentos humanos em áreas que exigem a identificação da terra à proporção que ela vai sendo habitada. A Toponomástica,¹ um dos ramos da Onomástica, é a disciplina linguística que se ocupa do estudo dos topônimos, isto é, dos nomes próprios de lugares. A realização de análises linguísticas e de estudos sobre a motivação da atribuição de nomes a lugares permite a recuperação de aspectos históricos e das possíveis transformações que esses designativos possam ter sofrido com o passar do tempo. Além disso, os estudos toponomásticos são capazes de revelar diversos elementos relacionados às comunidades, pois “[t]opônimos são signos importantes, indicadores da cultura, história e língua de um povo: pronunciados ou escritos, revelam informações sobre as sucessivas gerações de habitantes de uma localidade, dos homens que nela nasceram,

¹ A adoção do termo “Toponomástica” neste trabalho segue recomendação do *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS), de 2011, para referir-se ao campo de estudo dos nomes de lugares, distinguindo-se de “toponímia”, conjunto de topônimos de um determinado local. Trata-se de uma forma de padronização do uso desses termos, conforme informado por Seabra e Isquierdo (2018).

viveram e trabalharam” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008, p. 416, tradução nossa).²

Uma das formas relevantes de se marcar a presença de uma cultura estrangeira em um novo lugar é pela adoção de topônimos da terra de origem, o que se conhece por “transplantação toponímica”. Isso pode ocorrer tanto nos casos em que tenha havido um fenômeno migratório quanto por mero mimetismo, não necessariamente relacionado à presença de imigrantes do local homenageado. Nesse contexto, o presente trabalho discute casos de toponímia transplantada de origem italiana que nomeia lugares no Brasil, mais especificamente municípios e distritos, acompanhados pelo modificador “novo”, frequentemente observado nos casos de topônimos transplantados. É objetivo deste artigo analisar o recorte toponímico selecionado, considerando a motivação semântica que estimulou o denominador a utilizar tais topônimos para formalizar os nomes dessas localidades, além de apontar possíveis relações entre os topônimos e as características dos locais que estes nomeiam, com destaque para a relação entre a toponímia e a sociedade.

2 Fundamentação teórico-metodológica

O aparato teórico-metodológico da presente pesquisa se fundamenta, principalmente, nas produções de Dick (1982, 1988), Frosi, Faggion e Dal Corno (2008) e Misturini (2018). De acordo com Dick (1982), uma população, ao se deslocar para outro território com língua, costumes e tradições diferentes dos de seu local de origem, cria formas de expressar e manter sua identidade cultural marcando, de diversas maneiras, os lugares por onde passa, inclusive por meio da toponímia. Para a pesquisadora, foi o que aconteceu no Brasil, pois a existência de estratos populacionais diversos no processo de formação etno-histórica e a consequente presença de falantes distintos no território acabaram por definir também distintamente seu espaço físico.

Tais topônimos se descolam e acompanham o movimento das levas povoadoras, caracterizando uma espécie de “saudade da terra natal”

² Trecho original: “I toponimi sono segni importanti, indicatori della cultura, della storia e del linguaggio di un popolo: pronunziati o scritti, essi rivelano informazioni sulle successive generazioni abitanti di una località, degli uomini che li nacquero, vissero e lavorarono.”

(NASCENTES, 1960, p. 102). Nesse sentido, topônimos transplantados se baseiam, segundo Dick (1982), na utilização de topônimos já existentes para nomear outros locais, podendo ser acompanhados por pequenas alterações ou por elementos adicionais (como, por exemplo, o adjetivo “novo”). Em outras palavras, Dick (1982, p. 83) acrescenta que o topônimo transplantado é o “designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou”. Quando a transplantação ocorre sem a presença de fenômeno migratório, impulsionada, em geral, apenas pelo próprio prestígio da localidade homenageada, configura-se um exemplo de “mimetismo toponímico”. Em síntese, Dick (1988, p. 86) informa que:

[u]ma regra toponímica relacionada ao deslocamento dos nomes diz que isso ocorre sob duas condições principais:
a – acompanhando a migração dos povos, junto com o povo que se muda, portanto;
b – por mimetismo ou espírito de imitação, vontade de se contar com o “estranho” na nomenclatura nativa.

Dentre os estudos anteriores relacionados à toponímia transplantada, destacam-se os trabalhos de Dick (1982, 1988) acerca das origens históricas da toponímia brasileira, abordando topônimos transplantados de procedência europeia e a relação entre toponímia e imigração no Brasil; o trabalho de Nascentes (1960), sobre topônimos portugueses transplantados para a toponímia brasileira; o artigo de Silva e Oliveira (2012), referente a topônimos transplantados de origem portuguesa no estado do Pará; e o de Lima (2009), sobre topônimos europeus transplantados utilizados na nomeação de edifícios residenciais no Espírito Santo. Há, também, uma série de trabalhos dedicados ao estudo da toponímia italiana no Brasil, dentre os quais se destacam o de Filgueiras (2011), acerca da presença italiana na toponímia das ruas de Belo Horizonte; o de Frosi, Faggion e Dal Corno (2008), sobre a toponímia de origem italiana no território brasileiro; e as pesquisas realizadas por Baretta (2012), Misturini (2018) e Eckert (2020), todas dedicadas ao estudo de topônimos na Região de Colonização Italiana (RCI) no Rio Grande do Sul.

3 Procedimentos metodológicos

A lista contendo os topônimos analisados foi extraída da planilha “Composição dos arquivos da Base de Faces de Logradouros do CD2010”, disponibilizada pelo IBGE.³ A planilha contém os nomes de todos os municípios, distritos e subdistritos do Brasil conforme a subdivisão territorial adotada no censo demográfico de 2010.

Dick (1982, p. 95) aponta que “[c]omo técnica de denominação, note-se que o nome estrangeiro, fora do seu território, geralmente recebe o acréscimo dos adjetivos novo/nova, para com isso caracterizar a sua implantação em outro local”. Para Frosi, Faggion e Dal Corno, “[a] recorrência do adjetivo Nova, sempre diante do nome que designa a localidade, estabelece com ele uma simbiose perfeita entre a terra natal e o país anfitrião, entre o universo dos elementos italianos e os múltiplos componentes da nova realidade brasileira” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008, p. 416, tradução nossa).⁴ A partir dessa informação e como critério de seleção e exclusão para um conjunto de dados muito extenso, foram coletados todos os topônimos referentes a municípios e distritos que contivessem o adjetivo “novo” e suas flexões de gênero e número (“nova”, “novas” e “novos”), inclusive nos casos de composição por justaposição (“Novorizonte”, “Vilanova”). No total, 343 topônimos atenderam a esses critérios, sendo 200 nomes de municípios e 143 nomes de distritos. Em seguida, esses 343 nomes foram comparados aos topônimos presentes na lista de códigos estatísticos e denominações de unidades territoriais fornecida pelo ISTAT (Istituto Nazionale di Statistica, órgão estatístico do governo italiano).⁵ A finalidade dessa comparação foi identificar, dentre os topônimos brasileiros que contêm o adjetivo “novo” e suas flexões, aqueles que pudessem fazer referência a topônimos italianos.

³ Versão disponibilizada em: 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html?edicao=29001&t=acesso-ao-produto>.

⁴ Trecho original: “La ricorrenza dell’aggettivo Nova, sempre davanti al nome che designa la località, stabilisce con esso una perfetta simbiosi tra la patria e il paese ospitante, tra l’universo degli elementi italiani e le molteplici componenti della nuova realtà brasiliana.”

⁵ Versão disponibilizada em: 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/6789>.

Observou-se um considerável número de correspondências entre os designativos brasileiros estudados e os italianos presentes na lista de topônimos do ISTAT. Entretanto, nem todas essas correspondências significam que tenha havido transplantação. Ao analisar o caso de topônimos portugueses transplantados no Brasil, Nascentes (1960, p. 102-103) observa que “[h]á muitos topônimos brasileiros iguais a topônimos portugueses. Mas isto se explica naturalmente pela identidade de língua, na maioria dos casos. Nem todos estes topônimos idênticos se acham relacionados”. O mesmo ocorre na situação avaliada aqui, em particular nos casos em que o topônimo brasileiro contém, além do adjetivo “novo”: (a) um substantivo comum e de frequência relativamente alta (ex.: “Castelo Novo”, “Nova Ponte”, “Serra Nova”); ou (b) o nome de um santo do hagiológico romano (ex.: “Nova Santa Cruz”, “Nova Santa Helena”, “São Roque Novo”). Nesses casos, o mais provável é que a correspondência seja apenas fruto de coincidência: os topônimos brasileiros são similares aos italianos não por terem sido transplantados da Itália, mas simplesmente por conterem elementos frequentes nas línguas românicas. Observou-se, inclusive, que vários desses topônimos foram transplantados de outras regiões do próprio Brasil – seja por ocasião de deslocamentos de indivíduos ou comunidades, seja por simples mimetismo ou homenagem. Além disso, a legislação brasileira, por meio da Lei Complementar nº 46/84, busca evitar a duplicidade de topônimos no país, de forma que, em muitos casos, um município acaba por adotar o adjetivo “novo” junto ao designativo principal para que não haja duplicidade de nomes. Como exemplo, pode ser citado o caso de Nova Santa Helena (MT), cuja denominação anterior, “Santa Helena”, teve de ser alterada em função da existência de município homônimo no Paraná – aparentemente não possuindo, portanto, nenhuma relação com as comunas de *Sant’Elena* (Vêneto), *Sant’Elena Sannita* (Molise) e *Quartu Sant’Elena* (Sardenha).

Após a triagem acima descrita, restaram, então, os topônimos⁶ que são apresentados e analisados na próxima seção.

⁶ É importante destacar que, neste estudo, apenas os casos em que o qualificador “novo” modifica o topônimo italiano foram considerados. Por esse motivo, o designativo “Vila Nova de Florença”, referente a um distrito de São Jerônimo da Serra (PR), não é considerado aqui, já que o adjetivo “Nova” se refere ao substantivo “Vila” e não a “Florença”.

4 Apresentação e análise dos dados

Os 16 topônimos brasileiros transplantados de origem italiana, acompanhados pelo adjetivo “novo” e suas flexões considerados neste trabalho, se referem aos municípios de Nova Bassano (RS), Nova Bréscia (RS), Nova Cantu (PR), Nova Módica (MG), Nova Pádua (RS), Nova Roma (GO), Nova Roma do Sul (RS), Nova Trento (SC), Nova Venécia (ES), Nova Veneza (SC) e Nova Veneza (GO); e aos distritos de Nova Milano (RS), Nova Sardenha (RS), Nova Veneza (CE), Nova Veneza (SP) e Nova Verona (ES). Para esses nomes, a transplantação a partir de um topônimo italiano é evidente e/ou pôde ser verificada (ou ao menos conjecturada) com base em referências bibliográficas.

A seguir, são apresentadas fichas lexicográfico-toponímicas que incluem informações referentes a cada um desses topônimos. Essas fichas foram elaboradas seguindo-se o modelo de Seabra (2004) e Misturini (2014), com algumas adaptações. A ficha se inicia com o próprio topônimo, conforme encontrado na base de dados pesquisada, seguido por suas informações geográficas. Na sequência, é indicado o topônimo italiano que deu origem ao topônimo transplantado, com a devida localização no território italiano. As informações históricas esclarecem como e quando o topônimo transplantado se fixou no território brasileiro, evidenciando a motivação da designação toponímica. Por fim, são apresentadas as informações etimológicas que mostram a origem e etimologia do topônimo. Os elementos que compõem as fichas foram selecionados em virtude de sua relevância para a descrição dos topônimos e, sobretudo, para a identificação de sua origem italiana e confirmação da transplantação toponímica.

Topônimo: Nova Bassano

Informações geográficas:

Município no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Bassano del Grappa, comuna da província de Vicenza, região do Vêneto.

Informações históricas:

De acordo com Misturini (PREFEITURA DE NOVA BASSANO *apud* MISTURINI, 2018, p. 124) “Nova Bassano teve como primeira denominação ‘Bassano Dell Grappa’ em homenagem aos imigrantes oriundos do norte da Itália, província de Vicenza. A povoação surgiu em 1891, em terras do Estado”. Segundo ele, o distrito foi criado com a denominação de Nova Bassano em 1905, subordinado ao município de Prata, emancipando-se e elevando-se a município em 1964. Teve o nome alterado para “Silva Pais” em 1939, voltando a se chamar “Nova Bassano” em 1950.

Informações etimológicas:

Segundo Queirazza *et al.* (1997, p. 66), o topônimo *Bassano* é formado pelo nome pessoal latino *Bass(i)us* e o sufixo *-ānus*, indicando a propriedade de um certo *Bass(i)us*. O *del Grappa* é referente ao Monte Grappa, localizado nas proximidades.

Topônimo: Nova Bréscia

Informações geográficas:

Município no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Brescia, comuna e província na região da Lombardia.

Informações históricas:

Segundo Misturini (2018, p. 129-131), muitos italianos provenientes diretamente da comuna italiana de Bréscia chegaram à região entre o fim do século XIX e o início do século XX, dando origem ao povoado de Nova Bréscia, que se tornou município em 1964.

Informações etimológicas:

Conforme Queirazza *et al.* (1997, p. 99), o topônimo *Brescia* é originário do céltico *brica/briga*, latinizado para *Brixia*, que significa “altura, cume, colina”, em referência à colina Cidneo, onde está localizado o castelo de Bréscia.

Topônimo: Nova Cantu

Informações geográficas:

Município no estado do Paraná.

Transplantado de:

Cantù, comuna da província de Como, região da Lombardia (há divergências).

Informações históricas:

Há divergências quanto ao fato de o topônimo “Nova Cantu” ser ou não referente à *Cantù* italiana. Três versões são mencionadas no site da Prefeitura Municipal de Nova Cantu (2020): (a) “[o] nome da cidade é de origem geográfica, em referência ao Rio Cantu, que nasce na Serra da Pitanga e deságua no Rio Piquiri, banhando o território do município”; (b) “[s]eu nome é uma homenagem a Cantu, município italiano na região da Lombardia”; (c) “[e]m informação pouco consistente, a prefeitura dá como origem do nome o sobrenome de uma família catarinense que ‘passou a freqüentar a região dedicando-se à compra de suínos e o lugar por muito tempo ficou conhecido como região dos Cantu, ou seja, do comprador de porcos’”. Além disso, D’Angelis (2020) lista “Cantú” como um topônimo de origem indígena (proveniente da língua kaingang ou da língua xokleng). Foi criado como distrito de Roncador em 1961, sendo emancipado em 1963.

Informações etimológicas:

De acordo com Queirazza *et al.* (1997, p. 133), os registros antigos do topônimo (*Canturi*, *Canturium*) indicam que ele parece ter surgido a partir de *cantores* ‘os coristas’, que pode ter sido um sobrenome ou ter designado um coro de igreja. Outra hipótese sugere a proveniência do latim *canthus* ‘canto extremo, cantinho de terra’.

Topônimo: Nova Milano

Informações geográficas:

Distrito do município de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Milano, comuna e cidade metropolitana na região da Lombardia.

Informações históricas:

Segundo Misturini (PREFEITURA DE NOVA MILANO *apud* MISTURINI, 2018, p. 72), “[a]s primeiras famílias de imigrantes chegaram na localidade que denominaram Nova Milano (atual sede do 4º distrito de Farroupilha) em maio de 1875, vindas da província de Milão, norte da Itália. [...] Em 1902, esta [Nova Milano] foi elevada à categoria de 3º distrito de Caxias do Sul pelo Ato Municipal nº 38, de 25 de setembro”. Segundo o IBGE (2020), Nova Milano em 1939, teve seu nome alterado para Emboaba, mas em 1949 o distrito retornou ao seu antigo nome.

Informações etimológicas:

Segundo Queirazza *et al.* (1997, p. 395), *Milano* é a antiga *Mediolanum*. O topônimo seria uma formação composta por *medio-* ‘no meio’ e *-lanum* ‘plano, planície’ (com a queda do *p-* inicial), ou seja, ‘no meio da planície’.

Topônimo: Nova Módica

Informações geográficas:

Município no estado de Minas Gerais.

Transplantado de:

Modica, comuna do *libero consorzio comunale* de Ragusa, região da Sicília.

Informações históricas:

De acordo com o IBGE (2020), “[d]esejando constituir uma Colônia Italiana, Frei Gaspar [de Módica], partindo de Itambacuri, passou por São Pedro (hoje Pescador) e abrindo caminho pela mata, alcançou um córrego que chamou São Jorge, às margens do qual deliberou a fixação do núcleo”, demarcando em 1927 o terreno doado pelo Estado para a fundação do povoado. No entanto, a vinda dos italianos não ocorreu e, apenas em 1953, quando o povoado foi elevado a distrito de Itambacuri, ele recebeu o nome de “Nova Módica”, em homenagem ao seu fundador. Anteriormente, o povoado era conhecido como São Jorge, devido ao córrego de mesmo nome. A emancipação ocorreu em 1963.

Informações etimológicas:

Queirazza *et al.* (1997, p. 398) mostram que a etimologia de *Modica* é incerta. Algumas fontes sugerem que o topônimo derive do fenício ‘rocha nua’, ou ainda que venha do indo-europeu *moth* ‘monte, colina’ + *uc* ‘muito’, ou seja, ‘a cidade de muitas colinas’.

Topônimo: Nova Pádua

Informações geográficas:

Município no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Padova, comuna e província na região do Vêneto.

Informações históricas:

De acordo com a Prefeitura de Nova Pádua (*apud* MISTURINI, 2018, p. 212), “[a] colonização da região iniciou-se em 1886, com a chegada de imigrantes italianos do Vêneto, na Itália. [...] Em 7 de junho de 1890 foi benta a imagem de Santo Antônio de Nova Pádua e, desde então, a 16ª Léguas [do Campo dos Bugres, antigo nome da localidade] tomou o nome de Nova Pádua”. Nova Pádua foi elevada a distrito de Caxias em 1904, já com a denominação atual. Tornou-se município em 1992.

Informações etimológicas:

Conforme Queirazza *et al.* (1997, p. 466), o topônimo *Padova* é de origem pré-romana e de explicação incerta. Seu nome está associado ao antigo nome do rio Po’, *Padus* (e consequentemente, à Planície Padana). Em latim, era chamada de *Patavium*. Na base de *Patavium/Patava* é possível reconhecer a raiz indo-europeia *pal*, que significa ‘estender-se, ser aberto’ – talvez uma possível referência a um ‘lugar plano, aberto’.

Topônimo: Nova Roma

Informações geográficas:

Município no estado de Goiás.

Transplantado de:

Roma, capital da República Italiana, comuna e cidade metropolitana na região do Lácio.

Informações históricas:

Segundo o IBGE (2020), o povoado já tinha esse nome em 1858, quando “foi elevado a Freguesia, com a denominação de Nova Roma, de origem desconhecida, pertencente à Vila de Cavalcante”. Já como distrito, sofreu alteração de nome em 1943, para Guataçaba, tendo o nome revertido para Nova Roma em 1949. Elevado à categoria de município em 1958.

Informações etimológicas:

Queirazza *et al.* (1997, p. 551) esclarecem que o nome *Roma* é de explicação incerta e há uma série de hipóteses plausíveis do ponto de vista histórico e linguístico, dentre as quais aquela que interpreta *Roma* como a ‘cidade no *Rumo*’ (*Rumon* é um dos nomes antigos do rio Tibre, que banha a cidade).

Topônimo: Nova Roma do Sul**Informações geográficas:**

Município no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Roma, capital da República Italiana, comuna e cidade metropolitana na região do Lácio.

Informações históricas:

De acordo com Misturini (2018, p. 157-160), as terras de Nova Roma do Sul foram colonizadas a partir de 1880 por poloneses, suecos e russos. Posteriormente, em 1888, chegaram os imigrantes italianos, que se tornaram maioria da população. Em 1899, “o padre Alexandre Pelegrini, com autorização do governo, estabeleceu-se entre [as comunidades de] Castro Alves e Nova Treviso, na Linha Carlos Leopoldo, dando início ao povoado de Nova Roma, em homenagem a capital da Itália, Roma” (NOVA ROMA DO SUL *apud* MISTURINI, 2018, p. 158). Passou a distrito em 1923, já com a denominação de Nova Roma, mudando de nome em 1939 para Guararapes e, em 1944, para Guaicurus, tendo o nome Nova Roma restabelecido em 1950 (MISTURINI, 2018, p. 158). Na ocasião de sua elevação a município, em 1987, o nome teve de ser alterado para Nova Roma do Sul, devido à existência, em Goiás, do município já denominado Nova Roma (ver ficha referente a “Nova Roma”).

Informações etimológicas:

Ver as informações etimológicas na ficha referente a “Nova Roma”.

Topônimo: Nova Sardenha

Informações geográficas:

Distrito do município de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

Transplantado de:

Sardegna, ilha do mar Mediterrâneo e região autônoma da Itália.

Informações históricas:

Misturini (2018, p. 71-74) ilustra a forte presença de imigrantes italianos na região do atual município de Farroupilha: “[a]o chegarem à localidade, em 1875, os imigrantes chamaram-na de Nova Milano, em uma clara alusão a sua identidade italiana. A criação das comunidades de Nova Vicenza e Nova Sardenha reforça essa ideia.” Sobre a atribuição do nome ao distrito de Nova Sardenha, Baretta (2012) informa que “não existe em Nova Sardenha nenhum descendente da região [isto é, da *Sardegna*]. O nome foi motivado por uma briga na praça. Os moradores recém-chegados exclamavam que *o lugar parecia com a Sardegna*, pois os Sardos eram considerados rudes, e eram habituados a brigar nas ruas. Como vemos, apesar de não se referirem ao seu local de nascimento, os imigrantes optaram por um nome diferente, mas ainda relacionado à antiga pátria, pois era nela que estavam suas referências culturais” (BARETTA, 2012, p. 59, grifo no original). O nome Nova Sardenha é, portanto, referente à Itália, mas não especificamente à região de origem dos imigrantes. Nova Sardenha tornou-se distrito em 1938, teve o nome alterado para Cajuru em 1939 e para Caruara em 1949, e voltou à denominação Nova Sardenha em 1962 (BARETTA, 2012, p. 39).

Informações etimológicas:

Para Queirazza *et al.* (1997, p. 605), a *Sardegna* era chamada pelos latinos de *Sardinia*, por sua vez derivado do nome dos sardos, a população da ilha. O nome *sardi* é atribuído ao substrato pré-indo-europeu. Dentre as várias hipóteses de etimologia, uma relaciona o topônimo com *sarda* ‘galho baixo da montanha’, de modo que a designação da ilha poderia ter como origem um conceito como ‘bosque de montanha’.

Topônimo: Nova Trento**Informações geográficas:**

Município no estado de Santa Catarina.

Transplantado de:

Trento, comuna e província autônoma na região do Trentino-Alto Ádige.

Informações históricas:

Segundo informações da página da Prefeitura de Nova Trento (NOVA TRENTO, 2020), imigrantes trentino-italianos chegaram à localidade que abriga hoje o município a partir de 1875. Consta que “[o] grupo dos primeiros imigrantes, cerca de 20 famílias originárias da Valsugana, no Alto Vale do Brenta, no Trentino e de Monza, se estabeleceram a 16 quilômetros da atual Nova Trento”. De acordo com o IBGE (2020), “[o] topônimo foi herdado de seus primeiros colonizadores que, em sua maioria, vieram da região de Trento na Itália”. Em 1884, foi criada a freguesia, subordinada ao município de Tijucas, já com a denominação atual. Nova Trento tornou-se município em 1892.

Informações etimológicas:

Segundo Queirazza *et al.* (1997, p. 666), o nome *Trento* vem do antigo topônimo *Tridentum*. Fontes antigas consideram *Tridentum* um assentamento rético que foi posteriormente celtizado. Existem diferentes hipóteses sobre a origem do topônimo, sendo a mais provável a de que seria o composto **tri-dente*, atribuído aos ilírios ou aos célticos e que corresponde a ‘trifurcação’.

Topônimo: Nova Venécia**Informações geográficas:**

Município no estado do Espírito Santo.

Transplantado de:

Venezia, comuna e cidade metropolitana na região do Vêneto.

Informações históricas:

Segundo informações do IBGE (2020), Nova Venécia era sede do antigo distrito de Serra dos Aimorés, então subordinado ao município de São Mateus. Foi elevado à categoria de município em 1953, já com a denominação atual. Consta ainda que, “em 1890, chegaram os imigrantes italianos para o vale do rio São Mateus”, motivo pelo qual a localidade “passou a ser conhecida por Nova Venécia, em razão do número de italianos residentes, vindo de Veneza”.

Informações etimológicas:

Segundo Queirazza *et al.* (1997, p. 692), o topônimo *Venezia* é uma forma erudita que retoma o clássico *Venetia*. O nome remonta aos vênnetos – um antigo povo, do período pré-romano, que habitou a zona que corresponde aproximadamente às atuais regiões do Vêneto e do Friul-Veneza Júlia.

Topônimo: Nova Veneza

Informações geográficas:

1. Município no estado de Goiás.
2. Município no estado de Santa Catarina.
3. Distrito do município de Ubajara, no estado do Ceará.
4. Distrito do município de Sumaré, no estado de São Paulo.

Transplantado de:

Venezia, comuna e cidade metropolitana na região do Vêneto.

Informações históricas:

1. De acordo com o IBGE (2020), a povoação de Nova Veneza (GO) “teve início em 1924, com a vinda dos irmãos João, Cesário e Joaquim Stival, italianos de Veneza”. Consta ainda que “[a] povoação tornou-se conhecida, inicialmente, como ‘Colônia dos Italianos’. Passando a denominar-se, posteriormente, Nova Veneza, em reverência à terra natal de seus fundadores”. Em 1943, “teve o topônimo alterado para Goianaz”. Em 1958, o distrito de Goianaz foi emancipado, “restaurando o topônimo Nova Veneza” (IBGE, 2020).

2. O IBGE (2020) informa que a região de Nova Veneza (SC) foi ocupada “em 1891 por imigrantes provenientes de Veneza” (e, de acordo com outras fontes, também de outras localidades) e que o topônimo “deve-se à origem dos colonizadores”.

3. Nova Veneza, pertencente a Ubajara (CE), passou da condição de povoado para a condição de distrito em 1994 (IBGE, 2020). Não foram encontradas informações referentes à atribuição do nome do local.

4. De acordo com o IBGE (2020), Nova Veneza tornou-se distrito de Sumaré (SP) em 1959. A mesma fonte informa que, até 1950, a população de Sumaré “era basicamente formada por imigrantes italianos e portugueses”. O site da Prefeitura de Sumaré (SUMARÉ, 2020) acrescenta que “Nova Veneza era formada por algumas fazendas muito antigas. Depois de 1910 várias famílias de imigrantes compraram terras nesse lugar, que logo foi se desenvolvendo. Apareceram então escola, igreja, casas comerciais, olaria...”. Pressupõe-se, portanto, que a origem do topônimo esteja relacionada à grande presença de imigrantes italianos.

Informações etimológicas:

Ver as informações etimológicas na ficha referente a “Nova Venécia”.

Topônimo: Nova Verona

Informações geográficas:

Distrito do município de São Mateus, no estado do Espírito Santo.

Transplantado de:

Verona, comuna e província na região do Vêneto.

Informações históricas:

A região de São Mateus, onde se encontra o distrito de Nova Verona – elevado à situação de distrito em 1949 (IBGE, 2020) –, foi alvo de intensa imigração italiana na segunda metade do século XIX. Ver as informações históricas e enciclopédicas na ficha referente a “Nova Venécia”, que também foi distrito do mesmo município até 1953.

Informações etimológicas:

Queirazza *et al.* (1997, p. 696) informam que o topônimo *Verona* é considerado de origem incerta, tendo permanecido inalterado ao longo de muito tempo. Uma hipótese, não improvável, indica que possa ser de origem etrusca, uma vez que topônimos similares são encontrados na região da Toscana, antiga Etrúria.

Além desses, outros três topônimos transplantados não tiveram a origem italiana confirmada (nem negada): são aqueles referentes a Nova Alexandria (distrito de Cândido Mota, SP), Nova Concórdia (distrito de Francisco Beltrão, PR) e Novo Assis (distrito de Parambu, CE). No caso de Nova Alexandria, o topônimo italiano de referência pode ser a comuna ou a província de *Alessandria* (Piemonte), mas, como nada foi encontrado na bibliografia consultada, pode também ser qualquer outra das várias “Alexandrias” espalhadas pelo mundo moderno ou clássico – em particular a famosa Alexandria do Egito. No caso de Nova Concórdia, o topônimo italiano transplantado pode ser a comuna de *Concordia Sagittaria* (Vêneto) ou a de *Concordia sulla Secchia* (Emília-Romanha). Entretanto, há diversas outras “Concórdias” que podem ter sido homenageadas, em particular o município de Concórdia (SC), que dista apenas 250 km de Nova Concórdia. Por fim, no caso de Novo Assis,⁷ a comuna italiana homenageada pode ter sido, naturalmente, *Assisi* (Úmbria). Porém, não foi encontrado nenhum indício claro dessa relação – o topônimo transplantado pode ser também o de Assis, distrito de Crateús, a apenas 170 km de Novo Assis. Para esses três casos,

⁷ Não confundir com Nova-Assis, povoado (e não distrito) de Itapipoca, também no Ceará.

será necessária uma investigação mais profunda acerca da motivação dos topônimos, possivelmente com a consulta a fontes primárias e a informantes.

Apesar de não constarem entre os dados selecionados para este artigo, é possível encontrar em outras fontes a existência de outros topônimos transplantados de origem italiana, como Nova Vicença e Novo Treviso, que não foram incluídos por nomearem localidades sem o status de município ou distrito.

Dick (1982) aponta que inúmeras localidades brasileiras cujos nomes foram motivados pela toponímia italiana tiveram seu nome alterado ao longo do tempo. Tal afirmação vai ao encontro do pensamento de Frosi, Faggion e Dal Corno (2008, p. 416) ao informarem que

[c]om o tempo, os topônimos podem ser substituídos, ou sofrer alterações formais, perder nuances do seu significado original e assumir outros significados, ou encontrar alternâncias decorrentes da ação de fatores externos, por vezes políticos, históricos ou de natureza diversa. (Tradução nossa).⁸

Dessa forma, topônimos de origem italiana anteriormente elencados por Dick (1982) também não foram considerados aqui. O topônimo Nova Údine, por exemplo, teve seu nome mudado para Ivorá na ocasião da sua emancipação e Nova Treviso teve seu nome alterado para Treviso quando se tornou um distrito, entre outros.

Finalmente, para fins de ilustração e visualização, são incluídos mapas indicando a localização dos topônimos investigados neste artigo. A Figura 1 mostra, no mapa do Brasil, a posição dos municípios e distritos analisados aqui, enquanto as Figuras 2, 3 e 4 detalham as regiões em que o número dessas ocorrências é mais elevado.

⁸ Trecho original: “Nel decorrere del tempo, i toponimi possono essere sostituiti, o subire alterazioni formali, perdere sfumature del loro significato originale e assumere altri significati, o incontrare alternanze scaturite dall’azione di fattori esterni, a volte congiunture politiche, storiche o di natura varia.”

FIGURA 1 – Mapa do Brasil indicando a localização geográfica de municípios (em verde) e distritos (em vermelho) cujos nomes são transplantados da toponímia italiana e incluem o modificador “novo” e suas flexões.

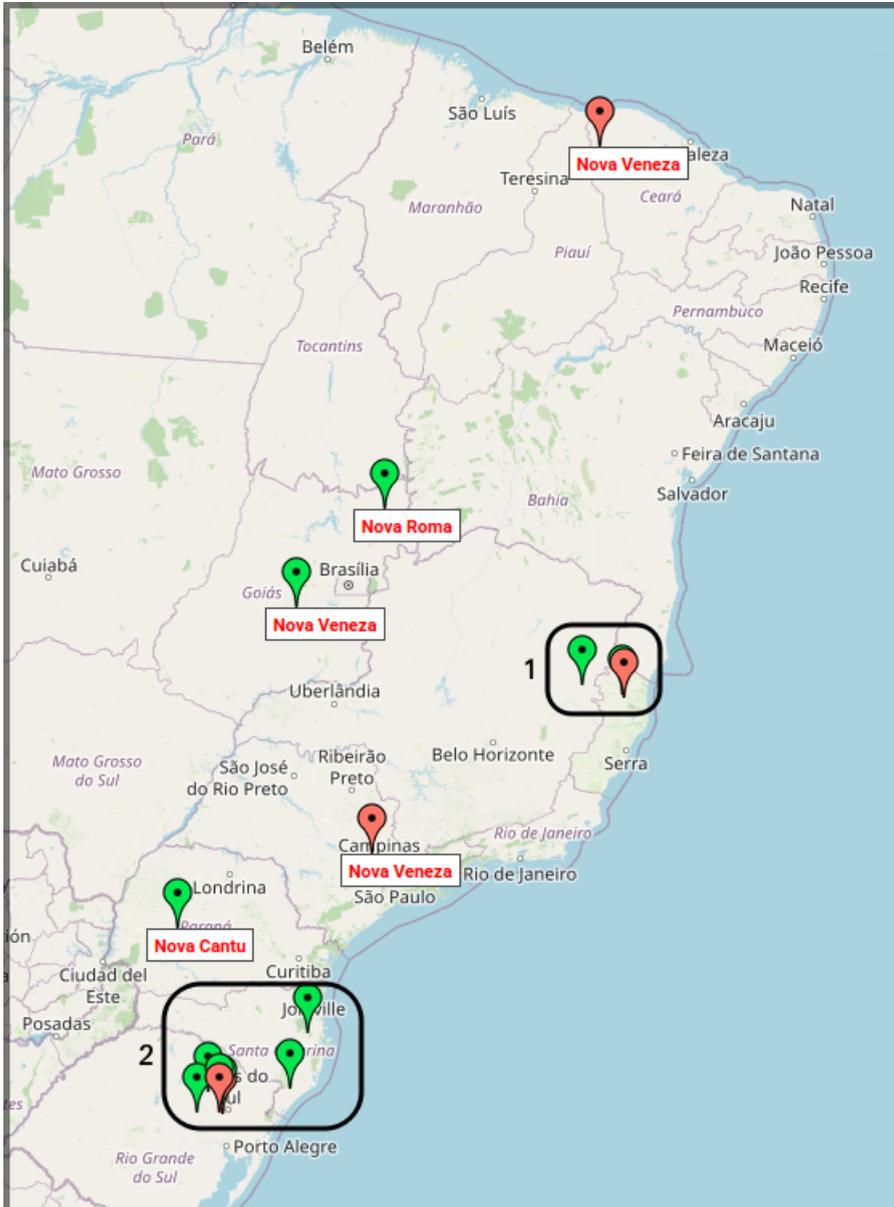


FIGURA 2 – Detalhamento das regiões do Vale do Rio Doce (MG) e Noroeste do Espírito Santo. [1] se refere a Nova Venécia e [2] se refere a Nova Verona.



FIGURA 3 – Detalhamento das regiões do Nordeste Rio-Grandense (RS), Sul Catarinense (SC) e Grande Florianópolis (SC).

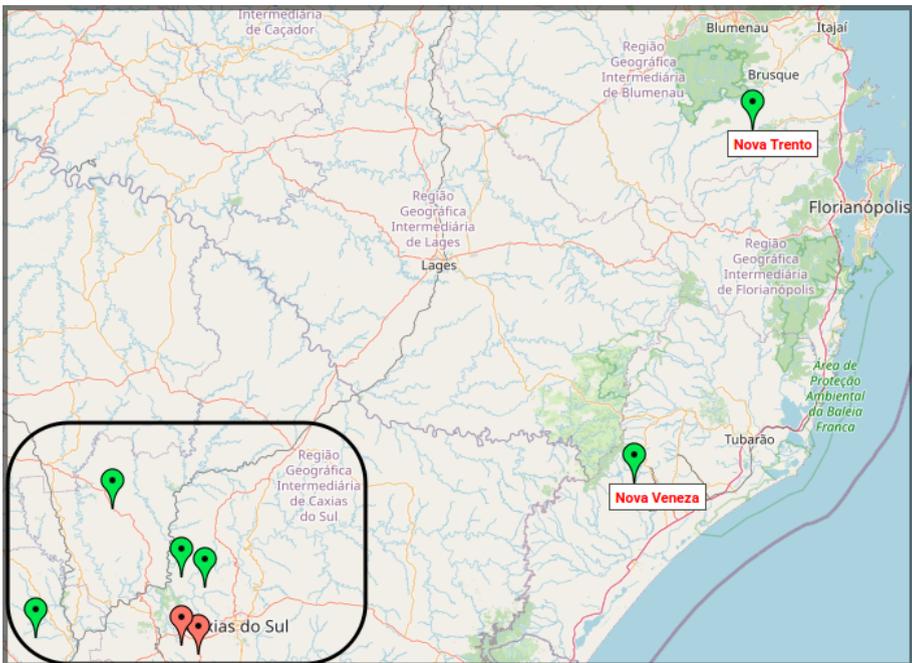


FIGURA 4 – Detalhamento da Região de Colonização Italiana (RCI) no Nordeste do Rio Grande do Sul. [1] se refere a Nova Roma do Sul e [2] se refere a Nova Sardenha.



A Figura 5 indica, no mapa da Itália, os topônimos transplantados para o Brasil que foram analisados neste estudo, enquanto a Figura 6 destaca o norte do país, em particular as regiões da Lombardia e do Vêneto – as que mais contribuíram para a toponímia transplantada de origem italiana no Brasil. Convém destacar que, dentre os 16 topônimos analisados neste estudo, cinco (31,25%) se referem à cidade de Veneza, capital do Vêneto, a região de origem da maior parte dos imigrantes italianos que se fixaram no Brasil no final do século XIX e no início do século XX (TRENTO, 1989, p. 80-81).

FIGURA 5 – Mapa da Itália indicando topônimos que foram transplantados para municípios e distritos brasileiros com a inclusão do modificador “novo”.

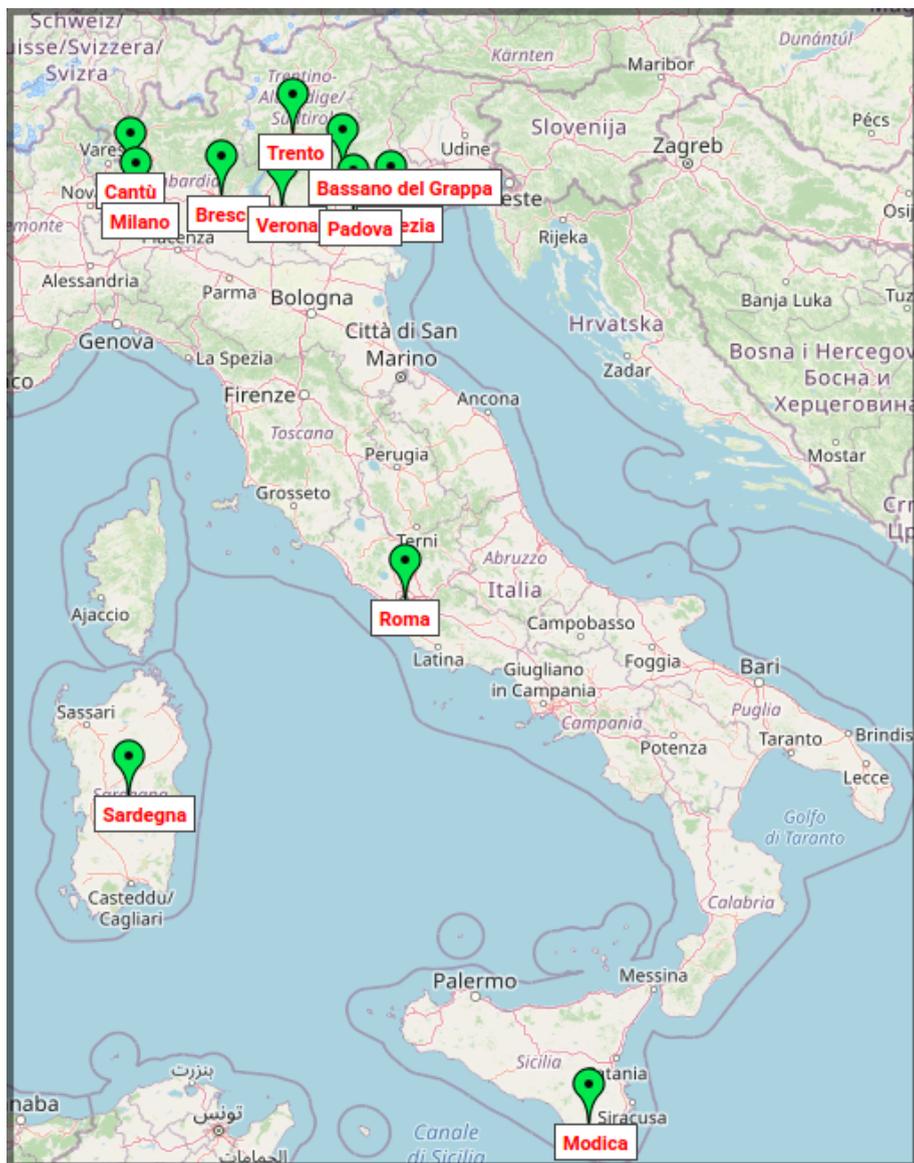


FIGURA 6 – Detalhe do norte da Itália, em particular das regiões da Lombardia e do Vêneto.



5 Considerações finais

Segundo Dick (1982, p. 96), “a nomenclatura geográfica do território [...] revela, para o estudioso, muito do passado da terra e da gente que aqui viveu”. O estudo toponomástico permite, assim, que sejam analisadas influências de diferentes culturas e línguas no momento da nomeação de localidades, o que contribui para a compreensão de questões étnicas e linguísticas vinculadas a certo lugar (LOURENÇO; CUNHA, 2020). Além disso, a Toponomástica representa uma área do conhecimento “capaz de revelar aspectos histórico-culturais de um determinado grupo social, os quais podem estar refletidos no próprio nome, mostrando as ideologias e crenças de um povo, usadas no momento do ato nominativo” (CORDEIRO, 2018, p. 30-31).

Neste artigo, são apresentados os resultados da investigação acerca de topônimos transplantados de origem italiana que nomeiam municípios e distritos no Brasil. A partir da análise de dados oficiais, observou-se que 16 topônimos correspondem aos critérios estabelecidos e, para eles, foram preparadas fichas lexicográfico-toponímicas incluindo informações linguísticas, geográficas e históricas. A pesquisa se restringiu aos nomes acompanhados pelo modificador “novo” e suas flexões, contribuindo, de forma geral, para o estudo de topônimos que possuem esse adjetivo. No entanto, convém destacar a existência de topônimos transplantados de origem italiana que não foram considerados por não conterem esse modificador, como Treviso (município de SC), Ravena (distrito de Sabará,

MG), Veneza (distrito de Parnamirim, PE) e Vale Vêneto (distrito de São João do Polêsine, RS).

Conforme sugere Nascentes (1960, p. 103) em seu estudo sobre topônimos transplantados de origem portuguesa no Brasil, “[e]ssa transplantação quase sempre se operou espontaneamente, graças ao concurso dos povoadores anônimos, saudosos da pátria distante”. Neste artigo, foi possível constatar que o mesmo fenômeno, isto é, a saudade da terra deixada para trás, terá sido também a principal razão para a transplantação dos topônimos de origem italiana analisados, já que a maioria deles, ainda que não todos, foi nomeada em referência à cidade ou região de proveniência de imigrantes que ali se estabeleceram.

Uma das características salientes deste estudo é a amplitude de seu escopo geográfico, tendo em vista que todo o território brasileiro é contemplado. Justamente por essa razão, porém, analisaram-se apenas nomes de municípios e distritos. Em trabalhos futuros, os objetivos apresentados aqui poderão ser estendidos para que a toponímia transplantada de origem italiana seja investigada na microtoponímia regional e local, permitindo, assim, que unidades territoriais menores sejam levadas em consideração. Além disso, é importante destacar que este trabalho possui uma dimensão apenas sincrônica, isto é, analisa a designação toponímica oficial apenas no tempo presente. Outra possibilidade de trabalho futuro é a análise da transplantação toponímica de origem italiana a partir de uma perspectiva diacrônica e histórica, levando-se em consideração diversos momentos no tempo e o processo de renomeação pelos quais essas localidades passaram.

Referências

BARETTA, R. C. *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS*. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

CORDEIRO, M. J. *Litotoponímia mineira*. 2018. 541 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

D’ANGELIS, W. da R. *A língua Kaingang*. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/Lgua_Kaingang.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

DICK, M. V. de P. do A. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 24, p. 75-96, 1982. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i24p75-96>.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e imigração no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p. 83-92, 1988. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i29p83-92>.

ECKERT, K. Estudos toponímicos na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. *Revista GTLex*, Uberlândia, *ahead of print*, p. 1-19, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/55836>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FILGUEIRAS, Z. F. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 348 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. Toponimi italiani in terra brasiliana. *Rivista Italiana di Onomastica*, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 403-419, 2008.

IBGE. *Base de faces de logradouros do Brasil*. [S.l.: s.n], 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html?edicao=29001&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 8 ago. 2020.

IBGE. *Farroupilha: Rio Grande do Sul – RS*. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/farroupilha.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

IBGE. *Nova Módica: Minas Gerais – MG*. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/novamodica.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

IBGE. *Nova Roma: Goiás – GO*. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/novaroma.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE. *Nova Trento: Santa Catarina – SC*. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/novatrento.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IBGE. *Nova Venécia*: Espírito Santo – ES. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espiritosanto/novavenecia.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

IBGE. *Nova Veneza*: Goiás – GO. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/novaveneza.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

IBGE. *Nova Veneza*: Santa Catarina – SC. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/novaveneza.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE. *São Mateus*: Espírito Santo – ES. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espiritosanto/saomateus.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

IBGE. *Ubajara*: Ceará – CE. [S.l.: s.n], [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/ubajara.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. *Codici statistici delle unità amministrative territoriali*: comuni, città metropolitane, province e regioni. Roma, 29 dicembre 2020. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/6789>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, R. V. Topônimos transplantados candidatos a compostos: a Europa em Vitória. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS, 2., 2009, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009. v. 2. Disponível em: http://www.filologia.org.br/iisinefil/textos_completos/toponimos_transplantados_candidatos_a_compostos_ROSANA.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

LOURENÇO, L.; CUNHA, E. L. T. P. Toponímia de influência indígena nos bairros de Belo Horizonte. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 01-19, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n2.id149>.

MISTURINI, B. *A formação de uma região*: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul. 2018. 286 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Caxias do Sul/UniRitter, Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

NASCENTES, A. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. *Revista Letras*, Curitiba, v. 11, p. 102-107, 1960. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v11i0.19903>.

NOVA TRENTO, Prefeitura de. *Histórico*. Disponível em: <https://www.novarento.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/37323>. Acesso em: 24 ago. 2020.

QUEIRAZZA, G. *et al. Dizionario di Toponomastica: storia e significato dei nomi geografici italiani*. Torino: UTET, 1997.

SEABRA, M. C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. de; ISQUERDO, A. N. Onomastics in Different Perspectives: Research Results. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/13700>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, M. W. P. da; OLIVEIRA, M. O. E. de. O bibliotecário pesquisador: um estudo com topônimos transplantados. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16965>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SUMARÉ, Prefeitura de. *História do Pró-Memória*. Disponível em: <https://sumare.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/57>. Acesso em: 18 ago. 2020.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Recebido em: 26 de agosto de 2020.

Aprovado em: 22 de novembro de 2020.



L'analyse discursive du silence dans la littérature

The Discursive Analysis of Silence in Literature

Renata Aiala de Mello

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia / Brasil

demello.renata@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8421-1328>

Résumé : Le silence est généralement défini par la négative ou l'absence, opposé à la parole. Pourtant, le silence fait partie du langage et, comme la parole, il traverse les textes et permet au sujet de construire des sens divers. Malgré l'(in)visibilité du silence dans le discours, on peut y ressentir ses indices, y percevoir sa présence dans les fissures, ruptures et défaillances. À travers ce travail, on essaye de montrer la relation entre langage, silence et sens, plus particulièrement en littérature. On réfléchit sur la manière dont les marques linguistiques/discursives du silence construisent des significations. Pour cela, on s'appuie sur les travaux de Kerbrat-Orecchioni (1986, 1990), Heuvel (1985), Orlandi (1997), Bakhtine (1984), et Sarraute (1996), entre autres chercheurs qui étudient le silence dans le discours. Comme conclusion, on considère que malgré l'insuffisance de moyens typographiques à manifester le silence, le texte littéraire, composé de paroles et de silences, apporte des formes aux discours et leur permet de construire/donner des sens divers.

Mots-clés : analyse du discours ; langage ; silence ; littérature.

Abstract: Silence is generally defined as negative or absence, opposed to speech. However, silence is part of language and, like speech, it crosses texts and allows the subject to construct various meanings. Despite the (in)visibility of silence in speech, one can feel its clues, perceive its presence in cracks, breaks and failures. Through this work, we try to show the relationship between language, silence and meaning, more particularly in literature. We reflect on how the linguistic/discursive marks of silence construct meanings. To do so, we rely on the work of Kerbrat-Orecchioni (1986, 1990), Heuvel (1985), Orlandi (1997), Bakhtine (1984) and Sarraute (1996), among

other researchers who reflect on silence in discourse. As a conclusion, it is considered that despite the insufficiency of typographical means to express silence, the literary text, composed of words and silences, brings forms to speeches and allows them to construct/give various meanings.

Keywords: discourse analysis; language; silence; literature.

1 Introduction

Garder le silence, imposer le silence, silence éloquent, une minute de silence, rompre le silence, le silence de la loi, silence assourdissant, silence complice, silence coupable, silence obstiné, étrange silence, passer sous silence... Ce sont quelques unes des expressions qui montrent la multitude de sens et d'emplois du mot *silence* dans le discours.¹ Sans parler d'une large variété contextuelle, le silence se trouvant en effet dans tous les discours, qu'ils soient politiques, médiatiques, philosophiques ou littéraires, entre autres. Le silence y est intrinsèque aux niveaux situationnel et communicationnel, c'est-à-dire, aux sens visés et produits par les co-énonciateurs. Le silence ne veut pas dire nécessairement absence de conscience, au contraire, vu qu'il n'y a pas de discours sans silence. Ceci dit, le silence est un trait qui varie selon les cultures. Autrement dit, les valeurs sémantiques attribuées au silence diffèrent d'une culture à l'autre, d'une époque à l'autre. Il peut ensuite être interprété différemment d'après les situations de communication : la réponse par le silence à une question n'a pas la même signification en tout lieu. Le silence, ce figurant dissymétrique, sera valorisé ou péjoré en fonction d'une série d'éléments situationnels et discursifs.

Étudier le silence n'est pas une tâche facile en raison de la pluralité de ses typologies et utilisations. Par exemple, il est objet d'études dans différents domaines des sciences humaines. Il va de soi que notre perspective d'analyse et de réflexion est linguistique/discursive. Selon cette approche, le silence est une partie constituante du langage et vice-

¹ Dans cet article, l'on considère discours comme « l'usage de la langue dans un contexte particulier [...] orienté plutôt vers la dimension sociale ou plutôt vers la dimension mentale [...]. Le discours est l'utilisation de signes sonores articulés, pour communiquer [les] désirs et opinions sur les choses. [...] Il est orienté parce qu'il est conçu en fonction d'une visée du locuteur et parce qu'il se développe dans le temps » (MAINGUENEAU, 2002, p. 185-190).

versa. Le silence parle et produit des sens et a un rôle important dans les stratégies discursives et même *pathémiques*.

Les études sur le silence dans les interactions peuvent mener au développement d'une recherche applicable à d'autres études du langage et du discours qui ont comme objectif la production et l'interprétation des sens dans l'énonciation de manière générale. Évidemment, nous ne voulons pas englober la totalité des significations du silence dans le discours, une tâche non seulement prétentieuse, mais aussi impossible. En outre, nous cherchons à comprendre et à mieux connaître la présence (in)visible du silence dans le discours et ses effets de sens dans le processus de communication. Le silence est ici considéré comme un aspect dynamique et utilitaire dans les interactions discursives et possède une force illocutoire. Bref, le silence est analysé en tant que porteur et producteur de sens nécessaire au langage.

Étant donné que l'approche de cet article est plutôt théorique, les objectifs proposés prennent en compte, dans un premier temps, des concepts et des modalités de silence interprétés, à travers le temps, par les sciences, surtout la science du langage. Ensuite, nous nous penchons sur l'existence et les possibles sens du silence dans les cultures et les arts, plus particulièrement dans la littérature, notre domaine majeur d'études. Finalement, nous examinons la construction des marques implicites, linguistiques et prosodiques perceptibles et leurs significations dans le discours. C'est à ce moment que nous illustrons nos discussions avec des exemples extraits de textes sarrautians. Passons, maintenant, à cette étude.

2 Des approches théoriques sur le silence

Depuis des siècles, le silence est sujet de réflexions. S'exprimer peut être ressenti comme une nécessité, un devoir ou, au contraire, se taire est préférable, recommandé. Dans la plupart des cultures orientales, surtout en Asie, le silence est un symbole de sagesse et de respect. Par contre, dans les cultures occidentales, le silence est souvent considéré comme gênant ou même redoutable. Il y a des peuples taciturnes qui sont peu communicatifs, comme les Lapons, où le silence est dévalorisé et menaçant ; et ceux qui sont volubiles, comme dans certaines communautés africaines, où la vie sociale tourne autour du langage oral (GAUDNER, 1966). Bref, le silence peut signifier peur, refus ou

désapprobation, repli sur soi, confusion, respect, timidité, impuissance, mépris, gêne ou embarras, etc.

Dans les sciences du langage, plusieurs auteurs se sont penchés sur les études sur le silence. Le silence, de ce point de vue, est considéré multiforme et polysémique. On considère, en général, que les pauses silencieuses incorporées à un dispositif prosodique complexe (intonation, intensité articulatoire, mélodie, débit) y remplissent différentes fonctions. En rhétorique, par exemple, un discours bien ponctué, pausé, d'un ton modéré, avec des pauses stratégiques bien calculées, est vu comme une bonne argumentation. Sans le silence, il n'y a pas de jeu de séduction ni de parcours d'argumentation (RAVAZZOLI, 1991). Le silence introduit au sein d'un constituant pour isoler un mot, une expression, rend ceux-ci plus saillants ; prolongé en fin de syntagme, il peut baliser avec force une progression argumentative.

Selon Bakhtine (1984), le silence est le moment où le mot est supprimé du dialogue et ce fait crée un espace ouvert de signification. Le silence est rompu par le mot, cela veut dire qu'il existe seulement dans l'univers humain et implique de l'intelligibilité. Pour l'interpréter, il faut, selon l'auteur, le rapporter aux mots, à la parole. L'ambivalence du silence se montre principalement à la fois en tant qu'attitude communicative et en tant que comportement. Les deux en tant que valeur morale et qualité esthétique.

D'autres part, conformément à Heuvel (1985), le silence est une opération discursive qui se manifeste dans un texte de manière plus ou moins consciente et se réfère tout d'abord à l'énonciation. Nous sommes d'accord avec son point de vue, selon lequel le silence,

[...] est un concept problématique par excellence, ne possédant pas de support concret sur le plan linguistique, il sera pris dans le sens d'une 'non-réalisation' d'un acte d'énonciation qui pourrait ou devrait avoir lieu dans une situation donnée. Cette situation [...] oblige le sujet à faire acte de parole. [...] Le silence est donc [...] un acte énonciatif 'in absentia' [qui] ne produit pas un énoncé linguistique, mais un vide textuel, un blanc, un manque qui fait partie intégrante de la composition et qui signifie autant ou plus que la parole actualisée. (HEUVEL, 1985, p. 67).

Ainsi, le silence n'apparaît pas seulement comme le lieu d'une jointure, d'une articulation ou d'un intervalle (*gap*) de sens, il fait l'objet

d'un travail pour lui-même, gagne en substance sémantique et s'intègre donc à un dispositif pragmatique.

Le silence, de même que le langage, est une partie impliquée dans le discours. Selon Lima (1974), malgré la nature diverse de leurs éléments, ils ne sont pas opposés. Le langage est, selon lui, une parole articulée, l'utilisation d'un code, qui englobe le parler proprement dit ; garder le silence est la création de l'expression par l'absence de parole. De cette manière, le langage englobe deux champs d'expressions : la prononciation articulée et l'absence prononcée. Bref, le silence s'impose comme condition fondamentale dans sa transformation en langage exigée par l'écriture. Dans cette transformation, le mot fait disparaître les choses pour les faire réapparaître en tant que disparues, en tant que réalisations du visible dans l'invisible. Selon cette perspective, il est langage et, en tant que tel, il cherche, produit et change de sens.

Une autre conception similaire du silence vient d'Orlandi (1997). Selon l'auteure, le silence, en tant qu'objet d'étude des sciences du langage, ne peut être considéré absence de son ou de mot, mais comme un principe et un fondement nécessaire à la signification. Le silence est la condition à la production de sens, il est le tissu interstitiel qui met les signes en évidence, l'espace différentiel de la signification qui permet au langage de signifier. Dans cette mesure, il est notoire que, dans notre perspective linguistique, le silence n'est pas un phénomène physique. « Le silence n'est pas entre les mots, il les traverse » (ORLANDI, 1997, p. 71 – traduction libre).

Pour Orlandi (1997), ce silence perçu en tant qu'horizon (et non en tant que manque) est *fondateur*. Elle classe aussi le silence en deux catégories : *le silence constitutif* et *le silence local*. Le premier se compose d'un découpage entre ce qui est dit et ce qui ne l'est pas. Il produit un anti-implicite, un non-dit nécessairement exclu du discours. Ce type de silence établit ce qui reste « en dehors » pour le signifier. Le second a un rapport avec l'interdiction de dire. Il est présent quand il y a de la censure, de la prohibition. Malgré ces différences, le silence signifie en soi et à travers soi. En résumé, ce caractère fondateur du discours « appartient à l'ordre de production de sens et préside n'importe quelle production langagière » (ORLANDI, 1997, p. 75 – traduction libre).

À son tour, Ravazzoli (1991) offre d'autres significations possibles au silence. Le *silence épistémologique* qui a une relation avec le savoir. Cela peut être le silence de celui que se tait parce qu'il sait quelque chose

ou de quelqu'un qui se tait, s'abstient par manque de connaissances ou d'opinions. L'auteure propose aussi la notion de *silence pathémique*, qui concerne les émotions, les attitudes psychologiques de l'énonciateur. Ce silence est divisé en *empathique*, quand l'interlocuteur montre une position positive envers l'autre, sans l'utilisation de mots, et *antipathique* lorsque l'interlocuteur (re)nie l'autre, choisit de ne pas répondre. Ce type de silence communique l'envie de ne rien dire, il annule l'autre en refusant de lui parler (MIZZAU, 1984).

Même en produisant des sens, le silence n'est pas toujours compris, défini, traduit. Les sens du silence sont souvent fluides, impalpables, obscurs. A ce propos, Kristeva (1970, p. 103) déclare, de son côté, que « les espaces blancs, laissés souvent non remplis, témoignent de ce vertige de l'innombrable et de la tentation du silence inhérente à toutes sortes de discours vers un autre. » Dans ce sens, nous pouvons dire aussi que les silences sont des espaces de subjectivités où le sujet, conscient de son incomplétude, cherche à délimiter l'identité et l'altérité. Donc, le silence ne constitue pas seulement le sens, mais les sujets aussi.

3 Quelques marques du silence

Il y a des choses, des sentiments, bref, des situations communicationnelles que le mot ne peut exprimer, ne peut expliquer, comme l'a bien observé Rimbaud. Le silence, dans toutes ses dimensions, représente alors une unité sémiotique exemplaire, une unité élémentaire et cohérente avec/dans le discours. Il se présente dans les limites des mots, imprégnés dans les dialogues et vus dans le discours. Silence et parole restent organiquement forgés l'un à l'autre, inséparables comme deux faces d'une même pièce de monnaie. Ils n'existent pas l'un sans l'autre.

D'une part, le mot est (plus) visible, lisible, dénommé, et, d'autre part, le silence a besoin de plus d'efforts du côté du co-lecteur pour être déchiffré, puisque son invisibilité peut ne pas être discernée. Au sens propre, le silence est perçu comme l'interruption du flux de la voix, mais aussi dans le non-dit, l'implicite, l'indicible, l'ineffable ou le refoulé. Le silence peut être exprimé à travers des sous-entendus, des allusions, des ironies, des tropes, entre autres marques plus ou moins visibles dans le discours. Les significations/interprétations du silence dépendent des données contextuelles qui peuvent lui communiquer une signification complexe. Une attention particulière doit être accordée à tous les lieux

et circonstances où le silence s'affiche, et, spécialement pour nous, ici même où il prend une forme cérémonielle, ritualisée ou institutionnalisée.

3.1 Les silences implicites

Analyser le silence c'est aussi comprendre les implicites, si présents dans les échanges conversationnels quotidiens. Dans le cas du discours littéraire, le recours aux implicites est récurrent, surtout quand on veut montrer de la subjectivité. Les écrivains optent souvent pour laisser transparaître les implicites afin de permettre aux lecteurs des interprétations possibles, des sens multiples cachés derrière les mots et les silences. Cette stratégie de compréhension des indices linguistiques est débattue par Ducrot dans son œuvre *Les mots du discours*. D'après lui, « [...] on a bien fréquemment besoin, à la fois de dire certaines choses et de pouvoir faire comme si on ne les avait pas dites, de les dire, mais de façon telle qu'on puisse refuser la responsabilité de leur énonciation » (DUCROT, 1980, p. 5).

Les implicites sont, *grosso modo*, dits, exprimés, mais de manière subtile, presque inconsciente. Grice (1957) oppose le « dire explicite » et le « dire implicite », et Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 13), à partir de ses travaux, soutient que

[...] toute unité de contenu susceptible d'être décodée possède nécessairement dans l'énoncé un support linguistique quelconque. Et les contenus implicites n'échappent pas à la règle : tout au plus peuvent-ils être, et sont-ils en général du reste, le résultat d'un calcul compositionnel appliquant certaines données extra-énonciatives à certaines informations intra-énonciatives.

De cette façon, pour que les auteurs réussissent à obtenir les effets désirés avec l'utilisation des implicites, il y a certaines démarches, certaines conditions à remplir, sinon, l'on risque d'avoir des implicites condamnés au silence sans jamais être inférés.

Kerbrat-Orecchioni (1986) propose une typologie pour les implicites basée sur la distinction de Ducrot (1980) entre les *implicites immédiats* et les *implicites discursifs* : les *implicites structurels* ou *discursifs*. Selon la chercheuse, les implicites structurels s'appuient sur la structure interne de l'énoncé sans avoir recours à la capacité discursive. Ils englobent les présupposés d'ordre lexical, les constructions

grammaticales et les implications logiques, comme l'ellipse, par exemple. Les implicites discursifs, à leur tour, s'appuient sur les contextes énonciatifs et sociodiscursifs, les savoirs et les stratégies discursives. Parmi les cas les plus communs d'implicites discursifs, il y a les sous-entendus, les insinuations, les allusions, les jeux de mots et les figures de style. Souvent, les implicites sont la clé pour la compréhension d'un texte. Qu'il soit structurel ou discursif, l'implicite est un procédé qui permet de « jouer » avec la langue. Il montre et cache les intentions du sujet. Avec l'implicite, il faut être préparé à percevoir les vraies intentions de communication de l'interlocuteur. Il donne au silence ses sens possibles.

Une autre manière de voir les implicites dans le discours est à travers les tropes. Ils nous intéressent particulièrement parce que les sens ne sont pas présents dans l'énoncé, mais au-delà, cachés. Il va de soi que les tropes sont des figures de style et désignent l'emploi des mots ou expressions qui prennent des sens différents des habituels. La métaphore, l'hyperbole, l'euphémisme, entre autres, passent sous silence certains sens (littéraux) et créent de nouvelles significations (figurées). Selon Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 94)

Bien des contenus implicites échappent à ce mécanisme de 'remontée vers la surface' que définit le trope, et demeurent à l'état de simples connotations ; d'autre part la fabrication des tropes obéit à des règles précises, fixant la nature de la relation existante entre les deux niveaux de contenu, du moins dans la perspective rhétorique classique.

Ainsi, malgré leur différence, les deux définitions sont indissociables vu que le trope est un type particulier d'implicite et les contenus implicites sont susceptibles de former un trope. Dans le cas de la littérature, les écrivains font appel aux implicites à travers l'emploi des tropes. Le rôle du lecteur est de dévoiler les figures, d'interpréter les implicites et de comprendre les sens du discours.

3.2 La ponctuation comme empreinte du silence

La ponctuation est une marque (ortho)graphique de pause, d'intonation et d'autres phénomènes prosodiques, perceptible à l'oral, mais invisible dans les transcriptions phonétiques. L'équivalence entre les marques d'oralité et les signes de ponctuation n'est pas toujours évidente.

Langue parlée et langue écrite présentent évidemment des manières différentes d'exprimer les silences. Les silences sont plus visibles à l'oral qu'à l'écrit. Fréquemment, les écrivains font confiance à leurs lecteurs pour interpréter la ponctuation orthographique quotidienne pour ne pas nuire aux interprétations. Ainsi, la ponctuation sert à faciliter la tâche du lecteur, à rendre la compréhension (des silences) plus rapide et plus habile. Selon nous, toutefois, cette ponctuation se montre insuffisante à cause d'un nombre limité de signes et d'une élasticité d'emplois.

La ponctuation qui sépare les phrases et autres éléments du texte, pour des raisons de style ou de clarté, est plus une marque d'oralité du texte qu'un fait de la texture proprement dit. Naturellement, les usages et fonctions de chaque ponctuation varient selon les langues. Les signes de ponctuation comme marque de silence les plus communs sont la virgule, le point-virgule, le point final et les points de suspension. Par manque de temps et d'espace, nous nous penchons seulement sur les effets et sens des points de suspension comme marque de silence.

3.2.1 Les points de suspension

Les points de suspension ont un rôle fondamental dans les textes écrits. En général, les écrivains utilisent les points de suspension pour exprimer/montrer des pauses, des repos et du silence. Les points de suspension constituent aussi un type de commentaire implicite de l'énonciateur, une stratégie sur le silence qui a comme but de donner plus de sens aux énoncés. Il y a donc un signifiant avec plusieurs signifiés. Autrement dit, la pluralité des fonctions des points de suspension peut varier selon l'intention du sujet énonciateur ou le contexte. Cela peut mener à des interprétations diverses et même à des ambiguïtés.

En littérature, les points de suspension sont « tout le matériel dont les écrivains bénéficient pour marquer l'hésitation, le silence, etc. » (DURRER, 1999, p. 28). Nous pouvons les considérer aussi comme une marque d'un moment de réflexion pour les lecteurs au niveau extra-diégétique, et pour les personnages au niveau intra-diégétique. Donc, les points de suspension produisent des sens dans le discours littéraire, comme c'est le cas dans tout autre discours.

Maingueneau (1986) classifie les fonctions des points de suspension en deux catégories : la *fonction énonciative* et la *fonction polyphonique*. D'abord, il remarque que cette ponctuation ne suit pas les

règles strictes de la grammaire comme d'autres marques graphiques. Il y a une certaine liberté de placement dans le texte, surtout littéraire. La liberté produit, d'un côté, de la légèreté et, de l'autre, de la complexité vis-à-vis des silences qui apparaissent dans le flux des mots. Nonobstant cette liberté, l'insertion des points de suspension, d'après l'auteur, ne peut être faite indistinctement, mais doit respecter le plan morphosyntaxique de l'énoncé.

La première fonction des points de suspension, selon Maingueneau (1986), est d'assurer l'unité énonciative du discours, malgré la discontinuité et les interruptions qu'ils représentent. Les points de suspension ont, dans ce cas, le rôle de finir, de compléter la phrase, de maintenir son unité. À cet égard, les points de suspension ne garantissent pas seulement la complétude énonciative, mais aussi de sens. Toujours au niveau énonciatif, les points de suspension offrent la liberté au sujet énonciateur d'exprimer des implicites et aux lecteurs de les interpréter à leur aise.

La deuxième fonction des points de suspension, liée à la polyphonie, est plus subtile et il n'y a apparemment pas d'intention perceptible de la part du sujet énonciateur. Certaines ruptures sont montrées, d'autres sont constitutives, ainsi que l'hétérogénéité textuelle. Les points de suspension peuvent être des manifestations soit explicites soit cachées sous la surface discursive. Dans le deuxième cas, d'après nos études citées ci-dessus, le lecteur doit présupposer comme hypothèse la constitution des sens.

4 Le silence en littérature

Tous les silences ne sont pas volontaires ni contrôlés et peuvent toujours faire l'objet d'interprétations variées ou contradictoires. Parmi les silences qui sont un ressort maîtrisé discursivement, analysons ceux qui font partie de l'univers littéraire. La communication à travers les arts est un aspect primordial dans la vie humaine et ses effets sont indispensables pour l'intégration de l'humain en société. La parole est un moyen privilégié pour se connaître et se faire connaître, tout comme le silence.

Maintes fois les artistes se sont exprimés autant avec du silence qu'avec des mots. Sous différentes formes, le silence est toujours présent dans les arts. La peinture, appelée aussi « la poésie muette », a ses lignes et

ses couleurs silencieuses. La sculpture suggère au spectateur de conclure les sens de l'œuvre mystérieuse avec son imagination. Les compositions musicales possèdent de nombreux signes pour exprimer les pauses et les silences. Dans la littérature biblique, on trouve l'expression « au commencement était le verbe », mais si on peut se permettre une petite liberté poétique, on dirait qu'« au commencement était le silence » et après il y a eu le verbe.

En littérature également, il y a certes des mots et des silences. Depuis les grandes tragédies classiques, les silences ont un rôle important, mystique et même mythique. C'était à travers le silence que l'on pouvait communiquer avec les dieux. Les silences de Phèdre, de Prométhée, d'Œdipe, d'Électre, d'Hamlet et d'Othello peuvent être perçus comme de simples pauses tragiques face aux adversités, mais aussi comme l'expression de leurs sentiments en tant que réaction et argumentation, bref, le silence en tant que signification. En poésie, il y a aussi la présence du silence dans les rythmes des vers, par exemple.

Dans chaque mouvement littéraire nous trouvons des silences avec différents sens, pour exprimer, chacun à sa façon, ses idées, ses idéologies. D'après les moralistes du XVIII^e siècle, le silence (re) présente les valeurs internationales positives. La Rochefoucauld (2008) notamment dans les *Maximes*, parle du silence tel que synonyme de discrétion et de repos. Selon lui, le silence est l'équivalent d'une bonne santé de l'esprit, d'une maîtrise du langage et d'une réponse adéquate au monde bavard. Dans l'œuvre *Les destinées : poème philosophiques*, Vigny (1955, p. 49) estime le silence en affirmant que « Seul le silence est grand : tout le reste est faiblesse ».

Dans la littérature théologique, Pascal (1960) écrit dans les *Pensées* sur l'efficacité du silence dans l'amour. Bossuet (1975), à son tour, conseille vivement le silence dans le chapitre « Instructions faites aux Religieuses ursulines de Meaux - Sur le Silence » et le classe en trois cas : le silence de règle, le silence de prudence dans les conversations et le silence de patience dans les contradictions. A noter que cette typologie va avec les idées présentes dans l'Évangile.

Malgré ces réflexions sur le silence au fil des siècles, il y a encore très peu d'études sur le thème, surtout du point de vue des théories linguistiques et littéraires. Heuvel (1985, p. 65) fait ce reproche :

S'il y a en littérature un domaine qui manque d'étude sérieuse, c'est bien celui du silence qui apparaît de plus en plus comme un problème fondamental dont l'importance est reconnue par tous. A qui s'adresser pour chercher l'aide théorique et méthodologique quand l'analyse est confrontée à ce problème ? La recherche littéraire a négligé le silence. N'observant que le seul énoncé, la linguistique ne s'en est pas soucié. »

De nombreux écrivains parlent à travers des silences et attribuent des significations multiples à leurs discours. Cela veut dire que les écrivains enregistrent la parole et le silence ainsi que l'intelligible et le sensible. Tout cela traverse la narrative, les dialogues et représentent une unité sémiotique, élémentaire et cohérente dans le discours littéraire. Les effets de sens sont donc aussi nombreux que les contextes dans lesquels ils y sont perçus.

L'implicite dans le discours littéraire peut être une stratégie discursive d'un personnage ou du narrateur. Il sert de protection lorsque l'on se sent en danger ou avec des difficultés dans un dialogue/une conversation en face à face. De cette manière, l'implicite est un moyen de résoudre les questions délicates de la communication. Il se peut aussi que l'implicite dans le discours littéraire soit une manière de maintenir la domination de l'autre personnage.

Quand l'auteur ne veut pas écrire un mot, un terme vulgaire ou même le nom d'un personnage, il peut les remplacer par des points de suspension. Les textes littéraires sont le résultat d'un conflit d'interprétations laissées ouvertes par l'auteur à travers l'utilisation de points de suspension. Les ruptures, les silences, les blancs font partie de la vie comme de la littérature. Ils font partie de l'aventure de la traduction, de la compréhension et de l'interprétation des sens.

Dans l'œuvre de Sarraute, par exemple, on remarque une multitude d'enregistrements du silence, ils sont marqués surtout par les guillemets et les points de suspension : « Eh bien, Jean-Pierre, mon ami, je vous félicite. Vous en faites des choses... en douce... Oh, le vilain sournois... vous vous rendez compte de ce que vous déclenchez, assis là, mine de rien... » (SARRAUTE, 1996, p. 1381). Dans sa pièce de théâtre intitulée *Le Silence*, les personnages parlent sur des thèmes imprécis et cela les amène à discuter de la question du silence d'un personnage. Dans toute la pièce, Jean-Pierre n'intervient que deux fois parmi les 175 interventions distribuées dans le texte. Le silence de Jean-Pierre est décrit

par le personnage H.1 comme étant « [...] lourd, c'est plein à craquer. C'est incroyable, ce qu'il y là-dedans. Je m'y perds... On se noie... ». Les autres personnages essaient de faire parler Jean-Pierre, de le retirer du stade de silence pour comprendre ce qui se passe :

H1 très sérieux : Vous ne demandez qu'à nous rassurer, n'est-ce pas ? J'en suis certain... vous le feriez, si c'était possible... Il faudrait pourtant si peu de choses. Juste un mot. Un petit mot de vous et on se sentirait délivrés. Tous rassurés. [...] Un seul mot. Une petite remarque toute banale. N'importe quoi, je vous assure, ferait l'affaire. Mais ça doit être plus fort que vous, n'est-ce pas ? Vous êtes emmuré dans votre silence ? (SARRAUTE, 1996, p. 1382).

Ce personnage est fasciné par le silence et essaye de l'interpréter, de lui donner des sens. Finalement, les personnages supportent mal le silence et commencent à parler de sujets précis. Le silence retourne à sa proportion normale et la conversation suit son rythme. Le silence fait partie du langage (et vice-versa) et fait aussi partie de son trait stylistique caractéristique : les tropismes. Selon l'écrivaine, les tropismes

Ce sont des mouvements indéfinissables, qui glissent très rapidement aux limites de notre conscience ; ils sont à l'origine de nos gestes, de nos paroles, des sentiments que nous manifestons, que nous croyons éprouver et qu'il est possible de définir. Ils me paraissaient et me paraissent encore constituer la source secrète de notre existence. (SARRAUTE, 1996, p. 1594).

Les tropismes consistent donc en des réponses à des situations, c'est-à-dire toute réaction de personnages aux actions, aux paroles et aux silences des uns et des autres. Ces mouvements orientent les personnages et leurs discours, ils sont le tout qui englobe le développement de la narrative. L'univers dans lequel le silence, la parole et les tropismes sont insérés dans le discours est le même. Par contre, le silence et les tropismes ont des caractéristiques en commun. Aucun n'est visible, c'est-à-dire directement observable dans le texte. Les deux sont difficilement traduisibles car ils s'écroulent dans la texture de la parole.

L'œuvre de Sarraute est connue pour son utilisation du silence comme réaction *tropismale*. L'écrivaine du nouveau roman, fidèle à son éthique littéraire, montre que le silence entrelace le dialogue et acquière

des significations avec les regards et les gestes. Le silence peut être perçu, de cette manière, comme la présentification des tropismes. Penser le silence et les tropismes c'est mettre en relief des questions relatives à l'autre, aux altérités, au dialogisme et à la polyphonie. Selon l'auteure, les silences

[...] donnent à mes phrases un certain rythme, grâce à eux elles respirent. Et aussi ils leur donnent cet aspect tâtonnant, hésitant, comme cherchant à saisir quelque chose qui à tout moment s'échappe, glisse, revient, et cet aspect haché... c'est comme des bribes de quelque chose qui déferle. Elles sont suspendues en l'air, comme cabrées devant la convention littéraire, la correction grammaticale, qui les amèneraient à se figer, à s'enliser. (SARRAUTE, 1996, p. 1703)

Le silence entre les personnages sarrautiens peut être compris comme langage, comme signifier et pas seulement comme se taire. Ainsi, le silence est la limite de la parole et, avec celle-ci, l'élément constitutif du discours. Chez Sarraute, le « vide » offre des possibilités diverses à l'imaginaire du narrateur, des personnages et des lecteurs. Elle cherche à mettre dans ses textes des sens qui ne se sont pas compris avec les mots, mais avec le silence. C'est dans l'intervalle que le silence résonne, que le sens prend forme et crée le discours. Dans son œuvre, le silence se produit dans des conditions spécifiques pour constituer des modes de signification.

Considérations finales

En conclusion, nous pouvons constater l'insuffisance des moyens typographiques à manifester le silence. Du point de vue énonciatif, les pauses produisent des effets pluriels dans le discours selon le contexte de production. Les signes utilisés pour exprimer le silence sont nombreux et leurs interprétations variées. Pour les écrivains, la voix qui (se) tait dans le texte est la responsable par l'intrigue, la voix qui joue avec les mots dans les espaces du silence. Ainsi, ils utilisent le silence en lui donnant une forme, une construction des sens pour caractériser un monde où les mots ne suffisent pas pour les exprimer.

De ce point de vue, on peut considérer que le texte littéraire est, comme tout autre, composé de paroles et de silences afin d'apporter des

formes aux discours et leur donner, leur permettre de construire des sens divers. La présence du silence dans l'enjeu de l'énonciation apporte des pouvoirs transformateurs au discours. Le silence est un recours créatif indispensable dans la construction, déconstruction et reconstruction des textes à chaque contact et à chaque contrat.

Le silence a beaucoup de significations et sa présence peut montrer que, dans beaucoup de cas, nous sommes incapables de dire, de manifester et même de signifier notre état d'âme et de traduire les réalités subtiles de la communication. Le silence est nécessaire pour dire. Avec les mots, il est important pour provoquer, produire, enregistrer les idées et les sentiments. Ensemble, ils sont indispensables pour traduire les mouvements de la conscience. Enfin, en nous inspirant de ce que Barthes (1984) a dit sur la parole, disons que le silence est un cri que toutes les conventions sociales nous ont appris à taire.

Références

- BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris : Gallimard, 1984.
- BARTHES, R. *Le Bruissement de la langue : essais critiques IV*. Paris : Éditions du Seuil, 1984.
- BOSSUET, J-B. *Sermons*. Tome III. Paris : Larousse, 1975.
- DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris : Minuit, 1980.
- DURRER, S. *Le dialogue dans le roman*. Paris : Nathan, 1999.
- GAUDNER, P. M. Symmetric Respect and Memorated Knowledge: The Structure and Ecology of Individualistic Culture. *Southwestern Journal of Anthropology*, Chicago, v. 22, n. 4, p. 389-415, 1966. DOI: <https://doi.org/10.1086/soutjanth.22.4.3629461>.
- GRICE, P. Meaning. *Philosophical Review*, Durham, NC, v. 66, n. 3, p. 377-388, 1957. DOI: <https://doi.org/10.2307/2182440>.
- HEUVEL, P. V. *Parole, mot, silence*. Paris : José Corti, 1985.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. Paris : Armand Colin, 1986.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales I : Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris : Armand Colin, 1990.

KRISTEVA, J. Une poétique ruinée. Préface. In : BAKHTINE, M. *La poétique de Dostoïevski*. Paris : Seuil, 1970. p. 5-29.

LA ROCHEFOUCAULD, F. *Maximes*. Paris : Flammarion, 2008.

MAINGUENEAU, D. Le langage en suspens. *Paroles Inachevées*, Paris, v. 34/35, p. 77-94, 1986. DOI: <https://doi.org/10.3406/drlav.1986.1037>

MAINGUENEAU, D. « Discours ». In : CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. (org.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris : Seuil, 2002. p. 185-190.

MIZZAU, M. Silence à deux voix. *Langages*, [S.l.], v. 85, p. 41-53, 1984. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1987.1528>.

ORLANDI, E. P. *As formas de silêncio*. Campinas : Unicamp, 1997.

PASCAL, B. *Pensées*. Lausanne : Éditions Rencontre, 1960.

RAVAZZOLI, F. Le silence comme boîte noire du temps. In : PARRET, H. (org.). *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris : CNRS, 1991.

SARRAUTE, N. *Œuvres Complètes*. Paris : Gallimard, 1996. (Bibliothèque de la Pléiade)

VIGNY, A. *Les destinées*. Genève : Droz, 1955.

Recebido em: 31 de janeiro d 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

L I T E R A T U R A



A poesia de Tutameia

The Poetry of Tutameia

Claudia Campos Soares

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

claudiasoares3107@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-7192-5092>

Maíra Pinheiro Tavares

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

mairaptavares@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-7794-864X>

Resumo: Este trabalho se pretende uma apresentação do último livro publicado em vida de João Guimarães Rosa, *Tutameia: Terceiras estórias*, e de parte de sua crítica. Inicialmente, discutimos a arquitetura complexa e enigmática do livro, onde os paratextos desempenham particular importância. Em seguida, tratamos, à luz de estudos dedicados a explorar a originalidade linguística da obra rosiana, das especificidades da linguagem de *Tutameia* em relação ao conjunto das narrativas de Guimarães Rosa. O livro é composto por “estórias” muito curtas, onde os sentidos estão condensados em muito poucas palavras. Dedicamos especial atenção, nessa discussão sobre a linguagem das *Terceiras estórias* rosianas, aos recursos tradicionalmente atribuídos à poesia que são utilizados na composição dos contos do livro.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; *Tutameia*; linguagem; recursos poéticos.

Abstract: This paper aims at presenting João Guimarães Rosa’s last book published during his lifetime, *Tutameia: Terceiras estórias*, and some of the criticism about it. Initially, we discuss the complex and enigmatic architecture of the book, in which the paratexts play a particularly important role. Then, we deal with the specificities of *Tutameia*’s language in relation to the set of narratives of Guimarães Rosa, based on

studies dedicated to exploring the linguistic originality of Rosa's work. The book is composed of very short "estórias", whose meanings are condensed in very few words. In this discussion of the language of *Terceiras estórias*, we paid special attention to resources traditionally attributed to poetry, which are used in the composition of the short stories of the book.

Keywords: Guimarães Rosa; *Tutameia*; language; poetic resources.

...belas palavras [...] formavam
o pensar por caminhos novos.

Guimarães Rosa

Observando a ordem de publicação das estórias de Guimarães Rosa, percebemos que o autor mineiro cumpriu um percurso de ida e volta – não exatamente para o mesmo lugar: de *Sagarana* a *Corpo de baile*, e do conjunto de novelas a *Grande sertão: veredas*, as narrativas foram aumentando, em termos de extensão e da complexificação dos conflitos. De *Grande sertão: veredas* em diante, entretanto, Rosa caminhou em direção contrária. *Primeiras estórias*, o livro posterior ao grande romance rosiano, é uma coleção de 21 contos curtos. Rosa foi questionado sobre esse encolhimento por Walter Höllerer em entrevista a uma televisão alemã, registrada no documentário "Outro Sertão", de Adriana Jacobsen e Soraia Vilela (2013). O escritor mineiro afirma que, por ter escrito as estórias para um suplemento literário, teve de se ajustar à exigência de espaço, o que considerava positivo, porque, "para o artista, toda limitação é estimulante" (OUTRO..., 2013). Sobre o aumento da concisão de seus textos, Rosa responde rindo: "Chegarei até o hieroglifo" (OUTRO..., 2013). Embora obviamente não tenha chegado a isso em *Tutameia*, seu último livro publicado em vida, o escritor caminhou um bom pedaço nessa direção, pois os contos desse livro são ainda mais curtos que os do livro anterior. Mais uma vez, Rosa escreveu para publicação em periódicos (a revista *Pulso*)¹ e foram-lhe impostas limitações editoriais quanto ao espaço disponível para o texto. Isso levou o escritor a uma "excessiva concentração", conforme observou Paulo Rónai (2009, CCXXXIV), como se suas estórias fossem "romances comprimidos ao máximo".

¹ Cf. Perez *et al.* (1968, p. 212).

Essa forma condensada exigiu do autor um trabalho extremamente cuidadoso com a linguagem.² Sobre *Tutameia*, afirmou ainda Paulo Rónai (2009, p. CCXXXI), que todas as palavras “eram medidas e pesadas, postas no seu exato lugar, não se podendo suprimir ou alterar mais de duas ou três em todo o livro sem desequilibrar o conjunto”.

Tutameia apresenta uma estrutura bastante singular. O livro é composto por 44 textos e apresenta dois índices: o primeiro apresenta as histórias organizadas em ordem alfabética, havendo uma interrupção desse ordenamento a partir da letra “J”. O conto “João Porém, o criador de perus” é seguido por “Grande Gedeão” e “Reminiscção”, cujas primeiras letras são as iniciais do autor. Depois disso, os contos voltam a seguir o ordenamento alfabético. No segundo índice, as “histórias” são divididas em “Prefácios” e “Contos”. Dos 44 textos, 40 são classificados simplesmente como “Contos” e 4 são chamados de “Prefácios” – embora sejam 4 e só um deles se apresente na abertura do livro; os demais estão dispostos entre as narrativas. Nesse último índice, também se nota uma inversão no título do volume: no primeiro, o título “principal”, *Tutameia*, aparece seguido de *Terceiras histórias*, em tipos menores e entre parêntesis, na linha imediatamente abaixo; no segundo, *Terceiras histórias* aparece com título principal e *Tutameia* vem logo abaixo, em letras menores e entre parêntesis. Como se vê, Rosa inscreveu em seu livro, propositalmente, muitos enigmas. Outro deles é o próprio título do livro – ou melhor, um deles: *Terceiras histórias*. Rosa escreveu as *Primeiras histórias* e publicou, a seguir, as *Terceiras*, sem passar pelas segundas. Sobre esse assunto, vale lembrar este diálogo que, segundo Paulo Rónai, se deu entre ele e o autor de *Tutameia*:

– Por que *Terceiras histórias* – perguntei-lhe – se não houve as segundas?

– Uns dizem: porque escritas depois de um grupo de outras não incluídas em *Primeiras histórias*. Outros dizem: porque o autor, supersticioso, quis criar para si a obrigação e a possibilidade de publicar mais um volume de contos, que seriam então as *Segundas histórias*.

– E o que diz o autor?

² Toda a obra de Guimarães Rosa é marcada por um trabalho muito minucioso de linguagem, mas em *Tutameia* isso adquire concentração máxima, o que dá a suas histórias ainda maior densidade de significados.

– O autor não diz nada – respondeu Guimarães Rosa com uma risada de menino grande, feliz por ter atraído o colega a uma cilada. (RÓNAI, 2009, p. CCXXXI)

E o crítico conclui: “Eles’ eram evidentemente os críticos. Rosa, para quem escrever tinha tanto de brincar quanto de rezar, antegozava-lhes a perplexidade encontrando prazer em aumentá-la. Dir-se-ia até que neste volume quis adrede submetê-los a uma verdadeira corrida de obstáculos” (RÓNAI, 2009, p. CCXXXI).

Essa arquitetura complexa e enigmática, aliada à extrema condensação de sentidos de que falamos, gera as dificuldades de leitura comumente atribuídas a *Tutameia*, ainda mais que a outros livros de Rosa. E elas foram previstas pelo autor, como demonstram as epígrafes aos dois índices do livro, ambas de Schopenhauer. A primeira diz o seguinte: “Daí, pois, como já se disse, exigir a primeira leitura paciência, fundada em certeza de que, na segunda, muita coisa, ou tudo, se entenderá sob luz inteiramente outra” (SCHOPENHAUER *apud* ROSA, 1979, p. V). A epígrafe do segundo índice, não por acaso denominado “Índice de releitura”, é a que se segue: “Já a construção, orgânica e não emendada, do conjunto, terá feito necessário por vezes ler-se duas vezes a mesma passagem” (SCHOPENHAUER *apud* ROSA, 1979, p. 202). Ambas, como se percebe, falam da necessidade de uma segunda leitura, que esclareceria o que, da primeira vez, não foi compreendido.

Além dos paratextos, que criam enigmas e mistérios, também a linguagem muito peculiar de *Tutameia* contribui nesse sentido, como foi dito. Na verdade, o experimentalismo de Rosa, que, paradoxalmente, se realiza a partir de um linguajar regional,³ vem impressionando os críticos desde a publicação de suas obras. Estudiosos como Oswaldino Marques (1957), Manuel Cavalcanti Proença (1976)⁴ e Pedro Xisto (cf. COUTINHO, 1983)⁵ foram alguns dos críticos que demonstraram como Rosa trabalhava criativamente a linguagem.

³ O experimentalismo sempre foi característico da literatura urbana, mais aberta à influência estrangeira e aos influxos modernizadores. Já os regionalismos tendem ao realismo e a se utilizarem de recursos literários mais convencionais.

⁴ Proença publicou em 1958 o seu *Trilhas do grande sertão*. Nele consta o capítulo “Aspectos formais”, em que o crítico discute as especificidades da linguagem rosiana.

⁵ “À busca da poesia”, de Pedro Xisto, foi “publicado originalmente como uma série de artigos na *Folha da manhã*. São Paulo, 1957” (COUTINHO, 1983, p. 141).

Proença estudou a originalidade linguística de Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas* através da identificação de processos de formação de palavras comuns na língua – como prefixação, sufixação e aglutinação – nos neologismos rosianos; de latinismos, arcaísmos, indianismos e palavras eruditas; e de especificidades de ordem sintática; entre outros procedimentos linguísticos. Aponta também a utilização de alguns recursos próprios à poesia, como aliterações, onomatopéias e rimas, no romance rosiano. Para o crítico, o escritor mineiro “foi buscar palavras onde quer que correspondessem ao seu desejo de música ou força expressional” (PROENÇA, 1976, p. 215). E quando não as encontrava, criava. A linguagem de *Grande sertão: veredas* se caracterizaria, segundo Proença (1976, p. 210), por um “pendor enfático, irrepresável nos limites da linguagem comum. Daí a busca de novas estruturas formais”. O resultado obtido, conforme Proença (1976, p. 211), é uma “reavivação” da linguagem comum, que é “dessorada” e “esvaziada de sua riqueza expressiva”.

Trata-se de uma percepção afim às do próprio Rosa, como o demonstra, por exemplo, o próprio autor em entrevista a Günter Lorenz. Afirma o escritor mineiro: “A língua serve para expressar ideias, mas a linguagem corrente expressa apenas clichês e não ideias; por isso está morta, e o que está morto não pode engendrar ideias. Não se pode fazer desta linguagem corrente uma língua literária [...]” (ROSA, 2009a, p. LVI).

Rosa expressa a mesma visão em carta de 11 de fevereiro de 1964 à tradutora norte-americana, Harriet de Onís:

Sei que o absoluto horror ao lugar comum, à frase feita, ao geral e amorfamente usado querem-se como características do *Sagarana*. A sr^a terá notado que, no livro todo, raríssimas serão as fórmulas usuais. A meu ver, o texto literário precisa de ter gosto, sabor próprio – como na boa poesia. O leitor deve receber sempre uma pequena sensação de surpresa, isto é, de vida. (ROSA *apud* VERLANGIERI, 1993, p. 218)

A utilização do linguajar sertanejo como base de sua construção verbal tem a mesma função, segundo relata a Günther Lorenz em sua mais longa entrevista: “[...] eu incluo em minha dicção certas particularidades dialéticas [*sic*] de minha região, que são linguagem literária e *ainda têm*

sua marca original, não estão desgastadas e quase sempre são de uma grande sabedoria linguística” (ROSA, 2009a, p. L., grifo nosso).

Rosa busca, com sua linguagem nova, alcançar a visão nova, para além do estabelecido pelo senso comum. Em 4 de novembro de 1964 escreve a Harriet de Onís:

Não procuro uma linguagem transparente. Ao contrário, o leitor tem de ser chocado, despertado de sua inércia mental, da preguiça e dos hábitos. Tem de tomar consciência viva do escrito, a todo momento. Tem quase de aprender novas maneiras de sentir e de pensar. Não o disciplinado – mas a força elementar, selvagem. Não a clareza – mas a poesia, a obscuridade do mistério, que é o mundo. (ROSA *apud* VERLANGIERI, 1993, p. 21)

O autor de *Tutameia* convoca seu leitor a estar aberto a ângulos de visão não convencionais, a expandir horizontes, para que possa se aproximar da “obscuridade do mistério que é o mundo” – que ele almeja representar em sua obra. É o que diz Riobaldo em *Grande sertão: veredas*: “as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total” (ROSA, 2009b, p. 203).

Essa forma de composição provoca as dificuldades de leitura de que falamos anteriormente, pois o leitor não dispõe de recursos para decodificá-la automaticamente, o que justifica o hermetismo atribuído ao livro. É por isso que é preciso relê-lo – conforme já indica o aviso de releitura que nos é dado pelas epígrafes aos índices da obra. É também disso que se fala no primeiro prefácio de *Tutameia*, “Aletria e Hermenêutica”, quando é apontada a diferença entre *história* e *estória* e a semelhança entre *estória* e *anedota*. Essas últimas se aproximam, e se diferem da história, porque ambas “escanchar[m] os planos da lógica, propondo-nos realidade superior e dimensões para mágicos novos sistemas de pensamento” (ROSA, 2009b, p. 529). O estranhamento, a surpresa, o choque que Rosa almeja provocar com sua linguagem, promove essa abertura da percepção para além dos limites da lógica, pois exige “novas maneiras de sentir e de pensar”, propõe “novos sistemas de pensamento”. É dessa forma que se “aumenta a cabeça para o total”.

Marques e Xisto chamaram mais a atenção para os recursos poéticos utilizados por Rosa em suas narrativas. Seus estudos abordaram, mais detidamente, aspectos como sonoridade e ritmo. Oswaldino Marques

(1957, p. 37), estudando *Sagarana*, “Com o vaqueiro Mariano”, “Pé duro, Chapéu de couro” e “Aquário”, concluiu que Rosa tudo “remagnetiza com seu toque de criação, criando a originalidade com “efeitos estilísticos” obtidos a partir da utilização, inclusive, de recursos poéticos. Segundo o crítico, a obra do autor mineiro mistura as “esferas da poesia e da prosa”, “a sua textura verbal cobre a dupla extensão dessas categorias” (MARQUES, 1957, p. 21). Por isso, “à falta de um termo corrente, fomos forçados a cunhar o vocábulo *prosoema*, para nomeá-la” (MARQUES, 1957, p. 21). Marques (1957, p. 37) afirma que Rosa é o único escritor que conhece capaz de “fazer desabalar diante da gente com a maior fidelidade um animal. A todo galope, ou um rio no arrastão da cheia, ou uma ave frechada através do espaço”, e exemplifica com momentos em que isso ocorre nos contos de *Sagarana*. Marques estuda ainda a forma como Rosa se utiliza de mecanismos da própria língua, de figuras de linguagem e de recursos sonoros para provocar efeitos específicos.

Pedro Xisto (cf. COUTINHO, 1983, p. 115, grifo do autor) ratifica as ideias de Marques, pois entende que a “obra do escritor mineiro repõe em situação (como nunca entre nós e, provavelmente, como muito poucas vezes alhures) o conceito PROSA-POESIA”. O crítico explicita a cadência das palavras em trechos de *Grande sertão: veredas* e de novelas de *Corpo de Baile*, e demonstra como alguns deles podem, inclusive, ser dispostos em versos. Nas palavras de Xisto (cf. COUTINHO, 1983, p. 127), Guimarães Rosa “liberta e reanima a linguagem impressa, paralisada, silente. Ele insufla, tão original quando eficazmente, valores orais, alógicos, poéticos à prosa que, assim, se transfigura numa plurivalência além dos gêneros e dos lugares e dos tempos”.

Outro estudioso que se interessou pelo estudo da poesia na prosa rosiana foi Wilton Cardoso. O crítico lança seu olhar sobre a questão da sonoridade das palavras em “São Marcos”, de *Sagarana*. Cardoso (1966, p. 39) demonstra como Rosa “dá à nota sonora valor próprio” e como a paisagem, no conto, se constrói a partir de elementos auditivos. “Sensível ao poder fônico dos vocábulos, Guimarães Rosa se deixa entregar a combinações léxicas, cujo fim é sem dúvida explorar o seu manancial sonoro” (CARDOSO, 1966, p. 39). O crítico demonstra como os recursos sonoros são aproveitados ao máximo em “O burrinho pedrês”, também de *Sagarana*, no qual o ritmo das frases busca sugerir a cadência da marcha dos bois que compõem a boiada que, no conto, é transportada para ser embarcada numa estação de trem.

Essa característica musical do conto fora observada antes por um “crítico” muito especial: Graciliano Ramos. Em 1938, o escritor alagoano participou como jurado de um concurso literário em que Guimarães Rosa concorreu com um livro de contos, primeira versão do que seria mais tarde *Sagarana*.⁶ Graciliano escreveu, pelo menos, três crônicas sobre o assunto. Duas delas estão publicadas atualmente em *Linhas tortas* (“Um livro inédito” e “Conversa de bastidores”); a terceira foi publicada no segundo número da revista *Teresa* (também sob o título “Um livro inédito”). A reunião das 3 crônicas nos conta a história da publicação de *Sagarana*.⁷

Graciliano (2001, p. 83-85) relata que viu valores na coletânea de contos, mas considerou-a irregular. Em suas palavras, o texto “sobe muito ou desce demais, nunca sendo medíocre” (2001, p. 84). O escritor alagoano considerou que havia na coletânea dois contos “bastante ordinários”, (RAMOS, 1986b, p. 152), mas também “encerra trabalhos como ‘Conversa de bois’, uma verdadeira maravilha” (RAMOS, 1986b, p. 153).

No último texto que escreveu sobre o concurso de 1938, o autor de *Infância* conta que, no final do julgamento, houve “discussão e briga”:

[...] eliminadas as composições menos sólidas, ficamos horas no gabinete de Prudente de Moraes hesitando entre esse volume desigual e o outro, *Maria Perigosa*, que não se elevava nem caía muito. Optei pelo segundo – e, em consequência, Marques Rebelo quis matar-me: gritou, espumou, fez um número excessivo de piruetas ferozes. (RAMOS, 1986a, p. 247)

Rosa acabou ficando com o segundo lugar – Luís Jardim levou o prêmio por esse voto do autor de *Infância*. Graciliano, entretanto, relata que conversou com José Olympio sobre as qualidades do livro de *Viator*, pseudônimo sob o qual o autor iniciante se apresentou no concurso, e o editor se dispôs a publicá-lo também. *Viator*, contudo, não

⁶ Trata-se do prêmio Humberto de Campos, instituído pela editora José Olympio.

⁷ A essa altura (a crônica é de 1944), Graciliano era escritor consagrado. Já na época do concurso era veterano: toda (ou quase toda) a sua obra de ficção estava publicada, e ele integrava o júri de um concurso de literatura promovido pela editora mais importante do momento. Rosa, ao contrário, era escritor iniciante, cuja obra ainda não tinha vindo a conhecimento público.

foi localizado na época. Anos depois do concurso, Graciliano e Rosa chegaram a se encontrar pessoalmente. O autor de *Vidas secas* relatou que, na oportunidade, os dois conversaram sobre o concurso e o livro – que, nessa ocasião, estava para ser publicado pela Editora Universal, em versão revista e bastante depurada, inclusive com contos retirados.

Em “Conversa de bastidores”, Graciliano observa a presença de “numerosos versos para efeito onomatopaico intercalados na prosa” e demonstra sua presença em “O burrinho pedrês”:

[...] fixando a marcha dos bois nos caminhos sertanejos, dois períodos (o primeiro feito de adjetivos aplicáveis ao gado) composto de pentassílabos: “Galhudos, gaiolos, estrelas, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, sambraias, chamurros, chitados, vareiros, silveiros... E o toско da testa do mocho macheado, e as rugas antigas do boi corualão...” Note que temos aí dez aliterações. O rumor dos cascos no chão duro se prolonga – e à página 26 ainda é martelado em dezesseis versos de cinco sílabas: “As ancas balançam, e as vagas de dorsos, de vacas e touros, batendo com as caudas, mugindo no mio, na massa embolada, com atritos de couro, estralos de guampas, estrondo e baques, e o berro queixoso do gado juqueira, de chifres imensos, com muita tristeza, saudades dos campos, querência dos pastos de lá do sertão...” (RAMOS, 1986a, p. 248-249)

Essa ideia foi desenvolvida em mais detalhes em outro estudo importante sobre a poesia da linguagem rosiana: o de Ângela Vaz Leão (2009). A estudiosa demonstra que a sonoridade do conto acompanha o processo de uniformização do passo da boiada, ou seja, como o ritmo do conto varia em função da movimentação dos bois durante a viagem, e é “obtido [...] pela extensão dos segmentos, pela distribuição de acentos e pausas, pela repetição de palavras e sons expressivos, pelo jogo de aliterações, assonâncias e rimas” (LEÃO, 2009, p. CXVIII). Assim, a “marcha da boiada [...] pode ser vista e ouvida, tal é o poder sugestivo dos sons, das palavras e das imagens, tal é a justeza do ritmo reproduzido” (LEÃO, 2009, p. CXVIII). Leão observa que

Já nos deslocamentos desordenados da partida, destaca-se um ou outro boi que ganha marcha cadenciada, traduzida pela cadência da frase: “Estampa de boi brioso / Quando corre, bate caixa, / quando anda, amassa o chão”. [...] Pouco a pouco, porém, as

agulhoadas e gritos dos vaqueiros vão uniformizando o passo, o ritmo de um animal vai-se transmitindo a outro, e o gado marcha igual numa cadência só. (LEÃO, 2009, p. CXVIII)

Esse segundo movimento é identificado pela estudiosa no trecho anteriormente citado por Graciliano, composto de 16 pentassílabos: “As ancas balançam...”. A redondilha com acentos na 2ª e na 5ª sílabas, observa Ângela Vaz Leão (2009, p. CXIX), “traduz o ritmo uniforme, mas ainda lento, da boiada” e vai desembocar no terceiro movimento:

Pouco a pouco, a velocidade aumenta, o ritmo dispara e a frase se estrutura em 12 versos trissilábicos, agrupados de quatro em quatro (quase como estrofes) com acentos na 1ª e na 3ª sílabas – tudo isso sublinhado pela pontuação e pela alteração do *b* no 1º grupo, do *d* no 2º e do *v* no 3º: “Boi bem bravo, bate baixo, bota baba, boi berrando... Dança doido, dá de duro, dá de dentro, dá direito... Vai, vem, volta, vem na vara, vai não volta, vai varando...”. (LEÃO, 2009, p. CXIX)

Por fim,

[...] as cantigas, aboios, toques de berrante, que acabam de aglutinar as reses em um bicho só. A cadência dos bois vai ganhando também homens e cavalos, até que, sem perceber, todos se integram no rebanho. E a estrutura do verso trissilábico volta no fim do parágrafo, retratando a união total do mesmo ritmo e, pela aliteração, o retumbar dos passos na estrada: “E, agora, pronta de todo está ela ficando, cá que cada vaqueiro pega o balanço de busto, sem-querer e imitativo, e que os cavalos gingham bovinamente. Devagar, mal percebido, vão sugados todos pelo rebanho trovejante – pata a pata, casco a casco, soca soca, fasta vento, rola e trota, cabisbaixos, mexe lama, pela estrada, chifres no ar...”. (LEÃO, 2009, p. CXIX)

Também, ou talvez principalmente, na prosa de *Tutameia* esse trabalho de linguagem pode ser observado. Alguns críticos chamaram a atenção para especificidades linguísticas de alguns contos das *Terceiras estórias*. Walnice Nogueira Galvão (2008, p. 201-217), por exemplo, demonstra como, no conto “Orientação”, realiza-se uma adaptação linguística para sugerir a interpenetração entre o sertão e o mundo do imigrante chinês Yao Tsing-Lao – ou, simplesmente, Quim. A estudiosa

observa, por exemplo, que, esse hipocorístico usado pela população local para nomear o estrangeiro,

[...] vem a ser uma leitura descompromissada e relaxada de um dos mais ilustres e polivalentes monossílabos chineses, o qual fornece o étimo da designação da nacionalidade nas línguas ocidentais a partir do latim. O monossílabo tanto nomeia um dos livros-chave dessa civilização, o *I Ching* ou *I Qing*, quanto a prosápia de uma dinastia, seja a Ch'in pré-cristã [...], seja a última a existir, na primeira metade do século XX, a Ching. Além de ter a vantagem de ser homófono e homógrafo, mesmo que imperfeito em ambos os casos, de *chim*, forma abreviada de chinês. O nome de Quim, alternado com o gentílico chim (o “Quim chim”) vai comandar um sem número de arranjos e permutações verbais [...]. (GALVÃO, 2008, p. 209-210)

A autora demonstra em seu estudo esses “arranjos e permutações verbais”, por exemplo, quando analisa o neologismo “*felizquim* = diminutivo de feliz, por analogia com outros diminutivos da língua, apelando para o morfema diminutivo coloquial *-im*; mas ao mesmo tempo um *mot-valise*, de *feliz* + *Quim*, nome próprio do protagonista, a quem se aplica o adjetivo” (GALVÃO, 2008, p. 212).

Galvão demonstra também como, em “Orientação”,

[...] o tratamento vocabular implica mais outras opções. “Orientação” por assim dizer orientaliza, ou achinesa, a narrativa entretecendo-a: 1) de palavras e sintagmas que evoquem coisas chinesas ou até japonesas, como *leque*, *salamaleque*, *liqueliques*, *cabaia*, *zumbaia*, *quimão*, *rabicho*, *sol-nascente*, *bambus*, *porcelana*, *marfim*, *pólvora*, *bússola*, *dragão*, *mandarim*, *zumbaia*, *arroz*, *mesuras* sem cura; 2) de sons que ressoem a matriz fônica constituída pelo par do nome do protagonista e de seu gentílico: o Quim chim. (GALVÃO, 2008, p. 212-213, grifos da autora)

Leyla Perrone-Moisés, em seu “Orientalismo e orientação em Guimarães Rosa”, aponta outras formas que essa contaminação sertão-oriental tomou no conto rosiano.

O escritor submente a língua portuguesa a um achinesamento, inverso e correlato ao aportuguesamento que o nome Yao Tsing-Lao sofreu até se tornar Joaquim e Quim. O achinesamento do discurso efetuado pelo escritor ocorre, primeiramente, no nível dos

fonemas: “mínima mímica”, “pingue”, “pingo no i”, “pimpolins”, “felizquim”, “liqueliques, refinices, piqueniques”, “tico e nico” etc. Além disso, o fonema *sin*, do radical *sino* (chinês) está disseminado através do conto, com as variantes *quim*, *chim*, *zim*, *sim*: *china*, “*Quim*”, *cozinha*, *chinfrim*, *chinelinhos*, *ensinava-lhe*, *malsinava-o*, “*sínteses*”, “*sim, sim*”, “*sínico*”, “*sutilzinho*”. (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 261)

Perrone-Moisés (2000, p. 264-279) vê nessa aproximação entre Brasil e China pela linguagem uma forma de demonstrar que, como se enuncia no conto, “tudo cabe no globo”. Ou deveria caber: “A linguagem poética de Guimarães Rosa sugere que mesmo a maior diferença, aquela que produz maior desentendimento, isto é, a língua, pode ser trabalhada no sentido do acordo e da harmonia, tornando-se ‘melódica’” (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 261).

Estudando especificidades linguísticas de dois outros contos de *Tutameia*, “Arroio-das-antas” e “Curtamão”, também notamos a utilização de alguns procedimentos poéticos e buscamos identificar possíveis funções que eles possam desempenhar nessas duas histórias.

No primeiro deles, encontramos a jovem Drizilda, cujo marido havia sido morto pelo irmão. Como ela era muito jovem e não tinha filhos, foi abandonada pelo irmão assassino num povoado distante. Já no segundo parágrafo do conto, “ouvimos”: “De déu em doendo, à desvalença, para no retiro ficar sempre vivendo, desde desengano” (ROSA, 2009b, p. 540). Observa-se nesse trecho a aliteração em /d/ (som que inicia a palavra dor, que expressa o sentimento mais evidente da protagonista nesse momento do texto), a homofonia sonora entre “doendo”, “retiro”, “vivendo” (que sugere a dor em processo continuado, sem término determinável) e um provérbio desvirtuado: “De déu em doendo” ao invés de “de déu em déu”. Nesse último caso, a modificação reúne a ideia do abandono a que Drizilda é submetida em seu “retiro” (o estar “de déu em déu”) com a dor que a nova situação lhe causava.

Drizilda recolhe-se, então, “no limbo, no olvido, no não abolido” (ROSA, 2009b, p. 541). Nesse trecho, onde o ritmo e a rima interna se destacam, marca-se o apagamento da vida anterior da personagem, de seus tempos “idos”. Entretanto, não abolidos. Na última parte do trecho, o ritmo é quebrado pela introdução de um advérbio de negação, que indica que o apagamento não foi completo, algo sobreviveu, o que instaura a

possibilidade de que Drizilda ainda possa recuperar algo do que perdeu: a possibilidade de ter uma vida – o que se confirmará ao final do conto.

“Curtamão” também nos mostra que a prosa de Rosa se apropria de recursos poéticos. O narrador conta que o pedreiro Armandinho queria construir uma casa muito especial para a noiva, “*A mais moderna...*” (ROSA, 2009b, p. 555). A moça, entretanto, fora obrigada a casar-se com outro homem, Requinção. A oposição entre o diminutivo no nome do ex-noivo e o aumentativo presente no do marido da moça dá a dimensão da diferença entre eles: o primeiro era amável e pacífico, queria agradecer a noiva, dar-lhe uma casa especial; enquanto o outro era agressivo e dominador, aparentemente um valentão com poder na região, pois tinha capangas e fora capaz de forçar a família da moça a aceitá-lo como marido para ela.

Mesmo tendo sido desfeito o noivado, o narrador estimula Armandinho a executar seu projeto e, como era oficial pedreiro, fica encarregado da execução da obra: “A moça, daquela futura casa padroeira, tanto fazendo solteira que casada!” (ROSA, 2009b, p. 556). O oficial pedreiro se acreditava desvalorizado pela comunidade e parece ter visto nessa obra a possibilidade de provar o seu valor: “Oficial pedreiro, forro, eu era, nem ordinário nem superior; de chegar a mais me impedia esse contra mim de todos, descreer, desprezo” (ROSA, 2009b, p. 555). Nesse trecho está bem marcada a ideia da negação: estavam todos **contra** ele, **descriam** dele, **desprezam-no**. Pelo menos é o que ele pensava. E, em suas palavras “percebia” a situação “em sina e azo e hora”. Além da dicção rítmica (“em **sina**/ em **azo**/ em **hora**”), percebe-se no trecho também uma relação de continuidade sonora entre as vogais finais de uma palavra com as iniciais da seguinte: **sina** continua em **azo**, que, por sua vez, continua em **hora**. Nessa continuidade sonora vemos representada a ideia do processo da construção da casa, a que o narrador-pedreiro se entrega obsessivamente. No trecho que vem mais abaixo no mesmo parágrafo, a relação de continuidade se dá, principalmente, entre palavras: “me pondo em **pé**, o **pé** em **chão**, o **chão** de **cristão**” (ROSA, 2009b, p. 556). No trecho, “Botados o assento e o soco em o baldrame. A obra abria” (ROSA, 2009b, p. 556), a combinação rítmica das palavras e o uso das consoantes fricativas /v/ e do /t/, bem como os encontros consonantais (**baldrame**, **obra**, **abria**), parecem repetir os movimentos do cerrar e do bater resultantes do trabalho de edificação da casa. A dedicação e o afinco com que o construtor se entrega a sua obra resulta num processo

ágil, veloz, sugerido pela ausência de pontuação em trechos como esse: “Tijolarias areias cimento, logo” (ROSA, 2009b, p. 556).

Esses são apenas alguns exemplos da utilização de recursos poéticos em *Tutameia*. O livro todo, como o cortejo que passa em “Rebimba, o bom”, é “forte grave música” (ROSA, 2009b, p. 653), que, se ouvida, pode abrir as portas para “mágicos novos sistemas de pensamento” (ROSA, 2009b, p. 529).

Referências

CARDOSO, Wilton. A estrutura da composição em Guimarães Rosa. In: LISBOA, Henriqueta *et al.* *Ciclo de conferências sobre Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966. p. 31-49.

COUTINHO, Eduardo F. (org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Mínima Mímica. In: _____. *Mínima Mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 201-217.

LEÃO, Ângela Vaz. O ritmo em “O Burrinho Pedrês”. In: ROSA, João Guimarães. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009. v. I, p. CIV-CXX.

MARQUES, Oswaldino. Canto e plumagem das palavras. In: _____. *A seta e o alvo*. Análise estrutural de textos e crítica literária. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. p. 9-129.

OUTRO Sertão. Direção de Adriana Jacobsen e Soraia Vilela. Vitória: Galpão Produções: Instituto Marlin Azul, 2013. (73 min).

PEREZ, Renard *et al.* *Em Memória de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Orientalismo e orientação em Guimarães Rosa. In: _____. *Inútil Poesia – e outros ensaios breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 254-263.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Trilhas no Grande Sertão. In: _____. *Augusto dos Anjos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 155-239.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Trilhas no Grande Sertão*. Rio de Janeiro: Serv. Documentação, MEC, 1958.

RAMOS, Graciliano. [Um livro inédito]. *Teresa*, São Paulo, n. 2, p. 82-85, 2001. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-8997.teresa.2001.116579>.

RAMOS, Graciliano. Conversa de bastidores. In: _____. *Linhas Tortas*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986a. p. 246-249.

RAMOS, Graciliano. Um livro inédito. In: _____. *Linhas Tortas*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986b. p. 152-153.

RÓNAI, Paulo. *Tutameia*. In: ROSA, Guimarães. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009. v. 1, p. CCXXX-CCXXXVII.

ROSA, João Guimarães. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009a. v. I.

ROSA, João Guimarães. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009b. v. II.

ROSA, João Guimarães. *Tutameia (Terceiras estórias)*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

VERLANGIERI, Iná Valéria Rodrigues. *J. Guimarães Rosa – Correspondência inédita com a tradutora norte-americana Harriet de Onís: Parte I*. 1993. 362f. Dissertação (Mestrado em Letras Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1993.

Recebido em: 20 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 7 de fevereiro de 2021.



Um catálogo americano: a coleção de Ramusio

An American Catalogue: Ramusio's Collection

Alfredo Cordiviola

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco / Brasil

alfredo.cordiviola@ufpe.br

<http://orcid.org/0000-0002-3567-5003>

Resumo: Publicados em Veneza em meados do século XVI, os três volumes de *Delle Navigazioni et viaggi*, compilados, traduzidos ao italiano e anotados por Giovanni Battista Ramusio, reúnem em um único monumento bibliográfico um amplo conjunto de crônicas de viagens e de mapas. Mesmo sem ter participação direta nas empresas expansionistas e colonizadoras promovidas nesse século pelos impérios ibéricos, Veneza manteve uma importante relação com esse sistema-mundo que estava surgindo, propiciando o trabalho de cartógrafos, editores, cosmógrafos, tradutores e tratadistas que divulgaram e consolidaram esses conhecimentos sobre terras distantes. A coleção de Ramusio se insere nesse vasto projeto epistemológico; neste artigo pretendo analisar as condições e os antecedentes que possibilitaram a publicação desse inventário de explorações e conquistas ultramarinas, particularmente das relativas ao Novo Mundo, e sua importância na percepção das novas e modernas realidades naturais e culturais que estavam redefinindo o orbe.

Palavras-chave: Ramusio; navegações; Novo Mundo.

Abstract: Published in Venice in the middle of the sixteenth century, the three volumes of *Delle Navigazioni et Viaggi*, compiled, translated into Italian and annotated by Giovanni Battista Ramusio, gather in a single bibliographic monument a wide set of travel chronicles and maps. Even without having direct participation in the expansionist and colonizing projects promoted in that century by the Iberian empires, Venice maintained an important relationship with this world-system that was emerging, providing the work of cartographers, editors, cosmographers, translators and writers

who disseminated and consolidated this knowledge about distant lands. Ramusio's collection is part of this vast epistemological project; in this article I intend to analyze the conditions and antecedents that made possible the publication of this inventory of overseas explorations and achievements, particularly those relating to the New World, and their importance in the perception of new and modern natural and cultural realities that were redefining the orb.

Keywords: Ramusio; navigations; New World.

Nas primeiras décadas do século XVI, menos de quarenta anos depois da primeira navegação de Colombo, o Novo Mundo já contava com formas de designação aceitas e estabelecidas, e com um repositório historiográfico que, munido de diversos instrumentos interpretativos, havia instaurado modos de percepção que seriam aprofundados e alargados nas décadas seguintes. Reivindicando as capacidades indutivas, os valores do testemunho direto e a possibilidade de reformular saberes previamente constituídos, os navegantes, historiadores e cronistas descreviam e definiam a natureza americana a partir das suas próprias capacidades e percepções. Elaboravam, dessa forma, um catálogo sobre as terras e gentes americanas que, apoiado largamente na somatória de experiências pessoais e no manejo dos depoimentos escritos e orais, tornar-se-ia, como era previsível, cada vez mais amplo, enquanto novos fatos eram relatados e novas regiões eram mapeadas e incorporadas à ordem promovida pela ocidentalização do continente.

Em meados do século XVI, uma vasta e representativa parte desse conjunto de documentos seria submetida a uma abrangente sistematização realizada, não por acaso, em uma das cidades de mais perseverante e ativa participação na divulgação das novidades aportadas pelas navegações. Em Veneza, que tinha uma história secular como centro de produção de conhecimentos geográficos, Giovanni Battista Ramusio começava a publicar, em 1550, *Delle Navigazioni et viaggi*, a mais ampla coleção existente, até essa época, de crônicas de viagens relativas às partes orientais e ocidentais do planeta. Formada por três volumes, a coleção dedicava todo seu tomo terceiro, editado em 1556, ao Novo Mundo. Incluía textos muito conhecidos e outros inéditos, relatos elaborados no Novo Mundo e em diversos núcleos ibéricos diretamente vinculados com a expansão atlântica. Reunindo histórias, crônicas, cartas

e relações traduzidas ao italiano com mapas e gravuras ilustrativas das configurações achadas na quarta parte do orbe, esse tomo terceiro das *Navigazioni et viaggi* tinha a particular virtude de unificar entre as capas de um livro um copioso inventário das sucessivas enunciações que tinham transformado e definido as visões europeias do Novo Mundo. Desse modo, o volume oferecia um marco privilegiado tanto para entender a progressiva conformação dos discursos sobre o Novo Mundo quanto para vislumbrar as sucessivas evoluções que viriam a caracterizar esse corpus nas décadas seguintes.

A coleção de Ramusio permite, assim, diagramar as formas desse corpus, e as diversas tipologias e círculos que o compõem. São relatos escritos em primeira ou terceira pessoa, no teatro dos acontecimentos ou nos gabinetes europeus, a cargo tanto de protagonistas principais quanto de personagens secundários, tanto de conquistadores e religiosos quanto de letrados que nunca atravessaram o oceano. Soldados, escrivães, testemunhas, compiladores, burocratas imperiais, missionários, humanistas, navegantes estavam entre os autores dessas narrativas. Imbricadas pela urgência de significar e fornecer interpretações válidas, essas fontes documentais constituem, a partir das suas características próprias e dos modelos enunciativos que invocam, as diversas esferas que conformam a figura múltipla e heterogênea do catálogo historiográfico americano. No interior dessa figura atravessada pelo conflito e pela divergência, as esferas se interpelam entre si, em constante rotação em torno desta entidade permeável já definitivamente instituída como Mundo Novo.

Através das páginas das *Navigazioni et viaggi*, podemos retrair o caminho aberto por aquelas indagações que participantes, observadores e estudiosos da ocidentalização formularam nos diversos cenários em que se escreveu a história americana. Podemos também apreciar não somente a condição e o alcance das respostas oferecidas, mas também os propósitos que guiaram e justificaram essas enunciações. Se considerarmos, por exemplo, o longo primeiro século em que se consolidam as bases do repertório historiográfico americano, é notório que os objetivos que norteiam a escrita da história são claramente diversos e às vezes antagônicos. Contudo, é através dessa junção de objetivos que esse repertório garante sua coesão e se constitui como tal. Enquanto denota, informa e define as visões do Novo Mundo, o corpus

também revela quais são as heteróclitas funções do discurso histórico: afirmar o cristianismo, a glória da monarquia e do Império, reforçar os direitos de conquista, legitimar prerrogativas individuais e coletivas, fornecer *exempla* de bom ou mau governo, denunciar e censurar inimigos, preservar memórias locais, reivindicar direitos perdidos, favorecer a coesão social, registrar as temporalidades da ocidentalização. Matérias e modos de inquirição, tópicas da verdade e funções e utilidades da história são assim os vetores que atravessam e unificam as esferas do corpus, e que tendem a definir os sentidos que iria adquirindo o Novo Mundo.

Delle Navigazioni et viaggi era a maior compilação de narrativas de viagens e crônicas editada até esse momento. Ramusio já tinha publicado em 1550 o primeiro volume, que apresentava relatos de explorações realizadas na África e na Ásia, além das cartas de Vespúcio e a relação de Antonio Pigafetta sobre a circunavegação empreendida por Magalhães; posteriormente, em 1559, seria divulgado o segundo volume, reservado também para textos referidos às partes orientais do mundo. Encerrando a magna coleção, este terceiro volume, “no qual se inclui a navegação ao novo mundo”¹ estava dedicado integralmente ao continente americano. Publicados pela casa de Tomasso Giunti, os relatos estavam ilustrados por uma série de mapas feitos por Giacomo Gastaldi, um dos mais notórios cosmógrafos da República veneziana.

A obra de Ramusio e as reflexões cartográficas de Gastaldi estavam inseridas em um particular contexto cultural, já predisposto a receber e propulsar as informações acerca dos confins do orbe que circulavam pelas cidades do Ocidente europeu. A arte cartográfica veneziana, que continuava florescendo, oferecia uma clara evidência dessa dedicação constante. Desde o século XIII, a elaboração de cartas, mapas e portulanos fora consequência direta da posição hegemônica de Veneza no mundo mediterrâneo, dos seus vínculos com Bizâncio e dos seus interesses mercantis em terras longínquas. Mapear as rotas de navegação regionais e a própria topografia insular – por motivos militares, para construir mais adequadas defesas contra ataques inimigos, ou pela delicada situação hidrográfica, que favorecia as cíclicas enchentes – tinha se estabelecido como uma necessidade vital para a existência da cidade. Esses motivos práticos, por outra parte, estavam associados a uma longa

¹ No original: “nel quale si contiene la navigatione al mondo nuovo” (RAMUSIO, 1556, p. XIII, tradução nossa).

tradição especulativa, que havia instaurado nos círculos intelectuais do Vêneto uma já consolidada inclinação pelo estudo da filosofia e da cosmografia, e pela ampliação e circulação dos conhecimentos geográficos. Um exemplo disso, entre outros vários, é a atenção destinada à *Geographia* de Ptolomeu, que, já conhecida via Constantinopla na Florença dos inícios dos 1400, teve sua *editio princeps* em Vicenza em 1475, e foi profusamente estudada, já em vernáculo, em toda a região ao longo do século XVI.

Esse estudo, que também remetia às cartografias alexandrinas, árabes e bizantinas, levava a confrontar os saberes do passado com as informações que davam conta do Mundo Novo. Na primeira metade desse século, em várias outras cidades (como Roma, Cracóvia ou Estrasburgo) eram publicadas novas edições da *Geographia*, que tentavam ajustar tais passados com esse presente, com a intenção de obter uma representação mais acurada do orbe. Em Veneza, houve uma versão em 1511, editada por Bernardus Sylvannus. Em 1548 e em 1561 (ou seja, pouco antes e pouco depois da aparição dos volumes de Ramusio), foram publicadas outras duas edições, respectivamente as de Andrea Mattioli e de Girolamo Ruscelli. Na primeira delas, a reprodução de mapas ptolemaicos é acompanhada de novas cartas desenhadas por Gastaldi (sete das quais eram do Novo Mundo), além de um mapa de hemisfério duplo, que ilustrava todas as partes habitadas do planeta (COSGROVE, 1992, p. 72).

Multiplicados pelas gravuras, mapas de todo tipo, em versões avulsas ou fazendo parte de panorâmicos atlas e *isolarios*, atendiam um número cada vez maior de consumidores, que alavancam uma indústria editorial cuja cadeia produtiva era completamente veneziana e definitivamente cosmopolita. Em meados do século XVI, enquanto se configurava uma nova ordem mundial marcada pela expansão dos impérios ibéricos e uma ativa participação francesa e inglesa em assuntos oceânicos, parecia corresponder a Veneza uma dupla condição, contraditoriamente periférica e central, na geopolítica planetária. De uma parte, uma marginalidade crescente, fatalmente dada a partir da conquista otomana de Constantinopla e da consolidação dos circuitos atlânticos de produção e de poder; estava claro que o Palácio dos Doges já não era, nem voltaria a ser, “o edifício central do mundo”, conforme a célebre definição de Ruskin.² E, no entanto, da outra parte, uma centralidade dada

² No original: “the central building of the world” (RUSKIN, 1851, p. 24, tradução nossa).

pelo fato de ser um dos mais importantes focos europeus de produção editorial, fonte de saberes que se disseminam por todo o Ocidente. Era em Veneza, esse enclave cada vez mais oriental, onde se multiplicavam e se popularizavam livros, mapas e gravuras que veiculavam e respondiam às novas interpretações do real que o surgimento da quarta parte do mundo tornara prementes, e que impulsionavam a irradiação das percepções do homem, do espaço, do orbe e do cosmos geradas pelo pensamento renascentista.

A obra de Ramusio exemplifica essa distinta vocação de colher, interpretar e representar saberes dispersos através de tratados e mapas que viessem a atualizar as noções então vigentes sobre a geografia universal e os povos que a habitavam. Na república veneziana das letras, esse trabalho de compilação e sistematização se aplicava também aos conhecimentos históricos e filosóficos, cuja difusão promovia intensos debates relativos às funções do discurso historiográfico e aos modelos de pensamento consagrados pela tradição. O profuso neoplatonismo e a reivindicação dos estudos herméticos, o entendimento das harmonias universais e suas incidências nos modos de vida das sociedades, o culto à medida e à proporção que deviam reger todas as coisas instauravam na aristocracia dos *letterati* da cidade o desejo, e também a confiança, na *renovatio mundi* (TAFURI, 1995, p. 136). Uma renovação que haveria de ser universal, como já anunciava a emergência no horizonte de um Mundo Novo, mas que também teria de incidir nos destinos da República e no papel que lhe corresponderia desempenhar no marco do sistema-mundo que estava sendo desenhado. Esse clima de expectativas e projeções, atravessado por um utopismo enciclopédico e promissor, teria uma das suas mais concretas expressões na criação da Accademia della Fama, instituída na mesma década da publicação das *Navigazioni et viaggi*.

Fundada por Federico Badoer em 1557, a Accademia reúne os mais destacados intelectuais do patriciado veneziano: Domenico Venier, Bernardo Tasso e seu filho Torquato, que depois escreveria o épico *Gerusalemme liberata*, o vitruviano Daniele Barbaro, o compositor Gioseffo Zarlino, Francesco Patrizi, que anos antes já havia escrito *La città felice*, um dos exemplos mais emblemáticos da fantasia utópica renascentista, e dezenas de outros membros, entre os quais naturalmente também se encontravam o *Segretario* da República, Giovanni Ramusio, e o cartógrafo Giacomo Gastaldi. Como a pioneira Accademia neoplatonica que Marsilio Ficino criara no Quattrocento florentino, e as posteriores

Accademia degli Inflammati de Padova e a Accademia Vitruviana de Roma, o sodalício veneziano se situava na interseção da vida ativa com a vida contemplativa. Seu objetivo era servir de foro para interpretar e divulgar um *Thesaurus sapientiae* da época, esse conjunto de obras, autores e autoridades que nutria a imaginação humanista, e norteava suas relações com os passados e suas visões do futuro. Como informa um dos seus integrantes, Girolamo Molino, o propósito do grupo consistia em

pôr as mãos assim nos livros de filosofia, como de outros assuntos, e não só para purgar aqueles de erro infinito e de equívocos, que na verdade provocam muito dano aos estudiosos, mas para dotá-los juntamente de muitos registros e discursos úteis, e depois traduzi-los para várias línguas, para aparecer na mais bela impressão em papel que tenha sido já vista. (MOLINO *apud* MORAES, 2004, p. 112, tradução nossa).³

Tratava-se de um projeto aristocrático mediado pela comunidade de pares que talvez sonhassem restaurar uma Idade de Ouro futura baseada na elevação espiritual e no governo dos cidadãos sábios. Reunir todo conhecimento disponível e educar o estadista, potencializar o papel da República no contexto internacional e promover as virtudes cívicas eram os ambiciosos objetivos declarados no seu estatuto, além de fundar um igualmente ambicioso projeto editorial em língua italiana na cidade que cultuava a bibliofilia e as novidades. Sob os auspícios da Fama, a deusa de muitas línguas e de muitos olhos e ouvidos, a intenção era comentar, corrigir, atualizar, traduzir, publicar e republicar fontes de conhecimento autorizadas e heterodoxas, antigas e contemporâneas. Da hidráulica à teologia, da geometria à geografia, do direito à história, da literatura ao ocultismo, da medicina à filosofia, da política à teoria musical, da história natural à oratória, da filologia às artes, da física à arquitetura, parecia não haver saberes ausentes na audaciosa proposta.

No frontispício de cada volume, a figura da Fama, com suas asas abertas, exibia o lema da entidade, “Io volo al cielo per riposarmi in

³No original, Molino escreve: “metter le mani così nei libri di Filosofia, come di altre facultà, e non solo purgar quegli degl’infiniti errori e incorrezioni, che nel vero portano seco attorno con molto danno degli studiosi, ma farli insieme con molti utili annotazioni e discorsi, e scolii, e tradotti appresso in diverse lingue, uscire in luce nella più bella stampa e carta che si sia ancor veduta”.

Dio”.⁴ A seus pés estava a Terra, redonda e menor, como se fosse um ponto de apoio para ascender aos céus (CORWIN, 2008, p. 26). As reuniões aconteciam no Palácio Badoer, e depois na Biblioteca Marciana, cuja entrada estava adequadamente decorada por uma alegoria de *La Sapienza*, realizada por Tiziano. O programa editorial apontava à publicação de mais de trezentos títulos, mas somente uns quarenta seriam editados. Criada em 1557, as urgências do presente fizeram que a Accademia fosse dissolvida cinco anos depois. A falência do seu fundador, as pressões contrarreformistas emanadas de Roma e de Trento, a cisão cada vez maior entre os campos intelectuais católicos e protestantes, e as disputas políticas locais foram os fatores que conspiraram contra a continuidade do projeto.

Contudo, mesmo na sua existência truncada e efêmera, a Accademia ilustrava, tanto quanto as *Navigazioni* de Ramusio, a amplitude dos horizontes que sustentavam o ambiente cultural veneziano em meados do século XVI. Nessa particular conjunção histórica, a Veneza da Accademia, a Veneza de Ramusio e Gastaldi, era também o cenário de atuação de grandes figuras das letras e das artes como Pietro Bembo, Tiziano ou Tintoretto. Epicentro da região do Veneto, a cidade era o núcleo de um campo gravitacional em que convergiam novas e perduráveis percepções: na Padova universitária, o corpo humano era redescoberto como máquina anatômica, e a história natural era transformada em laboratório de experimentações; na Vicenza de Antonio Pigafetta, as reinvenções palladianas dos cânones e medidas clássicos começavam a dominar a paisagem, já idealizada pelos desenhos e perspectivas exaltados pela tratadística.

Essa era a Veneza que nesse momento se transformava também em teatro das grandes representações sobre o Novo Mundo. Aberta a todas as influências, resultado da superposição de todos os passados mediterrâneos e orientais que até hoje modelam sua fisionomia, Veneza e a heterogênea sociedade dos venezianos, que desde seus primórdios tinham atrelado seus destinos aos deslocamentos marítimos, testemunhavam agora nas páginas de Ramusio a materialização de outros mares e de outros mundos ainda mais heterogêneos e diversos.

Produto de um contexto cultural propício e das inquietações daquele momento histórico, o projeto de Ramusio estava muito longe de

⁴ Tradução nossa: “Voo em direção ao céu, para repousar em Deus”.

ser visto como mera excentricidade de um colecionador de novidades. A coletânea de crônicas e de mapas surgia, como vimos, a partir de uma série de predisposições e inquietações venezianas e europeias que, em plena expansão atlântica, apontavam a mapear o espaço global e a definir as medidas da ordem cósmica.

Antes disso, várias e cada vez mais detalhadas representações cartográficas do Novo Mundo tinham sido elaboradas, e muitas cartas e relações da conquista tinham sido traduzidas, publicadas e lidas com enorme interesse. Já em 1493, por exemplo, as primeiras cartas de Colombo circulavam profusamente, e até 1500 já haviam sido publicadas 17 edições delas em espanhol, latim, italiano e alemão. Em meros 5 anos a partir da sua primeira aparição, em 1503, *Mundus Novus*, de Vespúcio, teve mais de 25 edições. Da mesma forma, desde as viagens colombinas, já se multiplicavam as cartas geográficas, cuja constante produção iria refletindo com celeridade as notícias relativas ao surgimento de novas terras. Ao longo da primeira metade do século XVI, à medida que novos textos eram disponibilizados, esse processo tende a se intensificar cada vez mais. Contudo, até esse momento, não havia nenhuma coleção que, reunindo esses documentos e descrições avulsas, fosse tão abrangente quanto a apresentada por Ramusio. Em 1556, em Veneza e quiçá em toda Europa, não parecia haver instrumento mais preciso do que as *Navigazioni et viaggi* para calibrar os conhecimentos geográficos e historiográficos disponíveis acerca do Novo Mundo.

É verdade, no entanto, que não era a primeira coletânea que articulava diversas fontes e referências sobre a quarta parte do mundo. Três notórios antecedentes tinham cumprido já a mesma função unificadora e enciclopédica. O primeiro foi as *Decadas de Orbe Novo*, de Pietro Martire d'Anghiera.⁵ Redigidas a partir de 1494 e publicadas em forma paulatina desde 1511, as *Décadas* transcreviam, como mencionamos antes, depoimentos diretos de navegantes e conquistadores que o autor conheceu pessoalmente, e comentavam textos que iam se tornando públicos na época. Pietro Martire se transformava, assim, em testemunha privilegiada das notícias do mundo. Encarnava por antonomásia a figura

⁵ Em Veneza, fora publicado em 1504, sem sua autorização, o pequeno *Libretto de tutta la nauigatione del Re de Spagna de le isole et terreni nouamente trouati*. No folheto apareciam traduzidas em dialeto veneziano várias cartas em que Pietro Martire se referia às três primeiras viagens de Colombo.

do *terceiro*, o “testis” que permanece na etimologia dessa palavra: aquele que sem estar diretamente envolvido em disputas ou antagonismos, e sem ter participado das ações descritas, torna-se capaz de construir através de posturas divergentes um relato coerente e unificador. Assim, Pietro Martire recolhia as versões, escutava, transcrevia, traduzia; enquanto isso, formulava as perguntas prementes que esclareciam os pontos obscuros ou completavam alguns dos tantos vazios que os depoimentos deixavam. Formulava perguntas pessoalmente (a Colombo e ao seu filho Diego, a Fernández de Oviedo, entre tantos outros) ou interpretando as cartas que recebia (de Nuñez de Gamboa, de Pedrarias Dávila, de Hernán Cortés, entre tantos outros). Finalmente, escrevia. Enquanto recebia as informações, comparava, opinava, comentava; às vezes exagerava, entrava em contradição ou se enganava. Com todas as versões, redigia sua própria versão. Dessa forma, a testemunha passava a ser também o primeiro grande historiador do orbe novo.

Contando com tão valiosas informações, Pietro Martire escrevia cartas para os humanistas que, como ele, faziam parte dos círculos de poder religioso e temporal nas cortes italianas e ibéricas. O volumoso *Opus epistolarum*, publicado postumamente em 1530, registrava mais de 800 cartas que se referiam aos mais diversos acontecimentos políticos e religiosos daqueles tempos. Dessas cartas, 51 se ocupavam parcial ou integralmente do Novo Mundo. Tanto quanto as *Décadas*, o epistolário fornecia uma matriz indispensável para entender como ia se configurando esse outro orbe ocidental na imaginação europeia nos três primeiros decênios da conquista. Nas suas páginas se confrontavam os fatos novos com os mitos e saberes estabelecidos da Antiguidade, e conviviam dados precisos com fantasias improváveis ou impossíveis.

Repassar todas as notícias, não deixar nada sem comentar, não esquecer nenhum depoimento, mesmo que parecesse inverossímil, pareciam ser os imperativos que guiavam o autor das inesgotáveis *Décadas*. Esse seu poder de grande intermediário dos fluxos de informação lhe outorgava na época uma centralidade absoluta nos assuntos do Novo Mundo, mas, ao mesmo tempo, marcava os limites de uma escrita que precisava erigir a primeira pessoa, e sua própria figura do autor, como fontes de validação do relato. Assim sendo, nem as *Décadas* nem as cartas de Pietro Martire eram exatamente uma coleção de crônicas como a de Ramusio. Essa, por sua própria natureza compilatória, evocava uma polifonia dada pela presença integral dos textos que a compõem e permitia

estabelecer, pelo menos em princípio, uma relação direta entre o leitor e as crônicas. As mediações de Ramusio, o compilador, se limitavam a introduzir e comentar, para depois ceder a palavra a cada protagonista, sem interferir na composição das narrativas.

Essa precisamente era a estrutura de uma obra que costuma ser considerada como a precursora mais antiga da coleção de Ramusio. Em 1507, apenas três anos depois da furtiva publicação veneziana do *Libretto* de Pietro Martire, aparecia, em Vicenza, *Paesi novamente ritrovati*,⁶ atribuído a Fracanzano da Montalboddo. A coletânea inaugurava um gênero – a *Raccolta* – que terá vida longa nas letras da Europa Ocidental. As coleções de narrativas de viagem ultramarinas cumpriam a partir do *Paesi...* três funções primordiais: divulgavam um repertório de revelações, porque mesmo as crônicas que já tinham circulado antes haviam surgido como revelação e epifania; operavam como arquivo de documentos, porque ajudavam a conservar na memória esse catálogo de revelações; e confirmavam que a expansão atlântica não era nem seria somente uma aventura de navegantes destemidos, mas um projeto de longo alcance e de grandes consequências para a geopolítica planetária.

Paesi novamente ritrovati consta de seis livros. Sua temática não se limitava ao Novo Mundo, já que incorporava as viagens de Alviso da Cà da Mosto e as de Pedro de Sintra pelas costas africanas e de Vasco da Gama pela Índia, entre outras fontes lusitanas. Essa forte presença das crônicas dos navegantes portugueses era confirmada com a inclusão dos primeiros relatos que anunciavam a chegada ao Brasil. A célebre *Relação do piloto anônimo*, atribuída ao escrivão da armada de Cabral, João de Sá, de capital importância para a historiografia colonial brasileira, aparece publicada pela primeira vez na coleção de Montalboddo. Também se encontram as narrativas das viagens colombinas (provavelmente extraídas das versões do *Libretto*), a carta da terceira viagem do já famoso Vespúcio e a relação das expedições de Alonso Niño e Yañez Pinzón pelas costas sul-americanas. A coleção estava fadada a ter uma enorme repercussão;

⁶ O título completo era *Paesi novamente ritrovati & Novo Mondo da Alberico Vesputio, Fiorentino intitolato*. Nesses anos, o cosmógrafo veneziano Alessandro Zorzi também compilava uma *Raccolta Alberico*, que foi apenas parcialmente editada. O manuscrito, que se conserva na Biblioteca Nacional de Firenze, é também considerado um dos precursores do projeto ramusiano.

dezenas de edições em várias línguas do *Paesi* estariam circulando nas décadas seguintes (HORODOWICH, 2018).

Amparada por esse sucesso, e respondendo a uma sempre crescente e já consolidada devoção pela literatura de viagens, outra coleção viria a ampliar a tarefa de divulgação tão proveitosamente iniciada. *Novus Orbis Regionum*, organizada por Johann Huttich e prefaciada por Simon Grynaeus, aparece em Basileia, em 1532. O repertório estava formado por muitas das crônicas já publicadas por Montalboddo, junto com o *Livro das maravilhas* de Marco Polo e a quarta *Década* de Pietro Martire. Embora as crônicas fossem já conhecidas do público, a coleção é importante por ser a primeira preparada nos centros editoriais da Europa protestante, e por estar acompanhada de um singular mapa, atribuído ao erudito cosmógrafo Sebastian Münster e ilustrado por Hans Holbein.

Essa atribuição e essas ilustrações tornam memorável o mapa denominado “*Typus Cosmographicus Universalis*”. Na parte superior e inferior do seu eixo central, dois anjos comandam as rotações do planeta, como se anunciassem as teorias que Copérnico estava formulando acerca dos movimentos dos astros.⁷ Em cada extremo se exibem alusões aos quatro continentes; no inferior esquerdo, que corresponde à América, aparecem cenas de canibalismo. Monstros marinhos atravessam as águas e uma solitária e imponente embarcação ocupa o centro do Atlântico. Em termos cartográficos, a representação do continente americano, que se tornará mais precisa em edições sucessivas do mapa, é ainda bastante embrionária. Além das crônicas publicadas por Huttich, o cosmógrafo deve ter utilizado como referência o mapa de Waldseemüller, conforme evidencia a fina silhueta do continente ocupando uma posição periférica e menor em relação à importância dada às outras três partes do mundo.

A América surge como uma massa contínua, nomeada “Terra Nova” no sul, com as costas do Brasil em situação proeminente, e “Terra de Cuba” no norte, configurando uma fragmentada faixa costeira localizada entre o arquipélago das Antilhas e Cipango (“Zipangri”). São quase inexistentes os topônimos e não há nenhum acidente geográfico (enquanto na Ásia e na África se detalham bacias hidrográficas e cadeias montanhosas) nem particularidades identificadas. A Terra Nova, salvo pela menção aos *canibali*, continuava sendo uma terra incógnita no mapa

⁷ *Das revoluções das esferas celestes*, de Nicolás Copérnico, foi publicado em Nuremberg, em 1543.

de 1532, que parece anacrônico quando comparado, por exemplo, com o mapa de Diogo Ribeiro, muito mais preciso e recheado de topônimos, elaborado em 1529.⁸

Assim, tanto pelas crônicas compiladas quanto pelo mapa de Münster que as acompanhava, a coleção de Huttich se limitava a elencar fontes que já não refletiam, nesse momento, o verdadeiro estado do conhecimento sobre o Novo Mundo que circulava nas esferas de saber europeias. Esse não será o caso das *Navigazioni et viaggi*, que, duas décadas mais tarde, virá a oferecer, mesmo com suas omissões, anacronismos e descompassos, um panorama muito mais completo e atualizado sobre o continente americano.

Dois anos após a publicação do *Novus Orbis Regionum*, Ramusio iniciava a tarefa de compilar, traduzir e divulgar documentos sobre o novo continente, que haverá de conduzir ao vasto projeto das *Navigazioni et viaggi*. Em 1534, aparecia em Veneza a compilação intitulada *Libro primo della Historia de l'Indie Occidentali*, *Libro secondo delle Indie Occidentali* e *Libro ultimo del Summario delle Indie Occidentali*. Essa incipiente coleção incluía as três primeiras *Décadas* (com interpolações e traduzidas livremente) de Pietro Martire, o *Sumario de la natural historia de las Indias*, de Gonzalo Fernández de Oviedo, editado em Toledo em 1526, e uma crônica anônima e recentíssima sobre a conquista do Peru atribuída a um “capitano spagnuolo”. Os textos eram acompanhados por dois mapas, um da “Isola Spagnuola”, o primeiro território a ser ocupado nos albores da colonização. O outro, o chamado “mapa Ramusio”, mostrava os contornos em traços firmes das costas atlânticas do continente, identificado como “Mondo Nuovo”. Sem incluir muitas informações sobre a *terra ferma*, e representando a península de Yucatan como ilha, o mapa aportava um esboço ilustrativo e hipotético, que, para iluminar as rotas de navegação, inseria indicações, latitudes e longitudes, tomadas das cartas e informes dos navegantes precedentes.

Esses mapas e as crônicas que conformam o *Libro* obedeciam a uma dinâmica de intercâmbios e colaborações que seria vital para a concretização da antologia apresentada por Ramusio. Figuras do seu círculo, como o enviado da República na corte espanhola Andrea Navagero, o humanista Pietro Bembo, o médico Girolamo Fracastoro ou

⁸ Ver o volume 3, *Cartography in the European Renaissance*, editado por David Woodward (2007).

Fernández de Oviedo, além de muitos outros correspondentes, forneceram as informações, os documentos e as curiosidades que o colecionador reunia, estudava e dava a conhecer. Com seu domínio de várias línguas e sua erudição em matéria dos antigos e dos modernos, Ramusio era já nos anos 1530 um grande especialista em literatura de viagens, e inclusive investia na exploração econômica das rotas entre Veneza e as Antilhas. Seus múltiplos intercâmbios epistolares, os convívios oferecidos pela vida comercial e cultural veneziana e seu escrupuloso estudo das fontes disponíveis já anunciavam um *modus operandi* de recepção, comparação, seleção e translação de textos impressos e informes orais que, ao longo das duas décadas seguintes, haverá de se condensar e adquirir suas mais completas formas e resultados nos três volumes da sua coleção.

Se *Navigazioni et viaggi* é herdeiro direto das *raccoltas* de Montalboddo, de Huttlich e do inaugural *Libro* do próprio Ramusio, por outra parte, a coleção publicada durante a década dos 1550 apresenta algumas características que claramente a diferenciam das suas precursoras. Antes de tudo, suas dimensões e sua abrangência, como já dito, nesse momento, a consagravam como referência obrigatória em assuntos ultramarinos. Não se tratava de uma *selecta*, como o *Libro*, nem era uma miscelânea de crônicas dispersas, como a de Huttich. Os três volumes da coleção vinham a concentrar, em um único monumento bibliográfico, o registro dos extraordinários acontecimentos que tinham redesenhado definitivamente as formas do mundo conhecido. Fruto de uma vida inteira de investigações, e da síntese de uma multiplicidade de memórias e saberes reunidos em um único arquivo, as *Navigazioni et viaggi* conformavam uma constelação de documentos, articulados pelo Discurso inicial e as notas explicativas do compilador, que já evidenciavam uma devoção filológica pela letra, um candor humanista por compreender o tempo presente e uma urgência política por repensar os destinos venezianos à luz das novas realidades.

Coletando saberes, coordenadas e testemunhos relativos a todas as rotas orientais e ocidentais abertas pelas navegações, a coleção tinha por foco as viagens realizadas no decurso compreendido entre as últimas décadas do século XV e o presente. Havia, contudo, várias exceções a essa regra, como a descrição das incursões do cartaginês Aníbal pela África, a navegação de Iambolo, “mercatante antichissimo” mencionado por Diodoro Sículo, as narrativas de Marco Polo, os relatos sobre a Pérsia,

a Índia e a China de Odorico de Pordenone ou a quiçá apócrifa relação de Zeno sobre o Atlântico Norte. De toda forma, o marco temporal ao qual pertencia a ampla maioria das crônicas decerto enfatizava essa dedicação em registrar primordialmente as grandes transformações consideradas recentes ou contemporâneas.

E assim Ramusio, que nunca atravessara os oceanos, revelava em seu gabinete a versão mais atual do orbe. A sua coleção não era um sortido florilégio dos deslocamentos planetários, como a de Montalboddo, nem uma heterogênea história das explorações humanas, como o *Tratado*, conhecido posteriormente como *Livro dos Descobrimentos*, que estava escrevendo nesses anos o português Antonio Galvão. O veneziano apresenta uma sucessão coerente e enciclopédica de crônicas e mapas que permitiam ao leitor comum ter – talvez pela primeira vez – uma visão geral do orbe em que vivia, tal como vinha sendo desvendado ao longo das últimas décadas. Uma visão sistemática, unificada por uma língua e uma cronologia; uma visão extremamente mais complexa que a anterior vigente, que obrigava a revisar os pressupostos ptolemaicos e os saberes instituídos pela tradição geográfica, a reinventar os saberes sobre o mundo natural e a reescrever, a partir de vários pontos de vista, a história da cultura ocidental.

Referências

CORWIN, Lucile. Introduction. In: _____. *Le Istitutioni Harmoniche of Gioseffo Zarlino, Part I: A translation with introduction*. New York: The City University of New York, 2008. p. 23-33.

COSGROVE, Denis. Mapping New Worlds: Culture and Cartography in Sixteenth-Century Venice. *Imago Mundi*, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 65-89, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1080/03085699208592741>.

HORODOWICH, Elizabeth. *The Venetian Discovery of America. Geographic Imagination and Print Culture in the Age of Encounters*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/03085699208592741>.

MORAES, Helvio. *A cidade feliz: a utopia aristocrática de Francesco Patrizi*. *Revista Morus*, Campinas, v. 1, p. 103-128, 2004.

RAMUSIO, Giovanni Battista. *Delle Navigationi et Viaggi*. Veneza: Giunti, 1556. Versão fac-similar da Universidade de Heidelberg. Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/ramusio1556bd3/0014>. Acesso em: 20 set. 2020.

RUSKIN, John. *The Stones of Venice*. Boston: Estes and Lauriat, 1851.

TAFURI, Manfredo. *Venice and the Renaissance*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

WOODWARD, David (ed.). *Cartography in the European Renaissance*. Chicago: University of Chicago Press, 2007. (The History of Cartography, v. 3).

Recebido em: 3 de outubro de 2020.

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2021.



Tempo revisto, tempo reescrito: as metaficções historiográficas

Revised Time, Rewritten Time: Historiographic Metafictions

Anne Greice Soares La Regina

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Porto Seguro, Bahia / Brasil

annelareg@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-2746-0907>

Resumo: O presente artigo, trabalho de pesquisa bibliográfica com viés qualitativo, empreende um recorte histórico das discussões em torno da metaficção historiográfica e da metabiografia num período que compreende o final do século XX. Esta investigação busca demonstrar o modo pelo qual estas narrativas se configuraram como respostas da arte e da cultura a fenômenos complexos, determinados pela crise do regime modernista de historicidade que encontrou ressonância também nas concepções pós-modernistas que, por sua vez, retomaram as discussões acerca das contradições do próprio modernismo e recuperaram o debate acerca da dicotomia entre altas artes e cultura de massa. A conjuntura pós-modernista se afigura ainda hoje também como espaço no qual se instauram debates sobre questões que emergem de uma sociedade fortemente marcada pelo capitalismo global e pelas tecnologias da comunicação que, produzindo uma sobrecarga de informações, gera a necessidade premente de frear este desgaste do tempo, organizar e apreender o passado, de onde surgem os discursos sobre a memória e todas as interpretações do tempo. Este apelo à releitura acaba por produzir uma poética da [re]criação que se alimenta dos resíduos culturais do passado. Como lastros teóricos das análises propostas sobre a metaficção, privilegia-se, sobretudo, o pensamento de Linda Hutcheon sobre as poéticas pós-modernistas em conjunção com o conceito de historiografia de Walter Moser, bem como com as transformações no pensamento historiográfico promovido por *Les Annales* e desenvolvido pelo micro-história.

Palavras-chave: metaficção historiográfica; metabiografia; poéticas pós-modernistas; *Les Annales*; micro-história.

Abstract: This article is a bibliographic research with a qualitative bias on historiographical metafiction and metabiography in the last two decades of the 20th century, aiming to explain how these narratives arose as responses of art and culture to complex phenomena, determined by a crisis of the modernist regime of historicity that meets resonance also in the postmodernist conceptions that resume discussions about the contradictions of modernism itself and recover the debate about the dichotomy between high arts and mass culture. The postmodernist conjuncture also appears as a space in which debates on issues that emerge from a society strongly marked by global capitalism and communication technologies are established and, producing an information overload, generate the need to organize and apprehend the past, from where the speeches about memory and all interpretations of time arise. This appeal to re-reading ends up producing a poetics of [re]creation that feeds on the cultural residues of the past. As theoretical backbones of the proposed analyses of metafiction, Linda Hutcheon's work about postmodernist poetics in conjunction with Walter Moser's concept of historiography is privileged, as well as with the transformations in the historiographic thought promoted by *Les Annales* and developed by microhistory.

Keywords: historiographical metafiction; metabiography; postmodernist poetics; *Les Annales*; microhistory.

1 Introdução

Em tempos de grandes incertezas, o emaranhado de linhas e discursos, as muitas alternativas ou a falta delas, impõem um ajuste de contas, um passar a limpo, daí o retorno ou o prosseguimento necessários, guiados pelo fio da história ou das muitas histórias. Antes de mais nada, é preciso focalizar a metaficção historiográfica, sua contextualização na arte e na cultura contemporâneas – atentando-se para o recorte especificado no resumo deste trabalho, as duas últimas décadas do século passado – como uma narrativa que explicita na sua construção uma certa experiência no tempo sinalizando, talvez, uma crise nos modos como se experimentam as relações entre passado, presente e futuro, o que explica a extraordinária expansão dos patrimônios históricos e culturais até a atualidade. Questiona-se, portanto, um regime de historicidade, o modernista, fortemente marcado pela valorização do futuro, e que, de modo geral, compreenderia o intervalo entre 1789-1989 (HARTOG, 2014). Em um certo sentido, esse regime estaria dando lugar a uma outra forma de vivenciar o tempo, uma forma em que o presente se intensifica e o

passado se transforma em objeto de fruição, mas destituído desta condição de *locus* privilegiado de onde se projetaria a grandiosidade do futuro (HARTOG, 2014; GONÇALVES, 2015). A percepção desta mudança de perspectiva encontrava explicação emblemática também na expressão de “resfriamento” do tempo, usada por Lévi-Strauss (*apud* GONÇALVES, 2015), já em 1980, para avaliar a fixação pelo passado resultante desta transformação na forma de simbolizar o tempo. Segundo a análise, as sociedades estariam abaladas pelas grandes tragédias de que teriam sido vítimas, ou de cuja responsabilidade se ressentiam, da mesma forma como estavam profundamente amedrontadas pela explosão demográfica, pelo aumento do desemprego e outros problemas, a ponto de desenvolverem uma necessidade crescente de contato com o patrimônio histórico e cultural como forma de reconectar com suas raízes, com suas identidades, com seu passado, encontrando nessa atitude uma maneira de evitar o curso da história. De fato, o que se apresenta como real é buscar preservar suas identidades sociais, supostamente ameaçadas de perda pela inexorabilidade do processo histórico, é a tentativa de, preservando o passado, suspender ou congelar o tempo. Assim é que o pretérito invade a vida cotidiana através dos patrimônios, objetos, estilos de vida colecionados e encerrados em museus (LÉVI-STRAUSS *apud* GONÇALVES, 2015).

É nesse contexto cultural e teórico que se constata a quantidade de romances históricos ou, mais especificamente, de metaficções historiográficas – formas de narrativas que demandam a compreensão e a contextualização daquilo que se pode chamar de pós-modernismo¹ – e se procura compreender o fenômeno cultural da pós-modernidade como um processo que se consubstancia num movimento historiofágico, numa produção que se alimenta do passado (MOSER, 1995). Focaliza-se a contemporaneidade enquanto marca de contradição que desafia o conhecimento, enfatizando-se, especificamente, o âmbito da história e o da literatura, firmando-as como categorias discursivas, através das quais se podem instaurar importantes debates sobre questões sensíveis, ainda mais inflamadas pelas contingências pós-modernas que a metaficção, como realização literária, testemunha, mormente a facilidade de circulação de informações textos, histórias, vozes do passado.

¹ O pós-modernismo aqui é entendido como a forma de produção cultural resultante da dissolução da supremacia burguesa e das suas altas artes, pela ação do capitalismo mais avançado (JAMESON, 1997).

Um exemplo desta teia de histórias é o projeto literário de Ana Miranda. A romancista lançou sobre a cultura brasileira a proposta de clarear os intervalos do tempo, puxando os fios labirínticos que comunicam o passado ao presente. Quase toda a obra da autora expressa o interesse pela temática histórica vinculada à ficção: este artigo, porém, apenas recorta as obras da escritora como um *case*, como um conjunto ilustrativo desta fome de história que marcou a produção literária no final do século passado. Por essa razão não será possível aqui uma análise aprofundada dos romances em que a autora mantém um diálogo com a historiografia e com a literatura nacional, trazendo para a ficção personagens emblemáticos da história literária brasileira como Gregório de Matos e Antônio Vieira, em *Boca do Inferno* (1989), Augusto dos Anjos, em *A Última Quimera* (1995), Clarice Lispector, protagonista de *Clarice* (1996), Gonçalves Dias, personagem de *Dias e Dias* (2002), José de Alencar, em *Semíramis* (2014) ou episódios da história, como a guerra dos emboabas, pano de fundo de *O retrato de rei* (1991), a chegada de Portugal de órfãs para casar com os primeiros colonos no Brasil quinhentista, trama de *Desmundo* (1996) ou o contexto da imigração libanesa, descrito em *Amrik* (1997) e, finalmente, num retorno, quicá um arremate da sua relação com Gregório de Matos, *Musa Praguejadora: a vida de Gregório de Matos* (2014). Nessas obras metaficcionalis evidenciam-se o interesse da autora tanto pela vida das personalidades literárias como texto, inserindo-as na sua trama, baralhando os seus dramas pessoais com fatos históricos, tecendo uma narrativa que mistura a obra de historiadores, escritores, biógrafos e críticos, caso das metabiografias, quanto pelo movimento de re-escrever acontecimentos do passado.

2 A mudança no regime de historicidade nas narrativas históricas contemporâneas

No século XIX, a grande demanda foi a construção do espírito nacional, diante da necessidade de forjar as feições de uma nação recém-fundada, cuja identidade a ser construída e, ao mesmo tempo, espelhada deveria estar refletida na literatura a ser elaborada por intelectuais imbuídos do objetivo de explicar e apresentar o Brasil aos brasileiros e ao mundo. Se o século XIX consagrou o romance histórico clássico como instrumento eficaz para moldar os contornos do País, no final do século XX, esse romance histórico reapareceu, mas

trazendo em seu bojo mudanças radicais, próprias da pós-modernidade. Assim, a metaficção proporciona o entendimento de que “a ficção é historicamente condicionada e discursivamente estruturada, e, nesse processo, consegue ampliar o debate sobre as implicações ideológicas da conjunção foucaultiana entre poder e conhecimento – para os leitores e para a própria história como disciplina” (HUTCHEON, 1991, p. 158).

Esses romances históricos acabaram reescrevendo o paradigma do romance histórico clássico e esse tipo de ficção ganhou força e lastro teórico graças à transformação do paradigma da escrita da História. A produção metaficcional se alinha, assim, com as discussões sobre os mecanismos de produção de conhecimento da história e da cultura, tomando-se como ponto de partida a renovação do pensamento historiográfico proposto por *Les Annales*² e desenvolvido, em meados dos anos 1970, pela historiografia italiana, a micro-história, que sugere, numa analogia do seu procedimento e da sua relação com as fontes históricas, um modo de leitura do passado que comporta o interesse pelo minúsculo, pelo não visível. Na Itália, também entre os anos setenta e oitenta do século passado, começaram a aparecer romances históricos que se distanciavam da tradição historiográfica do século XIX, ao privilegiarem o caráter metatextual da obra literária, enfatizando discussões acerca do passado mais ou menos recente da sociedade italiana, para questionar mitos, valores ou discutir determinados processos históricos, numa atitude nitidamente intervencionista. Nesse mesmo período, surgiu uma série de textos nos quais figuravam autores e personalidades literárias ou artísticas como protagonistas, as metabiografias (IOVINELLI, 2004). Essas obras, tais como os romances históricos, não aderiam aos ditames da biografia tradicional, mas propunham outra dimensão narrativa, através da seleção dos eventos, da montagem mais ou menos livre dos documentos, da modificação na disposição do tempo narrativo, da inserção de outras escrituras, outras vozes, outros textos e, ainda, através da transformação do escritor ou artista em personagem. As metaficções começaram a se consolidar enquanto proposta literária que se inseria dentro de uma transformação maior, relativa à forma de lidar com o conhecimento e às configurações econômicas e culturais que se irradiavam.

No Brasil, no início dos anos 1980, com a anistia, multiplicavam-se as vozes em favor da redemocratização do país, e logo em seguida

² Para aprofundamentos, ver Burke (2002, 2011) e Dosse (2003).

apareceu o movimento das “Diretas Já”. Parece ter sido esse o momento em que a arte brasileira abandonou a vertente literária e sociológica e começou a se alinhar a uma concepção cultural e antropológica, ou seja, a manifestação artística já não estava restrita ao campo das belas letras, das altas artes, posto que a mudança de perspectiva resultava do questionamento constante contido da produção intelectual da época, que afirmava os limites de certas convicções consagradas pela sociologia clássica e marxista. A literatura viu-se destituída da sua aura, esvaziada do diferencial que a distinguia dos outros discursos, e passou a ser discutida enquanto fenômeno cultural (SANTIAGO, 1998). Desse modo, os textos documentais, de relato das experiências sofridas nos anos de ditadura, cediam lugar aos romances polifônicos do início da década de 1980. Os debates de então se concentravam no campo da arte que começava a se manifestar como movimento multicultural fomentador de pluralidades e novas identidades sociais.

Em 1981, apareceu na cena literária brasileira *Em liberdade*, de Silviano Santiago. A demanda utilizada por Santiago para criar a verossimilhança é o fato de ter ficado inacabado o último capítulo de *Memórias do Cárcere*, publicado em 1953, ano da morte de Graciliano Ramos. O filho de Graciliano, Ricardo, escreveu que, tendo percebido a resistência do pai para escrever o último capítulo, perguntou-lhe como seria, obtendo dele a resposta de que seriam sensações de liberdade; assim, o último capítulo não escrito é o motivo para o romance de Santiago, no qual ele forja uma continuação do texto. A autenticidade da narrativa vai sendo construída a partir do uso de uma estratégia já conhecida, a dos manuscritos perdidos: a nota do editor, evidentemente fictícia, conta como esses lhes chegaram às mãos.

O ano de 1989, quando foi publicado *Boca do Inferno*, de Ana Miranda – narrativa que se passa na Salvador do século XVII e primeiro de uma série de romances históricos que, nos anos seguintes, agitaram o mercado editorial brasileiro –, foi também um ano particular na história nacional, o início de um recomeço para o Brasil: depois de mais de duas décadas de regime militar, o povo voltava às urnas. O sucesso editorial de Ana Miranda poderia ser entendido também como reflexo de certa necessidade de retorno ao passado, de uma revisão ou reinvenção que fosse capaz de redimir o vazio de um presente controverso. Assim, parece emblemático o fato de a ficção dos anos 1990 ter privilegiado duas tendências, o romance urbano e o romance histórico, enfatizando essas

manifestações literárias como resposta a uma crise que já se desenhava naquele momento, resultado da descrença nas utopias modernas e da constatação de certa instabilidade pós-moderna (GOMES, 1996). O novo romance histórico, e em específico a obra de estreia de Ana Miranda, parecia preencher um espaço, uma necessidade de revalorização e, ao mesmo tempo, de revisão de um passado quase mítico, o início da colonização, numa tentativa de preservação da memória em tempos que presenciavam um acelerado processo de hibridação cultural. Parece indiscutível que o objetivo dessas narrativas era apontar os deslocamentos, as falhas, as dissonâncias silenciadas, as fissuras, cujos remendos ocultam as descontinuidades que interligam uma narrativa conduzida por um viés totalizante.³ O pós-moderno, portanto, se identificaria com práticas mais democratizantes e que buscam um descentramento, da mesma forma que promove o questionamento do *telos* e da origem, e a história é problematizada como reação aos paradigmas da arte e da teoria modernista. O modernismo (especificamente o alto modernismo) sustentava o paradigma do confronto entre as altas artes e a cultura de massa e é desse confronto que surgia a reivindicação da autonomia da arte, que não mais deveria ter como principal referente os problemas sociais, a política e a economia. Entretanto essa relação de separação, um *apartheid* no âmbito das artes, nem sempre foi pacífica e tem se manifestado como uma contradição dentro do próprio modernismo, desde as vanguardas do início do século, espalhando-se ao longo dos anos 1900 e desembocando nas discussões firmadas pelo pós-modernismo, que tem como premissa a recusa dessa divisão.

O pós-modernismo é, então, um espaço ou momento de discussão das relações entre cultura erudita e cultura de massa, nos quais se evidencia a presença do cotidiano e dos problemas sociais na arte, equivalendo, portanto, ao panorama onde se desenham as convulsões próprias do modernismo e as problemáticas geradas pelas novas conformações do capitalismo global, num tempo de altas tecnologias de informação. O bombardeio midiático e a enxurrada de notícias, entretenimentos, modas, produtos e possibilidades de consumo que transitam em todos os cantos do

³ Lembremos os livros de Eduardo Bueno (*Terra à vista, A viagem do descobrimento, Pau Brasil* e outros), que a partir da década de 1990 foram recordistas de vendas no Brasil, com muitas críticas, principalmente dos historiadores, contrários à “popularização” da história.

planeta resultam numa sobrecarga, e conseqüente esgotamento, de modo que se tornou cada vez mais premente frear essa temporalidade voraz, e tentar organizar os dados, apreender o passado e costurá-lo com os olhos do presente. Esse impulso fez vir à tona uma infinidade de discursos sobre a memória, configurada como alternativa e como resistência a essa impossibilidade de captação do tempo – diante da velocidade das informações – pela história arquivística. Este avanço das discussões sobre a memória realmente parecia sinalizar uma crise no modo de estruturação temporal fixado pela modernidade, as concatenações da história dos fatos, os engendramentos da história monumental e suas pretensões de, a partir de uma perspectiva teleológica, delinear o futuro. Diante dessas reflexões, o romance histórico desse período de alguma forma preencheria esta lacuna resultante de um esgotamento de certo tipo de discurso histórico, numa era em que a internacionalização e a forte comunicação entre culturas suscitavam questões relativas às identidades nacionais, que, fomentando incursões críticas no passado, formulavam importantes análises acerca da memória coletiva.

Entender a profusão de romances históricos ou, mais especificamente, de metaficções historiográficas requer a compreensão e a contextualização do que se pode chamar de pós-modernismo, aqui entendido como a forma de produção cultural resultante da dissolução da supremacia burguesa e das suas altas artes, pela ação do capitalismo mais avançado. Essa concepção resulta de uma interpretação histórico-marxista do fenômeno cultural da pós-modernidade, no qual se constatam alterações profundas nas configurações, políticas, econômicas e culturais, e onde se manifestaria uma cultura que se alimenta do passado e pratica uma espécie de historiofagia (MOSER, 1995). Entretanto, o pós-moderno não seria exatamente uma retomada nostálgica do passado, mas a apropriação ou reapropriação crítica das formas de arte e da organização social e política do modernismo. Assim, poderíamos pensar esta escrita ficcional própria da pós-modernidade – a metaficção –, que reúne discussões e aspectos de áreas diversas do conhecimento, como história, teoria e literatura, expondo sua concepção de que texto ficcional e histórico são construções humanas, daí resultando o impulso de reelaboração crítica do passado, trabalho empreendido por essas narrativas históricas contemporâneas para as quais Linda Hutcheon (1991, p. 19-41, *passim*) convencionou o termo de “metaficção historiográfica”.

O modo de investigação da história proposto pelos romances arrolados sob a rubrica de metaficção historiográfica aproxima-se então da ideia de história a contrapelo (BENJAMIN, 1994, p. 225), o método sugerido como oposto ao da empatia, que é o da história identificada com a versão dos vencedores que deixam o seu legado: os destroços do tempo, os restos das lutas, afinal erigidos como monumentos da cultura. É sobre esses monumentos que o historiador se lança para interpelar o passado, e o faz partindo do pressuposto da violência no processo de transmissão da cultura: daí porque dela se esquiva, e se volta contra a versão oficial da história, indo buscar nos arquivos e nas fontes esquecidas a matéria de sua narrativa. Com efeito, Ana Miranda (GOMES, 1996, p. 123) declarou, em reportagem ao *Jornal do Brasil*, que seu objetivo é escrever sobre temas brasileiros, sentindo-se, com isso, parte de um processo de busca da identidade nacional. Desse modo, a escolha da ambientação do seu primeiro romance, a Bahia do século XVII, tendo como personagens Matos e Vieira, parece ser a tarefa inicial de alguém que se propõe a um trabalho de investigação das cenas primeiras, porém sem a pretensão de buscar a origem, a essência ou a verdade dos fatos, mas para problematizar as ideias fossilizadas, destruir as estruturas lineares, sacudindo o edifício da história.

3 Poéticas da [re]criação: atando as pontas dos fios

Pensar a construção destas narrativas como reconstruções da História e de histórias revela afinal o texto literário como um objeto resultante da interseção de vários códigos e expõe o processo criativo como despersonalizado (BERNARDELLI, 2000). A figura central do autor, como entidade criativa, perde, assim, o caráter determinante na construção da trama, que passa a ser reconhecida como cruzamento de muitos discursos, culturas e ideologias combinados livremente.⁴ Assim entendida, a noção de texto encontra correspondência com a

⁴ Conforme a elaboração do conceito de intertextualidade de Kristeva (1977, p. 105-138, *passim*), baseado na combinação da teoria dos paradigmas de Saussure, com a noção de dialogismo de Bakhtin. Do primeiro conceito sobrevém uma concepção dinâmica e autogerativa do texto literário, em razão da infinita potencialidade semântica, reproduzindo uma imensa rede de sentidos. Essa capacidade de o texto literário se constituir como ponto de interseção entre vários discursos foi por ela definido como modelo tabular ou reticular da linguagem poética e resulta da teoria dialógica.

sua etimologia, do latim *textus*, que significa tecido, algo construído como o cruzamento de fios que compõem a trama. Esse pressuposto chama a atenção para a amplitude que a palavra alcançou, vinculando-se constantemente ao sentido de obra literária. Parece pertinente a utilização deste instrumental teórico, a intertextualidade, para analisar um tipo de produção pautada pela multiplicidade de vozes e discursos, uma figuração da escrita pós-moderna que, se por um lado se alia com uma criação multitextual, por outro, se aproxima da noção de criação coletiva do barroco.⁵

Pensando nessa abordagem, a escritura de *Boca do inferno*, assim como a de outras obras metaficcionais de sua autora e a de outras narrativas históricas contemporâneas, conformou-se e conforma-se também como uma operação representativa do seu tempo, um tempo em que a instituição autoral, fundamento por excelência na arte durante boa parte do século XX, ao seu final, já começava a dar sinais de desgaste, diante de novas configurações culturais, políticas e econômicas das sociedades geridas pelo capitalismo da informação, que permitiam a expansão da cultura e sua circulação como produto. A essas implicações pode-se juntar certo esgotamento da construção moderna de sujeito como entidade única, o que fez recair sobre a personalidade artística, considerada até então fonte de invenção e força criadora singular, o peso do descrédito no modelo centrado, pois se já não eram claras as expectativas acerca do trabalho artístico, também já se começava a detectar uma incompatibilidade entre os esquemas do passado e a disposição atual, vez que não há mais espaço que acolha esse tipo de manifestação singular, esgotado pelo modernismo; essa pode ser outra razão pela qual já não parece possível conceber novas (originais, pensando-se no conceito de forma absoluta) expressões e visões de mundo, disso resultando uma espécie de colapso da criatividade, o que conduzira aos estilos do passado, aos restos

⁵ Sabe-se que a criação poética no barroco não estava vinculada unicamente a um potencial inventivo, mas amparada na ideia do grande poeta como aquele capaz de alcançar modelos retóricos-poéticos consagrados e estabelecidos. Esse modo inventivo se fazia a partir da vinculação a uma linguagem modelar, não havendo espaço exclusivo para a originalidade, tal como se passou a entender posteriormente a invenção artística graças à influência do ideário romântico, que delineava uma espécie de expressão de uma personalidade para o ato criador. Por outro lado, o conceito de circularidade remete ao processo de difusão de parte da criação poética da época através de textos orais e manuscritos, difundidos aleatoriamente, apógrafos, sem nenhuma chancela autoral.

da civilização, à consagração desta cultura de museu tão presente na contemporaneidade. Essa lógica parece confirmar um certo formato de literatura que no Brasil despontara já em 1981, conforme já se disse, com o romance *Em Liberdade*, de Silviano Santiago, e que volta a chamar a atenção da crítica com o projeto literário de Ana Miranda, que se inicia justamente trazendo à cena literária brasileira, em 1989, um romance que reacendia as míticas figuras de Gregório de Matos e de Antônio Vieira, suscitando, a partir do seu procedimento [re]criativo, fortes controvérsias em torno do estatuto da autoria.⁶

Se já não há nada para ser inventado, a arte espelhará uma espécie de redução criativa, a dificuldade do novo. A cultura, a moda, o design, tudo cheira a bolor reluzente. Bares que recriam uma época, com decoração, serviço e estilo musical compatíveis; automóveis com tecnologia digital, em design pseudo-antigo que suscitam nostalgia de um mundo que agora só existe em fotografias; e na rede, a história virou sensação, com direito a canais sobre o assunto, documentários, minisséries. Nas livrarias, enxurrada de romances históricos, biografias de personalidades importantes, metaficções historiográficas, histórias culturais, histórias miúdas e em migalhas abarrotam prateleiras.

Nesse sentido, estas metaficções históricas – enquanto [re] escritas do passado e de suas vozes, notadamente naquelas narrativas metabiográficas que forjam a dicção de um escritor consagrado, parte do patrimônio cultural de um país – se articulam também em torno da noção de pastiche, porquanto se consubstanciam como realização que emerge desta fome de memória. A relação proposta parte da descrição do pastiche enquanto forma pela qual o pós-modernismo expressa a ordem instaurada pelo capitalismo tardio. Num mundo onde a invenção parece esgotada, a arte se viabiliza pela imitação das coisas mortas. Como criação intertextual, pode-se qualificar o pastiche partindo-se do conceito mais amplo de mimetismo, como imitação de uma forma de expressão pertencente a um outro texto. Essa técnica literária – cuja denominação deriva do italiano *pasticcio*, inicialmente significando mistura de várias imitações e depois uma imitação determinada, passou a ser vinculada à pintura, na França, a partir do século XVIII – consistiria na imitação de um estilo resultante da retomada de estereótipos ou de

⁶ Para aprofundamento sobre a controvérsia crítica a respeito do romance *Boca do Inferno* remete-se a Macedo (2010).

uma matriz expressiva ou discursiva, usados de forma personalíssima por um autor, como um idioleto, o que determinaria o reconhecimento desse uso pelo leitor, ao se deparar com uma construção cujos parâmetros se baseiam no confronto entre o que seria a realidade padrão e o seu desvio, consubstanciado em um estilo muito particular, próprio de um autor, assim reconhecido. Partindo-se dessas premissas, pode-se caracterizar três tipos de pastiche: o *pastiche satírico*, com destaque para o aspecto crítico ou de dessacralização, através do exagero, por exemplo; o *pastiche lúdico* ou o pastiche propriamente dito, que remete a uma recriação que se apropria de um modelo, tomando-se por base uma espécie de “contrato de pastiche”, firmado entre autor e leitor; e, por fim, a *continuação* que resulta de um prosseguimento de um texto anterior completo ou inacabado, o qual é tomado como ponto de partida (GENETTE *apud* BERNARDELLI, 2000).

Essa breve caracterização do pastiche pela teoria literária situa o ponto de partida para se estabelecer uma relação teórica ainda mais profícua entre a produção metabiográfica de Ana Miranda e uma outra concepção de pastiche, moldada por um viés cultural e que se afirma como uma recriação em retrospectiva (JAMESON, 2006). Essa noção de pastiche está mais voltada para a cultura de massa e se torna mais acessível, tomando-se como medida o cinema nostálgico, e fazendo-se uma oposição a filmes que reproduzem um momento histórico, seus costumes e estilos. O tipo de produção focalizado, entretanto, se encaixaria num molde mais tradicional, o do cinema histórico, numa linha aproximativa à do romance histórico. Em contraposição, apresenta-se uma série de filmes que reinventam a experiência de um período anterior, não tendo por objetivo nem a exposição fidedigna da época, tampouco o propósito da paródia – visto que a sua realização não se pauta na oposição entre um padrão e uma linguagem individual –, mas simplesmente apresentar ao público algo que faz parte do universo cultural, entretendo-o num movimento nostálgico deflagrado por imagens, sensações e estéticas do passado, como acontece, por exemplo, em *Bodyheat* (Corpos ardentes), de 1981, uma espécie de *remake* de *Double indemnity* (Pacto de Sangue), de 1944, uma reescritura que não deixa claro o limite entre a homenagem e o decalque (MORANDINI, 2008). Evidentemente, a recepção da mensagem não se efetiva de modo uniforme, variando segundo os horizontes de expectativas individuais e as diferentes experiências que cada um tem com o passado. O que para

uns tem o sabor da aventura, do mistério ou da ação que se desenvolve nas telas, para outros poderá ter gosto, cheiro e textura muito intimamente ligados a vivências pessoais ou intelectuais. A explanação acerca das diferenças entre o que se pode entender como cinema histórico e nostálgico, esse com sua rede de construções ambíguas – como se pode detectar nas refilmagens, onde argumentos são retomados, ainda que às vezes sob outra perspectiva, e com isso se remetendo à ideia do plágio que é muito pertinente à questão do pastiche – parece estabelecer uma analogia relevante entre a fórmula tradicional do romance histórico, com suas necessárias implicações realistas, e essa forma de representação e construção narrativa intertextual da cultura pós-moderna.

Na esteira do modo de construção literária apresentado, vale a pena identificar alguns procedimentos discursivos e compositivos que se podem verificar numa determinada trama textual que recria um passado, ou a ideia que dele chegou ao presente, numa perspectiva fundamentalmente ficcional. A metaficção historiográfica estrutura-se como uma rede intertextual composta como aglutinação, como junção de escrituras diversas. Assim, o leitor é envolvido pelo emaranhado de narrativas que se entrecruzam – verdade histórica, invenção, biografia e literatura. A organização de todos esses fios parece guardar uma proximidade com os procedimentos da micro-história, numa atitude de ficcionista investigativo, que poderia conformar os romances que recriam o itinerário das personalidades protagonistas com riqueza de detalhes que, se por um lado resultam de pesquisas, por outro, no caso dos personagens literários, ativam, em suas reconstruções, o influxo da crítica biográfica, privilegiando uma reelaboração mais afastada de um viés totalizante.⁷ Nessa perspectiva, a atenção aos detalhes perscruta uma linha próxima à do paradigma indiciário proposto pelo historiador Carlo Ginzburg (2006) e bastante associada à estrutura do romance policial, o que se verifica no romance *Boca do inferno*, mas também em *O nome da rosa*, metaficção do italiano Umberto Eco, publicada na Itália em 1980, e traduzida no Brasil em 1983.

O nome da rosa apresenta, também, ainda que de modo mais discreto e, talvez, como sugestão, um personagem literário que é uma figura-chave na trama, o velho bibliotecário da abadia na qual os assassinatos, investigados por Guglielmo di Baskerville (referência intencionalmente anacrônica

⁷ Faz-se aqui uma referência ao conceito de biografema (BARTHES, 2001).

a um romance de Sherlock Holmes, *The Hound of the Baskervilles*, de 1902),⁸ são cometidos. Adso de Melk,⁹ o seu assistente, é o narrador que descreve o bibliotecário como curvado pelo peso dos anos, muito branco, inclusive as pupilas, e cego. Depois se vem a saber que o seu nome é Jorge da Burgos: a referência a Jorge Luis Borges (cego, bibliotecário, erudito) é clara. De fato o personagem é o mais velho da abadia, como Borges era, pode-se assim dizer, uma espécie de referencial literário para Eco, já que o escritor argentino contava mais de oitenta anos quando da publicação de *O nome da rosa*, romance que foi considerado um marco, a primeira produção conscientemente pós-moderna, conforme atesta o escritor e estudioso italiano em *Postille* (ECO, 1983), onde justifica a sua escrita – esclarecendo seu processo de elaboração, numa curiosa, quiçá involuntária, retomada de *The philosophy of composition*, de Edgar Allan Poe (2008), considerado também o primeiro autor de policiais. O escritor italiano propõe uma resposta pós-moderna ao esgotamento moderno, ao apontar que o passado deve ser revisitado com ironia. Assim, a citação funciona como um modo de construir essa revisitação, mas é, principalmente, uma atitude, a de assumir o esgotamento da ideia de originalidade que traz em si qualquer coisa de inocente. A proposta é reprocessar o passado, rever os seus textos e, ao fazê-lo, estabelecer nova comunicação.

4 Conclusão

A análise acerca dos debates e das incursões teóricas em torno das metaficções que marcaram o final do século XX ofereceu um panorama do contexto cultural, econômico e político em que emergem estes romances. Apresentaram-se, num enquadramento histórico, as discussões teóricas fundamentais para compreender a conjuntura pós-modernista do intervalo mencionado, de modo a possibilitar uma visão em retrospectiva.

É perceptível o crescente e renovado interesse manifestado por leitores, espectadores e público em geral pela temática histórica. Nas

⁸ Lembramos que Eco é um profundo conhecedor da obra de Conan Doyle, sobre a qual escreveu, por exemplo, em *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Sebeok* (ECO; SEBEOK, 1983).

⁹ Nos romances policiais de tradição inglesa (Conan Doyle, Agatha Christie), diferentemente dos de tradição norte-americana (Chandler, Woolrich), figura sempre um assistente do detetive, como Watson ou Hastings.

livrarias tornou-se comum encontrar seções especializadas em romances históricos, metaficções historiográficas, metabiografias; na TV e no cinema, filmes, novelas e séries que abordam um determinado recorte da história, discutindo-a e expondo novos pontos de vista, novas perspectivas. A reflexão conduz a um entendimento de que a aparente moda ou gosto pelo passado parece sinalizar uma crise no regime de historicidade, o modernista, muito marcado pela força da noção de futuro. É nesse sentido que se contextualiza a metaficção historiográfica, sua inserção na arte e na cultura contemporânea, como um tipo de produção e criatividade própria de um tempo em que as relações entre passado, presente e futuro estão se modificando, de modo que o passado vem se transformando em objeto de fruição, uma atitude comandada, ao que parece, por uma sensação de perda e desgaste decorrente do próprio processo histórico – processo descrito também pela crítica cultural que assinala a dissolução da dicotomia entre alta e baixa cultura, em razão do capitalismo mais recente. Nesse sentido, não se pode deixar de destacar o fato de a cultura contemporânea se alimentar de resíduos de todas as épocas, produzindo um movimento historiofágico. A literatura e a história confluem, assim, como lugares discursivos que se oferecem ao debate, à memória, à retomada do tempo, das vozes, dos textos que se entrecruzam na teia contemporânea para criar a arte, a literatura, que já não parece produto do original pensamento de um autor, entidade moderna considerada o cerne da invenção, mas que passa a ser compreendido como um ponto de convergência de vários discursos e culturas. A metaficção historiográfica e a metabiografia se propõem como tecidos que atam as pontas dos muitos fios do passado, poéticas da recriação que se alimentam do tempo e se oferecem como monumento e testemunho de um pretérito imperfeito.

Referências

BARTHES, R. Prefazione dell'autore. In: _____. *Sade, Fourier, Loyola*. Traduzione di L. Lonzi e R. Guidieri. Torino: Einaudi, 2001. p. XXI-XXX.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de S. Rouanet e J. Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

- BERNARDELLI, A. *Intertestualità*. Milano: La Nuova Italia, 2000.
- BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de M. Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BURKE, P. *História e teoria social*. Tradução de K. B. Gerhardt e R.V. Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Tradução de D. O. A. dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ECO, U. *Postille a il nome della Rosa*. Milano: Bompiani, 1983.
- ECO, U.; SEBEOK, T. (org.). *Il segno dei tre: Holmes, Dupin, Peirce*. Milano: Bompiani, 1983.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de M. B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, R. C. O histórico e o urbano – sob o signo do estorvo duas vertentes na narrativa brasileira contemporânea. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 121-120, 1996.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862015000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de A. S. de Menezes *et al.* Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução de R. Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- IOVINELLI, A. *L'autore e il personaggio: l'opera metabiografica nella narrativa italiana degli ultimi trent'anni*. Milano: Rubbettino, 2004.
- JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Tradução de C. Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de M. E. Cevasco. São Paulo: Ática, 1997.

KRISTEVA, J. La parola, il dialogo e il romanzo. In: IVANOV, V. V. et al. *Michail Bachtin: semiótica, teoria della letteratura e marxismo*. Traduzione di A. Ponzio et al. Bari: Dedalo, 1977. p. 105-138.

MACEDO, A. G. S. R. *Máquina de [re]escrever: processos de reciclagem cultural da obra metabiográfica de Ana Miranda*. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8559>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MIRANDA, A. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MORANDINI, M.; MORANDINI, L.; MORANDINI, L. *Il Morandini 2008: Dizionario dei film*. Bologna: Zanichelli, 2008.

MOSER, W. O estudo do não-contemporâneo: historiofagia ou historiografia. Tradução de V. Morello e A. Ciulla. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias PUCRS*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1-11, 1995.

POE, E. A. *A filosofia da composição*. Tradução de L. V. de Castro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

SANTIAGO, S. Democratização no Brasil. In: ANTELO, R.; CAMARGO, M. L. B.; ALMEIDA, T. V. de (org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998. p. 11-24.

SANTIAGO, S. *Em liberdade: uma ficção de Silviano Santiago*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Recebido em: 23 de agosto de 2020.

Aprovado em: 19 de janeiro de 2021.



Escrever a dor: Marguerite Duras e a escrita literária de si

Writing the Pain: Marguerite Duras and the Literary Self-Writing

Cláudia Tavares Alves

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo / Brasil

clautalves@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-9297-4499>

Resumo: A escritora Marguerite Duras (1914-1996) publicou, em 1985, *A dor*, livro que reúne uma série de textos elaborados a partir de anotações em cadernos e diários, incluindo texto homônimo ao livro. Nessa narrativa em específico, é possível reconhecer uma forte carga autobiográfica no relato da espera pelo marido feito prisioneiro durante a Segunda Guerra Mundial. Tal acontecimento acometeu justamente a escritora na década de 1940, quando seu marido naquela época, Robert Antelme, fora levado pelas forças alemãs a campos de trabalho forçado e de extermínio. Posteriormente, os textos originais, isto é, os próprios cadernos de Duras, foram organizados e publicados em novo livro, intitulado *Cadernos de guerra e outros textos*, algo que possibilitou uma nova abordagem à sua leitura. Sendo assim, e tendo em vista essa última publicação em que constam os diários da escritora – algo que nos permite comparar um texto a partir de suportes distintos –, a intenção desse artigo é explorar os caminhos percorridos por Duras entre a versão registrada em seus diários e a versão publicada em livro. O objetivo principal é investigar como a ideia de *escrita de si* passa a ganhar ressignificações quando confrontada com um novo processo de ficcionalização e publicação da escrita autobiográfica, o qual chamaremos, enfim, de *escrita literária de si*. Para tanto, utilizaremos os estudos de Michel Foucault e Jacques Derrida para um embasamento teórico mais aprofundado sobre as noções que regem tal processo de escrita (e reescrita) de uma experiência pessoal.

Palavras-chave: Marguerite Duras; *escrita de si*; literatura de testemunho; diários.

Abstract: In 1985, the writer Marguerite Duras (1914-1996) published the book *The pain*, which gathers many texts based on notes from several notebooks and diaries including a homonymous story. In this specific narrative, it is possible to recognize a great number of autobiographical elements from the writer's life while she tells the pain of waiting for a husband captured during the second world war. The same event happened to the writer during the 1940's, when her husband at the time, Robert Antelme, was taken by the German army to fields of forced work and extermination. Lately, the original texts, that is, Duras' notebooks themselves, were organized and published in a new book, something that changed the way we used to read the narrative "The pain". Therefore, and considering the later publication of the text exactly as it was written in the writer's diary, the intention of this article is to confront the original text and the final book version of it. The main purpose is to investigate how the idea of *self-writing* gains different meanings when it faces a new process of fictionalization and publicization of the autobiographical writing, named in this case as a *literary self-writing*. Studies from Michel Foucault and Jacques Derrida are going to be used as theoretical background on notions that guide the process of writing (and rewriting) a personal experience.

Keywords: Marguerite Duras; *Self-writing*; Witness Literature; Diaries.

1 Introdução

Na nota de abertura de "A dor", narrativa que inicia a obra homônima da escritora francesa Marguerite Duras, a autora revela, com espanto, uma espécie de desconhecimento daquilo que ela mesma escrevera: "Como pude escrever isto, que ainda não sei nomear e que me assombra quando releio?" (DURAS, 1986, p. 8). O estranhamento e o assombro da escritora são indícios de uma publicação extremamente expressiva se pensarmos nos significados que se abrem a partir de sua publicização. Ainda que esse texto tenha sido pouco explorado nos estudos da obra durasiana,¹ a percepção de que Duras se vê como uma estranha diante daquilo que ela mesma havia escrito, e que até aquele momento não saberia nomear, mostra em que medida o seu processo criativo fora marcado, no caso dessa narrativa, por experiências e impactos de outra ordem.

¹ Estamos pensando na reduzida bibliografia encontrada sobre essa obra e também na declaração da pesquisadora Ana Paula Coutinho, que afirma: "Devo começar por reconhecer que me senti fortemente desafiada pelo facto de *La Douleur* ser um dos livros menos explorados da obra durasiana" (COUTINHO, 2015, p. 135).

As narrativas que compõem o livro *A dor* (1985) foram provavelmente escritas nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial,² em cadernos e diários mantidos pela escritora ao longo de diversos anos. Entretanto, esses textos só foram publicados em formato de livro em 1985, após a consagração de Duras como escritora, graças à publicação da obra *O amante*³ (1984). Por outro lado, é sabido que as histórias narradas em *A dor* estabelecem relações diretas com a biografia da autora,⁴ bem como com memórias referentes às suas experiências vividas na ocasião da guerra e de tudo que dela decorria, como os campos de concentração, as lutas de resistência, entre tantos outros fatos. Essa relação entre a obra literária e a vida da autora fica ainda mais evidente após a publicação póstuma, em 2006, dos cadernos de Duras, intitulados *Cahiers de la guerre et autres textes* (em edição brasileira, *Cadernos de guerra e outros textos*), graças a estudos desenvolvidos a partir do arquivo deixado pela autora.

Conhecendo então o contexto de produção e de publicação de *A dor*, além de sua materialidade enquanto obra literária, a presente análise buscará propor, considerando principalmente a narrativa “A dor”, algumas ideias que discutam a noção de representação da memória e dos jogos que se estabelecem a partir das *escritas de si* (FOUCAULT, 2006). Tal comparação será baseada, portanto, na percepção de que tal relato narrativo é, ao mesmo tempo, uma experiência de testemunho e de ficcionalização literária da história da autora, tendo como ponto de partida metodológico a atual possibilidade de confrontarmos as anotações pessoais de Duras, presentes em seus diários e cadernos, com o texto publicado posteriormente, a partir de uma espécie de reelaboração literária dessas anotações.

² Em uma declaração de 1985, Marguerite Duras especula que deva ter começado a escrever *A dor* meses depois do retorno de seu marido, Robert Antelme, “quando fomos às casas de repouso para deportados” (DURAS, 2009, p. 13), ou seja, depois do fim da guerra.

³ “Aquilo que começa por intrigar é o facto de Marguerite Duras ter publicado, ou deixado que fosse publicado, um livro tão híbrido, a partir de cadernos com um manifesto ‘estatuto de exceção’, logo a seguir ao estrondoso êxito de *L’Amant*, premiado com o Goncourt, e que marcaria o início do período de glória desta autora, pelo menos no que diz respeito à recepção do chamado grande público” (COUTINHO, 2015, p. 123).

⁴ Conferir as obras biográficas de Laure Adler (1998) e Jean Vallier (2006) que dedicam especial atenção aos *Cadernos de guerra e outros textos* e à sua relação com a vida de Duras.

2 A escrita e a reescrita da dor

A narrativa registrada em “A dor” expõe a dilacerante experiência de uma mulher à espera de seu marido, o qual se encontra prisioneiro em um campo de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Para além de narrar uma história ficcional, o texto se destaca por criar com maestria e pertinência um suspense pautado pela angústia da espera – durante a qual leitores e leitoras são mantidos em suspensão por desconhecerem o desfecho da história durante grande parte da narrativa. Essa criação literária explora ainda aspectos estilísticos e estéticos, revelando a capacidade autoral de projetar uma atmosfera envolvente e perturbadora em quem a lê.

Por outro lado, sabemos que, para além dessa operação literária, estabelece-se uma relação direta entre a história ali narrada e a própria vida da escritora Marguerite Duras. Tendo em vista sua reconhecida biografia e algumas pistas existentes ao longo do texto,⁵ a sua leitura nos faz acreditar que aquela história é, de fato, uma história ocorrida no âmbito pessoal da vida de Duras.

Há, assim, uma relação ambivalente entre o testemunho e a ficção presentes nesse livro, a qual se torna ainda mais complexa se tomarmos conhecimento do histórico de sua publicação, quando, na década de 1980, a escritora afirma não se lembrar de ter escrito esse texto.⁶ Surgem ainda novas problematizações a partir de 2006, quando os cadernos originais, isto é, os chamados *Cadernos de guerra*, em que constavam as primeiras versões e os manuscritos dos textos reunidos em *A dor*, foram publicados na França. A partir dessa data, foi finalmente possível estabelecer comparações⁷ entre as versões iniciais e as versões reeditadas, com alterações,⁸ para serem publicadas décadas depois.

⁵ Para ilustrar tais pistas, ressaltamos a recorrente declaração de que “A dor” é um diário que integrava dois cadernos guardados nos armários da casa de campo de Duras, em Neauphle-le-Château (DURAS, 1986, p. 8 e p. 130). Além disso, estabelece-se a relação do eu narrador com o nome Marguerite: “Levo um café para D. Ele me olha com um sorriso muito suave: ‘Obrigado, minha pequena Marguerite’. Grito que não. Que meu nome é um horror” (DURAS, 1986, p. 37).

⁶ “Não tenho a mínima lembrança de havê-lo escrito” (DURAS, 1986, p. 8).

⁷ No artigo “Réécrire, revivre, oublier: la genèse et la publication de ‘La douleur’”, Ania Wroblewski (2010) faz uma comparação minuciosa entre as duas versões.

⁸ Especificamente sobre o texto “A dor”, Duras conta que realizou poucas modificações em seu conteúdo, sobretudo para eliminar uma série de referências à religião e a Deus (DURAS, 2009, p. 14).

No livro, por exemplo, há uma passagem em que se conta como certo padre fora feito prisioneiro de guerra e levava consigo, para o centro da cidade de Paris, uma criança órfã alemã. Nesse lugar, encontrou um grupo de mulheres que esperava, em frente às lojas, pelo abastecimento de comida. A situação que se cria é bastante delicada e desconfortável, afinal a compreensão que cada um desses grupos de pessoas tinha daquele acolhimento era diferente: de um lado, o padre apelava para o direito de perdão e absolvição divina da criança, que não tinha qualquer culpa por ser alemã e por estar envolvida com este lado da guerra; enquanto isso, do outro lado, as mulheres ignoravam a criança e não compreendiam a atitude de indiferença por parte do padre. Diante daquele contexto de dor extrema e destruição, parecia-lhes incongruente clamar a Deus por qualquer perdão.

A princípio, chama a nossa atenção o fato de que esse pequeno caso é narrado de maneira consideravelmente diversa quando retornamos ao diário de Duras. Ali no Caderno “Presses du XXe siècle”, escrito por volta dos anos de 1946 e 1948, o mesmo relato ganha um tom muito mais pessoal, sobretudo porque a escritora se coloca em primeira pessoa e reconhece, em si e nas mulheres que estavam próximas de si, um ódio visceral, algo que imobilizava a capacidade de relativizar a presença de um alemão, ainda que fosse uma criança. Ela escreve: “quero meu ódio pleno e inteiro” (DURAS, 2009, p. 171). E ainda: “entre as voluntárias emprenhadas pelos nazistas e o padreco que conduz o alemãozinho, sou pelas voluntárias” (DURAS, 2009, p. 171). Nesses trechos, a escritora está a defender que o padre não tem o direito de absolver ninguém e afirma, ironicamente, que “a espécie vigário sempre encontra oportunidade de fazer caridade” (DURAS, 2009, p. 171).

A partir de tais palavras, carregadas com um profundo ressentimento, podemos dizer que parece haver no diário uma liberdade maior em assumir seu ódio contra os alemães, assim como seu próprio posicionamento crítico em relação à igreja católica nesse contexto da guerra. Porém, tais passagens desaparecem quando são reescritas, o que pode nos levar a especular pelo menos duas hipóteses de interpretação: ou os trechos mais críticos foram eliminados da versão final em virtude de represálias possíveis que poderiam decorrer de um posicionamento político tão marcado; ou, por outro lado, o distanciamento físico e temporal entre esses dois momentos diversos de escrita, isto é, entre a primeira impressão dos fatos que ficou registrada no diário e a

reformulação que foi para o livro, a sensação da escritora passa por um processo de ressignificação, de forma que não valeria mais a pena o desgaste de manter no livro passagens tão críticas e de enfrentamento – afinal, possivelmente elas não condiriam mais com a nova experiência de reescrita desse ódio e dessa dor.

Em oposição a trechos que foram suprimidos da versão em livro, há uma passagem que podemos citar como exemplo de algo que foi acrescentado e que não constava nos diários. Após narrar um episódio em que se sentia febril, a autora se lembra de uma mulher grávida, aos vinte anos, com quem se encontrara na fila junto a outras mulheres que esperavam por seus maridos desaparecidos na guerra. Porém, em uma circunstância bastante diferente daquela em que se encontrava Marguerite, chama a atenção o fato de que essa mulher em específico fora chamada ali para recolher os pertences de seu marido que, como já haviam lhe notificado, acabara sendo fuzilado. Ainda em choque e com medo, a mulher lida com essa situação da maneira como pode: falando sem parar, em meio a calafrios, esperando por mais de vinte e duas horas até reaver o que o marido lhe deixara. Carrega também consigo a última carta enviada pelo pai da criança que está prestes a nascer, onde constam as palavras: “Diga ao nosso filho que fui corajoso” (DURAS, 1986, p. 37).

Essa passagem, apesar de não constar na versão original dos relatos de Duras, traz à tona o caso de uma mulher que, diferentemente de Duras, vive outras dimensões de sua dor. A escritora relata: “Penso nela porque não espera mais” (DURAS, 1986, p. 37). Podemos inferir que nesse trecho, o qual antecede a divisão da narrativa de “A dor” em duas partes,⁹ a escritora cria uma personagem que, diferentemente de si mesma, não vive mais a dor da espera, do desconhecido. Ela, no entanto, vive uma dor diferente e tão grande quanto a sua, que é a dor de saber que seu companheiro não voltará mais, pois é conhecido o fato de que ele fora fuzilado. Ou seja, configura-se assim um quadro em que duas mulheres diversas, compartilhando contextos semelhantes de angústia e dor, experienciam desfechos opostos entre si.

⁹ No livro, a divisão passa a ficar clara a partir da nomeação dos dias (por exemplo, “Domingo, 22 de abril de 1945”), detalhe que não aparece nas primeiras páginas do texto. Retomando os diários, é possível ver explicitamente que essas duas partes correspondem a dois momentos diversos de registro dos fatos: o primeiro está relatado no “Caderno Presses du XXe siècle”; e o segundo, no “Caderno de cem páginas”.

É interessante pensar que no processo de reescrita de sua dor, a escritora cria (ou talvez se lembre de narrar) um episódio em que existe uma suspensão de expectativas, de forma que o leitor ou a leitora, ainda embriagado pela situação da narradora, e sem saber se Robert L. voltará ou não, se afeta novamente pela narrativa, ligando-se ainda mais à protagonista. O marido daquela personagem feminina grávida, cuja passagem pela narrativa fora tão breve mas ainda assim capaz de nos sensibilizar com a sua gravidez e sua vivência, certamente não voltará. Mas e o marido da narradora, haverá alguma chance de ele ainda estar vivo?

É igualmente interessante pensar que todo o trecho final da narrativa presente no livro, isto é, quando Robert finalmente retorna à sua casa e reencontra a sua esposa – com quem compartilha uma série de experiências de readaptação, por exemplo, voltar a comer depois de tantos dias em jejum forçado –, só aparece na versão em livro, e não nos diários. Existiria possivelmente nessas novas passagens acrescentadas uma preocupação formal literária por parte da escritora, relacionada ao desfecho de um dos personagens centrais da história, isto é, Robert. Nesse sentido, em termos de elementos que completem a narrativa, sentiu-se a necessidade de criar um desfecho para a sua história, dando assim uma resposta à pergunta acerca de seu retorno ou não, a qual fora sustentada ao longo de toda a primeira parte do texto.

Reconhecer tais particularidades na publicação de “A dor” nos faz perceber que o processo de escrita – e posterior reescrita – das experiências de Duras passa por uma série de filtros que alteram a percepção que temos dos fatos. Primeiramente, a autora só registra as experiências vividas em seu diário algum tempo depois de elas terem ocorrido, e não eminentemente durante a ocorrência dos fatos. E foi só muitos anos depois que ela retomou os diários, a fim de reorganizar e revisar esses escritos para que eles pudessem ser publicados.

Em um primeiro momento, podemos pensar nesse processo de escrita como a necessidade de um novo tipo de narrativa após a experiência de uma guerra. As formas de representação do que é humano precisaram ser revistas, pois já não seria possível produzir uma literatura que visasse apenas à experiência estética, sobretudo quando o ser humano acabara de experimentar a destruição em massa e a monstruosidade

desses extermínios. Escrever a dor,¹⁰ nesse sentido, é justamente mesclar o relato dessa experiência com uma nova concepção de literatura, que precisaria levar em conta o sujeito fragmentado que escreve para poder existir na História.

Entretanto, essa ideia esbarra na impossibilidade de criar representações fiéis a essa História escrita com H maiúsculo. Registrar uma experiência como aquela vivida por Duras é sempre uma atividade inconclusível do ponto de vista testemunhal, pois será sempre uma perspectiva subjetiva em contraposição a um registro histórico, supostamente imparcial. Lembremos então das ideias de Jacques Derrida, para quem o testemunho é sempre um ato de fala presente, em primeira pessoa, que responde a interesses diversos e não a uma escrita descritiva e informativa:

A essência do testemunho não se reduz necessariamente à narração, isto é, às relações descritivas, informativas, ao saber ou à narrativa; é em primeiro lugar um acto presente. O mártir, quando testemunha, não conta uma história, oferece-se. Ele testemunha a sua fé oferecendo-se ou oferecendo a sua vida ou o seu corpo, e esse acto de testemunho não é somente um compromisso, mas a sua paixão não remete para nada mais que o seu momento presente. (DERRIDA, 2004, p. 35).

Se voltarmos à reorganização e à revisão de “A dor”, podemos identificar, nessa publicação tardia, a presença de uma experiência que, apesar de vivida há muito tempo, ainda se manifesta no presente e que, por isso, ainda precisa ser compartilhada, ainda precisa ser publicada. Assim, segundo análise da pesquisadora Ania Wroblewski (2010, p. 64, tradução nossa), “é possível que para Duras a narrativa e a ficcionalização do indizível sejam os únicos meios propícios para se chegar ao limite da dor – ou seja, fazer de um passado traumático a literatura, para não sofrer mais”.¹¹

¹⁰ Em *Escrever*, publicado em 1993 e um dos últimos livros de Duras, a autora reflete sobre sua busca pela escrita: “Quando estamos perdidos e que, portanto, não temos nada mais a escrever, a perder, escrevemos” (DURAS, 2001, p. 23).

¹¹ “Il se peut que pour Duras la mise en récit et la fictionalisation de l’indicible soient les seuls moyens propices pour arriver au bout de la douleur – c’est-à-dire, afin de ne plus souffrir, faire d’un passé traumatique de la littérature.”

Não há dúvidas de que retornar a esse texto é também retornar a uma memória e a uma vivência amplamente dolorosas, porém igualmente imprescindíveis do ponto de vista de uma escritora que acredita na importância e na necessidade de compartilhar as histórias ali registradas. Logo, o processo de escrita da dor é revivido pela reescrita desse texto; há ainda algo muito presente em si mesma que a faz querer eternizar seu testemunho, respondendo a um *dever da memória* e reconhecendo-se como parte integrante da História,¹² apesar dos ímpetos de esquecimento.

O balanço entre as experiências vividas no passado e a narrativa elaborada por um sujeito no presente aparece como uma nova possibilidade de escrita para Duras, que consolida seu fazer literário em fundamentos autobiográficos, mas que ao mesmo tempo se dedica a recriar literariamente, e com bastante personalidade, sua narrativa:

[...] é utilizado um efeito de contraponto entre a evocação dos acontecimentos passados e a condição presente do sujeito narrativo enquanto escritora, o que, para além de prova da autenticidade dos factos por via da componente autobiográfica, funciona também como efeito de paradoxal autoridade para um tipo de escrita que sofre, sabe e partilha da sua condição de absoluta fragilidade. (COUTINHO, 2015, p. 126).

Desenha-se, portanto, um reconhecível oxímoro em que esse texto, enquanto testemunho, só poderia ser concebido e escrito pela própria Duras, ao mesmo tempo em que o fato de ser ela a autora dessas memórias tardias expõe a fragilidade de seus relatos. Nas palavras da própria escritora, é uma situação paradoxal relacionada à “ilusão que temos – e que é justa – de termos sido a única pessoa a ter escrito aquilo que escrevemos, quer seja péssimo, quer maravilhoso” (DURAS, 2001, p. 26).

¹² “Se esse crime nazista não for ampliado em escala mundial, se não for entendido em escala coletiva, o homem concentracionário de Belsen que morreu só, com alma coletiva e consciência de classe, a mesma com que sabotou os trilhos daquele trem, certa noite, em determinado ponto da Europa, sem chefe, sem uniforme, sem testemunha, terá sido traído. Se derem um valor alemão ao horror nazista, e não um valor coletivo, o homem de Belsen será reduzido às dimensões da alçada regional. A única resposta para esse crime é transformá-lo num crime de todos. Partilhá-lo. Assim como a ideia de igualdade, de fraternidade. Para suportá-lo, para tolerar a ideia, partilhar o crime” (DURAS, 1986, p. 60).

Duras escreve sua dor – só ela poderia fazê-lo –, mas, quando decide torná-la pública, está possivelmente pensando na importância de registrar suas memórias, bem como de recriar literariamente essa dor vivida, pois sabe da impossibilidade de realizar um registro objetivo e insuspeito. É preciso então deixar seu texto livre, para que o relato de sua memória passe sim pelo filtro do que é literário, mas ao mesmo tempo se negando a ser uma narrativa forjada, como, afinal, desagradaria bastante à própria escritora:

Creio que é isso que eu censuro aos livros em geral: o facto de não serem livres. Vemo-lo através da escrita: são fabricados, são organizados, regulamentados, poderíamos dizer, conformes (DURAS, 2001, p. 35).

3 A escrita de si, uma escrita para o outro

Pensar em um texto que, em certa medida, se pretende testemunho é também buscar um entendimento da escrita de si e da relação que essa escrita estabelece com o outro. Michel Foucault foi certamente um dos filósofos que mais se dedicou a compreender essa noção do sujeito que fala sobre si mesmo. Em *A coragem da verdade*, livro que reúne suas aulas ministradas no Collège de France entre 1983 e 1984, o escritor busca entender a *escrita de si* e o conceito de *parresía*¹³ a partir de práticas discursivas realizadas desde a Antiguidade. Nesse universo de reflexões, o conceito de *dizer-a-verdade* estabelece uma relação direta entre o sujeito e sua ação de dizer a verdade sobre si mesmo, visto que “é fácil constatar quão grande, em toda a moral antiga, em toda a cultura grega e romana, foi a importância do princípio: ‘é preciso dizer a verdade sobre si mesmo’” (FOUCAULT, 2011, p. 5).

Cita então os cadernos de anotações, ou ainda os diários, como tipos textuais que possibilitavam exatamente essa espécie de escrita sobre si mesmo. Porém, ainda que tenham sido gêneros utilizados com um caráter subjetivo, para reflexões pessoais, haveria sempre um *outro* para quem se diria a verdade: “a prática do dizer-a-verdade sobre si mesmo

¹³ “*Aparresía* é, portanto, o ‘dizer tudo’, mas indexado à verdade: dizer tudo da verdade, não ocultar nada da verdade, dizer a verdade sem mascarar-la com o que quer que seja” (FOUCAULT, 2011, p. 11).

se apoi[a] e apel[a] para a presença do outro, o outro que escuta, o outro que incentiva a falar e que fala ele próprio” (FOUCAULT, 2011, p. 6).

A princípio, Foucault faz essa afirmação pensando nas esferas religiosas e institucionalizadas, que apontavam as práticas de confissão como uma via de ascensão divina. Entretanto, o autor também está pensando em práticas ainda mais antigas, pré-cristãs, que por sua vez já se aproximavam dessa ideia do sujeito que diz a verdade sobre a sua própria vida, como nos *hupomnêmatas* (uma espécie de caderno de anotações pessoais) e nas correspondências. O que há em comum entre épocas distintas é certamente a noção de um *si mesmo* e de um *outro*, o qual é igualmente necessário para que se possa dizer-a-verdade sobre si.

Retornando ao texto de “A dor”, a ideia da escrita desse testemunho, ou mesmo desse diário, pressupõe a existência de um outro que será interlocutor da experiência narrada. A escrita de si visa sempre a um outro com que se pretende dialogar, ainda que apenas simbolicamente. É nesse sentido que escrever sobre si não é uma atividade que se encerra em si mesma, mas que alcança outras possibilidades justamente por não delimitar a narrativa àquele ou àquela que narra, mas, pelo contrário, ser capaz de atingir todos os outros com quem se pode estabelecer uma conexão.

Se considerarmos, por sua vez, a relação criada entre o diário mantido nos cadernos de guerra e o posterior alcance que o livro *A dor* obteve, Duras se mostrou interessada em não manter o texto guardado para si mesma. Podemos dizer com isso que houve uma intenção de compartilhar essa narrativa que, a princípio, só pressupunha um outro inexistente com que se comunicava, mas que em determinado momento pode chegar de fato aos mais variados leitores e leitoras. Sobre essa questão, e ainda refletindo sobre o processo de escrita, a autora acredita que um manuscrito não possa ser um texto reservado apenas a quem o produziu, afinal um texto (e o escritor ou a escritora sempre sabe disso) é escrito para os outros:

É impossível largar para sempre um livro, antes que ele esteja completamente escrito – ou seja: só e livre de nós que o escrevemos. É tão insuportável como um crime. Não acredito nas pessoas que dizem: “Rasguei o meu manuscrito, deitei fora tudo”. Não acredito. Ou aquilo que estava escrito não existia para os outros, ou não era um livro. E quando não é um livro, sabe-se sempre. (DURAS, 2001, p. 23).

Por outro lado, essa noção de que há sempre um outro quando se pensa em testemunhar um fato equivale, igualmente, a testemunhar a si mesma, em um processo de lembrança e criação. No caso de Duras, a experiência de viver a dor e de escrevê-la para, após anos, revisitar a dor, revisar a dor, reorganizar a dor por meio daquilo que ficou escrito, registrado, fixo em papel e tinta, soa como uma maneira de perpetuar a si mesma a sua história.

4 Da força da escrita

O registro de “A dor” descreve uma experiência peculiar em relação a tantos outros relatos sobre a Segunda Guerra Mundial: o relato existe pelo ponto de vista daquela que fica, que permanece, e não da vítima que sofrerá por estar submetida a uma situação desumana. Nesse sentido, o testemunho é daquela que não vai ao campo de concentração, mas sim daquela que espera o retorno de outra pessoa que, essa sim, vive a experiência do Holocausto. No entanto, essa espera é também um trauma. Por isso, escrever essa história, a história da espera, é escrever uma *outra* história, por vezes silenciada e esquecida, mas uma história bastante significativa e impactante quanto as demais.

É ainda a experiência de escrever sobre a dor da espera que enaltece a importância desse texto. “É preciso sermos mais fortes que nós para abordar a escrita, é preciso ser-se mais forte do que aquilo que se escreve” (DURAS, 2001, p. 24), afirma Duras ao refletir sobre o ato de escrever. Escrever sobre a dor – e, em seu caso, reescrever essa dor – é uma demonstração de força que dá a seu texto uma vitalidade ainda mais intensa do que a própria vivência da experiência, pois, mais do que descrever uma dor, Duras recria essa dor em seus leitores, de forma que a angústia vivida pela espera é também a angústia daquele que não sabe como irá terminar essa espera.

Retomando a ideia de Derrida de que o testemunho é uma ação presente, praticada em presença, “A dor” relativiza essa noção ao propor modificações que reformulem a narrativa. Com a noção de testemunho literário, há o estabelecimento de um novo pacto: não necessariamente com a verdade (imaculada, universal e, por isso, inatingível), mas com a crença nessa verdade de si mesma. Nesse sentido, Duras escreve a verdade de si, ainda que essa verdade esteja sendo mediada por palavras de outro tempo e de outro lugar que não aqueles em que os fatos ocorreram originalmente.

Ainda nas palavras de Derrida, há uma relação muito próxima, e ao mesmo tempo ambígua, entre o testemunho e o instante em que ele acontece:

Quando me comprometo a dizer a verdade, comprometo-me a repetir a mesma coisa um instante depois, dois instantes depois, no dia seguinte, e para a eternidade, de certa maneira. Ora, esta repetição leva o instante para fora de si próprio. Por conseguinte, o instante é instantaneamente, *no próprio instante*, dividido, destruído, pelo que ele no entanto torna possível – o testemunho (DERRIDA, 2004, p. 29, grifo do autor).

O testemunho pode acontecer apenas no instante em que ele se realiza – o antes e o depois são distorções –, mesmo que ele se repita diversas vezes. Quando tal testemunho se torna então literatura, é certamente a fixação de um instante que, comprometido por uma versão definitiva, continua a ser testemunho de um momento, de um espaço, de um sujeito.

Por isso, Marguerite Duras ressignifica a representação de sua dor e a transforma em uma narrativa que transita entre a experiência pessoal de sua própria vida e a ficcionalização da história real daquelas mulheres que esperaram por seus maridos, filhos, companheiros durante a guerra. Sua dor é então várias dores: a dor de viver a espera, a dor de experienciar a angústia, a dor de inscrever a dor nas páginas de um diário, a dor de revisitar essas páginas, e a dor de, enfim, reescrever, publicar e recriar essa mesma dor em seus leitores e suas leitoras.

Referências

ADLER, Laure. *Marguerite Duras*. Paris: Gallimard, 1998.

COUTINHO, Ana Paula. Escrever entre ruínas: Marguerite Duras e a dor da memória. *Libretos*, Universidade do Porto, p. 121-136, abr. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/104686>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DERRIDA, Jacques. *Morada. Maurice Blanchot*. Trad. Silvina Rodrigues Lopes. Viseu: Edições Vendaval, 2004.

DURAS, Marguerite. *A dor*. Trad. Vera Adami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DURAS, Marguerite. *Cadernos de guerra e outros textos*. Edição estabelecida por Sophie Bogaert e Oliver Corpet. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

DURAS, Marguerite. *Escrever*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL – Difusão Editorial, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: o governo de si e de outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *Ditos e escritos vol. V: Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

VALLIER, Jean. *C'était Marguerite Duras*. Paris: Fayard, 2006.

WROBLEWSKI, Ania. Réécrire, revivre, oublier: la genèse et la publication de «La douleur». *Interférences littéraires*, Université Catholique de Louvain, n. 4, p. 61-74, mai. 2010. Disponível em: <http://interferenceslitteraires.be/index.php/illi/article/view/702>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Recebido em: 16 de junho de 2020.

Aprovado em: 12 de outubro de 2020.

ENTREVISTA



**“Do Oiapoque ao Chuí só dá Vanderci”:
tecendo ensinamentos e compartilhando saberes**

***All We See from Oiapoque to Chuí Is Vanderci:
Promoting Learning and Sharing Knowledge***

Clézio Roberto Gonçalves

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais / Brasil

cleziorob@gmail.com

<http://orcid.org/0003-4095-6683>

Valter Pereira Romano

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina / Brasil

valter.romano@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-8882-3188>

O convite feito à Vanderci de Andrade Aguilera se deve, sobretudo, pelo comprometimento da professora e da pesquisadora com o trabalho e a pesquisa na área da Dialetolegia, da História da Língua e da Sociolinguística. É um compromisso generoso com a formação de seus alunos que, formalmente, está registrado, contabilizando 74 orientações de iniciação científica, 39 monografias, 32 dissertações e 24 teses.

Na história linguística do Brasil é relevante sua contribuição, desde a publicação do quinto atlas elaborado no Brasil, em 1994: *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR) e como Diretora Científica, desde 1996, do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), contribuindo para a formação de novos pesquisadores da área e para o entendimento do português falado no território brasileiro. Afinal, “essa mulherzinha contamina com esse jeito de não parar nunca. Mulherzinha, mulherão. Pequena no tamanho e enorme na generosidade...” (ALTINO, 2012, p. 7).

A trajetória profissional e acadêmica de Vanderci Aguilera se faz por meio de um compromisso grande e responsável com a área da Dialetoлогия, como pode ser visto nos inúmeros artigos, capítulos e livros publicados, como autora e coautora, dos quais destacamos: *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas* (1998); *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos* (1999); *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer* (2005); *Para a História do Português Brasileiro: vozes, veredas, voragens* (2009); *Atlas Linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando jovens pesquisadores* (2014); *Atlas linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando pesquisadores* (2016); *A Geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados* (2016); *Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini* (2016).

Vanderci Aguilera é uma mulher guerreira, saiu desbravando o território brasileiro para poder coletar dados do português brasileiro falado, com vistas à publicação do *Atlas Linguístico do Brasil* (2014). Logo se percebe que

[...] para ver a língua portuguesa por dentro é preciso não ter medo das distâncias, não se amofinar com as intempéries e ter coragem de ‘bater pernas’, motivos pelos quais conseguiu, até o presente, com a sua equipe, palmilhar acima dos 100.000 km de chão (pisado diretamente, navegado pelos rios, plainado pelos ares). (MOTA; CARDOSO, 2012, p. 8)

Esta entrevista aconteceu no contexto do isolamento social, devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) que assolou grande parte do mundo. Com isso, optou-se pelo registro das respostas às questões, via e-mail. Contudo, essa adaptação necessária não comprometeu a tenacidade, a atenção, o entusiasmo e o carinho da entrevistada em compartilhar conosco suas experiências e seus conhecimentos relacionados às atividades de pesquisa e de ensino na área da Dialetoлогия e da Língua Portuguesa.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Professora Vanderci, para você, o que significa exatamente Geolinguística?

A Geolinguística, além de ser um ramo da Dialetoлогия que se ocupa da distribuição espacial das variantes linguísticas, é a arte de distribuir essas variantes dentro de cartas geográficas. Digo arte porque

acredito que não basta ter as técnicas mais avançadas de cartografia de dados, se o pesquisador não tiver sensibilidade no momento de selecionar os informantes, de abordá-los, de conduzir o questionário da forma mais natural possível e de, principalmente, diante da multiplicidade de formas coletadas, saber examinar cada uma delas, ver o que deve ser mapeado, decidir pela pertinência de incluir formas que foram dadas, às vezes, por apenas um informante.

Lembro-me de, quando coletava os dados para o *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), ao indagar sobre os *dentes caninos*, esperava esta resposta, ou então *presas*; no entanto, obtive de apenas um informante a resposta *curnio*. Eu nunca havia lido ou ouvido essa palavra em lugar nenhum. Poderia tê-la desprezado, como inadequada, mas tentei recuperá-la historicamente, buscando nos metaplasmos as mudanças que poderiam ter acontecido. E aí fui reconstruindo cada fonema: u<>o, r<>l, io<>lho e cheguei a *colnilho*, depois o dicionário me apontou o verbete *colmilho*, do castelhano, *colmillo*, dentes caninos. Uma preciosidade: vestígios da influência espanhola na fala de um paranaense “de raiz”.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Em que difere Dialetoлогия e Geolinguística?

A Dialetoлогия é a disciplina que investiga a variação regional, diatópica, isto é, busca verificar a distribuição areal dos fatos linguísticos: lexicais, fonéticos, gramaticais e a sua relação com o *topos*, o local onde eles se manifestam. Tradicionalmente, entendemos que a Dialetoлогия pode ser estudada segundo três métodos básicos: (i) o *monográfico*, em que se estuda um tema específico em dada localidade, como por exemplo, a fala dos sericultores em Londrina, coletada, sobretudo, *in loco*.

Esses dados são descritos e analisados na perspectiva diatópica; (ii) o *lexicográfico*, em que se faz o levantamento da variação lexical de determinada atividade, por exemplo, e os dados são dispostos sob a forma de léxicos, vocabulários, dicionários, entre outros (atualmente, esses trabalhos estão mais afeitos à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia); (iii) o *cartográfico*, quando se dispõem os dados coletados em mapas ou cartas e dizem respeito à Geografia Linguística, ou Geolinguística. Devido aos avanços e à expansão dessa última, para alguns dialetólogos, e neles me incluo, os estudos geolinguísticos já podem ser considerados um ramo da Dialetoлогия e não apenas um método dessa área de investigação.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Como foi o seu primeiro contato com essa área?

Em 1985, ingressei no mestrado da Universidade Estadual Paulista – campus de Assis com um projeto de pesquisa voltado para a sintaxe do ponto de vista da gramática normativa. Como professora de Português no Ginásio (atualmente Fundamental II) e no Colegial (hoje Ensino Médio), o que se exigia do aluno e do professor é que soubessem classificar períodos, orações e seus termos. Sempre me intrigou a diferença entre o adjunto adnominal e o complemento nominal e, confesso, muitas vezes eu não conseguia distingui-los. Com um projeto para investigar esse problema, fui para a entrevista na UNESP, tendo escolhido o professor Rafael Hoyos Andrade como orientador.

Quando as aulas começaram, o professor Rafael me recomendou cursar a disciplina de Dialetoлогия com o professor Pedro Caruso. Saí deslumbrada da primeira aula: eu que nunca tinha ouvido falar em Dialetoлогия, o que era, qual sua importância, senti que ali era o meu lugar! Comunicar ao meu orientador a mudança de rumo não foi fácil, porque ele esperava que eu fizesse minha dissertação dentro da Gramática Funcionalista de Martinet.

Para o trabalho de conclusão da disciplina de Dialetoлогия, escolhi investigar a fala dos sericicultores de Londrina e um novo mundo se abriu diante de mim: conhecer a atividade da criação do bicho-da-seda, aprender a construir um questionário dialetológico, buscar e selecionar informantes, ir para o campo, estudar a forma de melhor abordá-los e a de realizar as entrevistas, pesquisar sobre a primeira indústria londrinense de seda, visitar a Bratac, (atualmente a única indústria da seda sul-americana), levantar os dados e trabalhá-los manualmente, sem qualquer auxílio da tecnologia, foram desafios que tive que vencer a cada dia.

Depois, veio outro desafio: escolher o tema da dissertação: o professor Caruso me comunicou que não havia nenhum trabalho sobre o falar londrinense. Esse foi o gatilho para a dissertação: *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas de Londrina*, orientada pelo professor Hoyos Andrade e defendida em julho de 1987, perante uma banca constituída pelo professor Caruso, da UNESP de Assis; o professor Zágari, da Universidade Federal de Juiz de Fora que é um dos autores do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais; e o professor João Penha, da UNESP de Araraquara. Pedro Caruso foi o professor que me fez mudar a forma de ver o mundo da linguagem oral.

Na sequência, no exame de seleção para o doutorado, embora tivesse preparado um projeto para comparar a linguagem oral de falantes de duas localidades paranaenses, meu orientador, Rafael Hoyos Andrade, respondeu por mim: ela vai fazer o Atlas Linguístico do Paraná. E, por ser obediente, o fiz.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: O Atlas Linguístico do Paraná é uma obra que retrata a fala de paranaenses rurais da década de 80. Gostaríamos que nos contasse como foram as experiências e os aprendizados que o ALPR lhe proporcionou enquanto pesquisadora.

Sou de origem caipira, nascida na Água da Taboca, comunidade rural de Sertanópolis, no norte do Paraná, filha de mineiro e paulista. Passei minha infância, juventude e parte da vida adulta naquela cidade. A linguagem dos meus pais e avós me intrigava, ou me deixava *encafifada*, mas nunca *disacurçada*. Ouvia, na fala deles, palavras e expressões mágicas como *derradeiro*, espiga *ingrim*, chorar como um *marruá*, lavar a *patente*, *carpir uma data*, não *relá* a mão no fogo, saber que um vestido não *ornava* com o sapato, além de ter um irmão que chamávamos de Vardo, mas era o Valdenir; de guardar nossos objetos no *barcãozinho*, mesmo que fosse um pequeno balcão.

Apesar desse histórico de vida, fazer o Atlas Linguístico do Paraná foi uma experiência enriquecedora porque a realidade do norte não é a mesma do sul, nem a do litoral, nem a da capital, nem a do oeste paranaenses. Muito menos a realidade da cidade com a do campo.

Falar de toda a experiência do ALPR, quando visitei 65 localidades do interior paranaense, levaria muito tempo, pois, conhecer outras culturas, outras formas de olhar a natureza e a vida, é sempre surpreendente e inusitado. Aprendi, sobretudo, que preparar um questionário em uma biblioteca ou sala de estudos e acreditar que ele seja adequado e suficiente aos objetivos da empreitada, é muito diferente do momento de aplicá-lo no campo em que o pesquisador tem que se “reinventar” para obter a resposta adequada.

Uma das centenas de experiências de que me lembro, durante a pesquisa de campo, foi a dificuldade de obter a palavra *árvore*, como resposta a *como se chama aquilo que existe na mata e se corta para tirar uma tora?*, por exemplo. Acreditava que, para qualquer falante do português, haveria uma única resposta: *árvore* e suas variantes fonéticas: *arve*, *árvi*, *arvre*..., mas, em muitas localidades, o informante

me respondia *pau* ou *madeira*. Era o que ele buscava na mata: um pau para fazer as ferramentas de trabalho (cabo da enxada, do martelo), ou madeira para fazer sua casa, seus móveis. Então, tentava outras fórmulas: eu apontava no quintal da casa dele uma árvore e perguntava: O que é aquilo? Aí, meu desespero era maior, porque eles respondiam, com todo o conhecimento da flora local: abacateiro, mangueira, araribá, monjoleiro, pau d' alho, santa bárbara, cinamão (cinamomo), peroba... conforme a árvore que eu apontava. Restava o *derradeiro* recurso: desenhar uma árvore. E a resposta, finalmente: – tá parecendo uma *árvi*.

Assim, uma resposta que deveria ser apenas fonética, para mostrar a variação de uma proparoxítone, rendeu também uma carta lexical e um mundo de conhecimento e de respeito à cultura e à sabedoria daquelas pessoas.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Como surgiu o Projeto ALiB na sua carreira e como foi o seu ingresso na equipe?

Em meados de 1996, recebi uma carta da querida e saudosa professora Suzana Cardoso, me convidando para o Seminário Nacional *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* que aconteceria no início de novembro daquele ano na Universidade Federal da Bahia. Estava sendo convidada como autora de atlas publicado para apresentar o ALPR naquele evento. Eu havia defendido minha tese em 1990 e o ALPR foi publicado em 1994. O mesmo convite foi feito a outros autores de atlas estaduais, como a professora Socorro Aragão, uma das autoras do *Atlas Linguístico da Paraíba*; o professor Mário Zágari, do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Autores de atlas em andamento, como o professor Walter Koch, um dos autores do *Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil* e o professor Dercir de Oliveira, mais tarde diretor do *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul* participaram do evento. Igualmente estiveram presentes vários sociolinguistas, como Sílvia Brandão, Dinah Callou, Abdelhak Razky, Albana Nogueira, Hilda Vieira, entre outros. Também contamos com a ilustre presença do professor Michel Contini, da Universidade de Grenoble, aclamado padrinho do ALiB. No final do evento, a Suzana expôs o real objetivo do encontro: o de lançar a ideia de um atlas para o Brasil. Acatada a proposta, foi constituído o Comitê Nacional. Quando a Suzana pediu indicações de nomes, eu fiquei torcendo para alguém se lembrar de mim: nesse momento, o querido professor Dercir Oliveira,

também de saudosa memória, pediu para incluírem meu nome. Fiquei muito lisonjeada e feliz!

Clézio Gonçalves/Valter Romano: “Do Oiapoque ao Chuí, só dá Vanderci”, esse era o jargão usado pela saudosa professora Suzana Cardoso (UFBA), ex-Diretora Presidente do Projeto ALiB. Com isso, gostaríamos de registrar, aqui, se possível, sua experiência, enquanto Diretora Científica do Projeto ALiB, ao viajar pelo Brasil para coletar dados.

Ninguém faz nada sozinho na vida e eu não fiz nada sozinha no ALiB, projeto humanamente impossível de ser realizado por uma só pessoa. Como Diretora Científica do ALiB e Coordenadora da Regional Paraná, contei com uma equipe brilhante de alunos e duas colegas de trabalho na UEL: a professora Fabiane Altino, que me acompanhou nas viagens, realizou entrevistas, orientou alunos e hoje é a vice-coordenadora da nossa Regional; e a professora Aparecida Isquerdo que havia se aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e veio para a UEL como professora visitante pela CAPES, colaborando na pesquisa de campo, na orientação de bolsistas, nas atividades de transcrição e revisão das entrevistas, na organização de todo o material do ALiB, entre outras, com toda a dedicação e conhecimento que a caracteriza. De outra parte, nossos orientandos da pós-graduação e nossos alunos bolsistas de IC ou voluntários foram imprescindíveis em todas as etapas. Sem a cooperação deles, não teríamos terminado, até hoje, de transcrever as mais de 400 entrevistas que fizemos. Foram dezenas de eficientes e inesquecíveis colaboradores, que aprenderam a amar o ALiB e a levar seus conhecimentos vida afora; principalmente alguns que se destacaram na vida acadêmica e na Geolinguística, como a Greize Silva, a Hélen Silva e o Valter Romano, que ora me entrevista.

Não posso me esquecer, no entanto, do incrível apoio familiar: meu marido e meus filhos que, inclusive, me acompanharam em muitas viagens; e minhas auxiliares domésticas que tornaram nosso trabalho menos árduo. Meu marido havia feito uma cirurgia cardíaca em novembro de 2008 e se dispôs a viajar para o interior de Minas Gerais (Uberlândia, Três Patos, Unaí, Campina Verde), três meses depois da intervenção cirúrgica. Claro que consultamos o seu médico antes, mas dirigiu por mais de 3.500 km. Quinze dias depois fomos para Chuí, passando por Vacaria e voltando por Porto União (SC): viagem de mais de 4.000 km, dividindo a direção comigo e a Fabiane Altino.

Viajar pelo Brasil é o sonho da maioria de todos nós, mas viajar com o propósito de conhecer pessoas, entrar em suas casas, comer de sua comida e beber de sua bebida, saber de suas vidas, conversar com elas, ouvir suas histórias, reconhecer as variedades do português falado nos mais distantes rincões de nosso país, não tem preço.

No ALiB, tínhamos sete regionais alocadas nas universidades federais do Pará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná. Com o falecimento dos professores Koch e Zágari, e a saída do professor Altenhofen, os trabalhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina passaram a ser feitos pelo professor Felício Margotti da UFSC; e os de Minas Gerais, pelas Regionais da Bahia e do Paraná. Foi assim que a equipe paranaense realizou 412 das 1100 entrevistas (37,4%), as quatro últimas em Ouro Preto, em 2017, com a valiosa ajuda do Clézio Gonçalves, professor da UFOP, também autor desta entrevista. A equipe da Regional Paraná visitou 94 localidades das 250 (37,6%), totalizando 110.460 km percorridos.

Inicialmente, coube à Regional Paraná a responsabilidade pela coleta de dados no Amapá, Paraná e São Paulo. À medida que íamos cumprindo nossas metas e, verificando a dificuldade das demais equipes, passamos a colaborar com as demais Regionais na pesquisa de campo (no todo ou em parte dela) e na tarefa de transcrição dos dados das entrevistas feitas nos Estados: Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, isto é, do Oiapoque ao Chuí.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Em se tratando do Projeto ALiB, quais os desafios e aprendizados no trabalho de equipe com pesquisadores de todo o país, alunos de graduação e pós-graduação? E como se dá a troca de aprendizados entre as gerações de pesquisadores no Projeto?

O ALiB vai completar bodas de prata no próximo ano e posso afirmar, com segurança, que formamos uma família muito unida e solidária. É como se disséssemos, “*mexeu com um, mexeu com todos*” e *#somos todos ALiB*. Sabemos que trabalhar em equipe é sempre um desafio. Qualquer sociedade tem seus embates, mas tivemos a sorte de ter na direção a Suzana Cardoso e a Jacyra Mota que souberam contornar, com toda a delicadeza e sabedoria, os pequenos desencontros de ideias em favor de um ideal maior. Infelizmente, durante esses 20 anos, quase uma dezena de colegas já partiu desta vida terrena. Cada um deixou um legado

de trabalhos valiosos para o bom andamento do ALiB e eles são sempre lembrados com saudade e gratidão. A partida da Suzana Cardoso deixou a equipe arrasada: ela era nosso porto seguro, tinha sempre a palavra certa na hora certa. Felizmente, a Jacyra Mota, que sempre esteve ao lado da querida amiga e colega, mesmo ferida pela dor da perda, tomou o leme para conduzir a nave com maestria. Como dizia a Suzana: *et la nave va*.

Quanto a trabalhar com alunos da graduação e da pós-graduação é uma experiência enriquecedora: a equipe pioneira, mais experiente, se revigora junto ao grupo jovem, mais sonhador e cheio de energia. A Suzana teve a preocupação de ir agregando pouco a pouco os novos talentos. Alguns meses antes de falecer, em reunião do Comitê, pediu que cada componente indicasse um pesquisador de sua Regional para ingressar na equipe diretora, evitando, assim, que os trabalhos sofressem solução de continuidade no caso de ausência de algum de nós. Hoje, graças a essa medida, o Comitê se renovou ao lado dos mais jovens dando uma nova cara ao ALiB.

Há, todavia, um aspecto negativo quando incluímos graduandos e pós-graduandos na equipe local porque, quando eles se formam e têm que deixar o projeto para concretizar os projetos de vida profissional, muitas vezes longe da universidade, fica o vazio que será preenchido por gente nova que irá, novamente, dar os primeiros passos. Aprendemos muito com eles, principalmente na área da tecnologia que eles dominam com muita facilidade e onde eles navegam fluidamente enquanto nós, da outra geração, emperramos por muito tempo.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Quais as metas para o futuro desse Projeto?

Dois volumes do ALiB foram publicados em 2014: o primeiro com a apresentação e metodologia; o segundo com cartas fonéticas, lexicais, morfossintáticas e prosódicas relativas aos dados das capitais. Ainda há muito por fazer. Não vamos abandonar a nave. Ao contrário, a equipe planeja, reflete, busca soluções e assume o compromisso de explorar o máximo possível as respostas das questões que ainda não foram contempladas nos dados das capitais e das demais localidades do interior. Para isso, o auxílio da tecnologia e a experiência adquirida com os volumes iniciais em muito contribuirão para que os resultados venham à luz em menor tempo que os anteriores. Confiamos plenamente na dedicação das próximas levas de jovens pesquisadores que serão

incorporadas em futuro breve, levando a cabo o desiderato dos pioneiros. O material recolhido servirá de fonte para centenas de trabalhos e para muitas gerações.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Como você avalia os caminhos trilhados pelos estudos geolinguísticos no Brasil até hoje?

Com otimismo e esperança. Há um grande esforço de pesquisadores de todas as IES envolvidas em acertar. Sabemos que muitos trabalhos poderiam ser mais bem desenvolvidos, porque já contavam com a experiência de equipes respeitadas pela academia, como a da Bahia, da Paraíba, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, entre outros. Mas acredito que o espírito crítico vá se refinando, tendo em mente o aperfeiçoamento de trabalhos anteriores. É assim que a ciência avança: avaliando os acertos e evitando os erros.

Se pensarmos que até o final do século passado, em quase quarenta anos haviam sido publicados apenas cinco atlas estaduais (BA, MG, PB, SE e PR) e agora, com apenas vinte anos de século 21, temos concluídos e/ou publicados um atlas nacional (ALiB), um regional (ALERS) e seis estaduais (PA, AP, CE, PE, TO, MS), além de outros em pleno desenvolvimento (RO, MA, ES), verificamos que a Geolinguística no Brasil deu um salto considerável, em quantidade e em qualidade, por contar com recursos tecnológicos mais modernos tanto para a gravação e análise dos dados, como para a elaboração das cartas. Lembramos também das dezenas de atlas de pequeno domínio, municipais (só no Paraná, temos os atlas de Tamarana, Adrianópolis, Londrina, Curiúva, entre outros) ou regionais (Oeste, Norte Pioneiro do Paraná, Oeste de São Paulo).

O que mais nos entusiasma é saber que já há movimentos para fazer novos atlas, ou retomar unidades federativas que ainda não os têm, como São Paulo e Minas Gerais, dois estados de importância incalculável para a história do Português Brasileiro.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Gostaríamos que comentasse, mais um pouco, sobre o que representou/representa a professora Suzana Cardoso para você e para a Geolinguística brasileira.

Falar da Suzana é tarefa muito difícil porque ela reuniu em si o que há de melhor no ser humano, como mãe, esposa, avó, amiga, colega, acadêmica, escritora, religiosa. Como educadora, sempre

foi modelo para seus alunos e continua sendo. Como pesquisadora, altamente comprometida com tudo o que fazia, são irrepreensíveis sua postura, dedicação, honestidade e seriedade. Como criadora e primeira Diretora Presidente do ALiB, podemos afirmar com absoluta segurança: era a pessoa ímpar para uma tarefa tão gigantesca. Sua capacidade de liderança fazia todos se sentirem iguais, fraternos e muito seguros sob a sua orientação. Tão seguros que a chamávamos carinhosamente de *madre superiora*. Era uma visionária, uma líder além do seu tempo, pois, ao mesmo tempo em que buscava conduzir os trabalhos com base na tradição geolinguística soube acatar as inovações que não param de surgir, vislumbrando, como ela dizia, um atlas de terceira geração.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Que contribuições a Dialetoлогия e a Geolinguística podem dar ao ensino e de que modo você pensa que isso se daria em termos práticos?

Essas disciplinas são importantes para profissionais de qualquer atividade, não só para os que cuidam da linguagem. Quantos equívocos não seriam evitados se médicos, advogados, juizes, engenheiros, policiais, enfim tantos outros, soubessem o básico da linguagem popular regional? Se pudéssemos vivenciar a realidade linguística e social do outro? Em minha cidade, Sertanópolis (PR), ninguém sabia o nome da rua em que morava: havia apenas um ponto de referência: rua do Ginásio, da Venda do seu Amâncio, do Hospital, do Cinema... e isso irritava advogados de cidade grande, considerando a resposta da testemunha, ou do acusado, uma falta de respeito.

Um médico recém-formado e vindo da capital ficou perplexo porque o paciente lhe dissera que “tinha ido aos pés” várias vezes aquele dia. Uma menina nordestina que morou em minha casa durante um ano (dos seis aos sete anos) nunca havia visto um cacho de uva ou um pedaço de palmito. E a testemunha em uma audiência que afirmou que o acusado, não era seu amigo, mas seu *compadre de fogueira*, irritou o juiz que desconhecia a tradição de, durante os festejos juninos, os fiéis passarem pelas brasas da fogueira levando a imagem do santo de sua devoção!

É óbvio que nenhum curso vai dar conta de toda a história e cultura populares, mas pode conscientizar o futuro profissional de que existem diferentes formas de ver o mundo, de nomear os seres, de se expressar, que são tão legítimas (dentro das leis da história da língua), tão corretas e belas como qualquer outra. Na escola, a variação linguística de qualquer

natureza (diatópica, diastrática, diassexual, diageracional, diamésica, diarreferencial...) não deveria ser um tópico estanque do Programa ou apenas um capítulo do livro didático, mas uma postura do professor e do aluno em todos os momentos na sala de aula.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Quanto à formação de novos pesquisadores, de que modo você vê o espaço da Dialetoлогия e Geolinguística nos currículos dos cursos de Letras e dos Programas de pós-graduação em Letras, Linguística e/ou Estudos da Linguagem?

Não só hoje, mas historicamente, a Geolinguística nunca ocupou um lugar de destaque nos cursos de Letras e dos Programas de pós-graduação em Letras, Linguística e/ou Estudos da Linguagem das Universidades brasileiras, salvo raríssimas exceções como na UFBA, UNESP-Assis e UFRGS, onde os estudos nasceram, deram frutos e continuam atraindo jovens pesquisadores. A Geolinguística chegou ao Brasil pelas mãos e esforços de pesquisadores do Rio de Janeiro, como Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes e Celso Cunha, seus maiores propagadores, durante as décadas de 1950. Nas duas décadas seguintes, expandiu-se para a Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Na década de 1980, estava no interior de São Paulo, principalmente, na UNESP-Assis e, no Paraná, na UFPR e na UEL.

Onde temos hoje núcleos atuantes na área? Na UFPA e UFAP, graças aos esforços do professor Razky e seus orientados, instituições responsáveis pelos Atlas do Pará e do Amapá; na UFAM, a professora Luíza Cruz, assim que defendeu sua tese, o *Atlas Linguístico do Amazonas*, conseguiu “seduzir” muitos alunos de IC e de Mestrado para a Geolinguística, principalmente pela riqueza e tão pouco explorada linguagem oral amazônica. Esse trabalho da Luíza foi o incentivo para que muitos deles concluíssem o doutorado em Programas de outras IES, como na UFSC e na UEL; na UFMA, sob a dedicação do casal Conceição e Mendes, diretores do *Atlas do Maranhão* e orientadores de trabalhos geossociolinguísticos de mestrandos e de jovens pesquisadores de IC; na UFPB e UFCE, onde a professora Aragão orientou o *Atlas de Pernambuco* e outros de pequeno domínio, e continua disseminando seu entusiasmo por todo o Nordeste; em São Paulo, na USP, os professores Mourivaldo Almeida-Santiago e Irenilde Pereira dos Santos que formaram não só novos dialetólogos para atuar em várias IES, mas também fundaram núcleos de estudos para dar continuidade aos trabalhos que criaram; em

Minas Gerais, uma nova geração de dialetólogos está despontando com a proposta de elaborar um novo *Atlas de Minas Gerais*; na UFMS, a professora Aparecida Isquerdo há muito tem orientado dissertações e teses na área da Dialectologia na UEL; as professoras Fabiane Altino e Dircel Kailer, duas preciosas colaboradoras, que vêm orientando trabalhos de Geolinguística e incentivando a elaboração de atlas de pequenos domínios do interior do Paraná (Foz do Iguaçu, Curiúva, Rota do Café, Oeste, Norte Pioneiro, entre outros), São Paulo (Oeste) e Santa Catarina (São Francisco do Sul).

Atualmente, Kailer orienta uma doutoranda argentina que trabalha no Atlas da Terra del Fuego; na UFSC, Felício Margotti orientou vários atlas, sobretudo de pós-graduandos do Amazonas, e atualmente orienta uma tese sobre o atlas linguístico dos tropeiros – de Viamão a Sorocaba, com enfoque na rota do Paraná. São muitos os trabalhos de pós, oriundos das disciplinas Dialectologia e Sociolinguística, mas o que falta agora é um esforço maior para incluir essas disciplinas nos cursos de graduação em Letras, para formar uma base firme que garanta a continuidade dos trabalhos entre as gerações futuras.

Clézio Gonçalves/Valter Romano: Quais as “regras de ouro” para um bom dialetólogo em formação? Será que existem “regras de ouro”? Que conselhos você daria aos mais novos que querem se iniciar nessa área de estudo e de pesquisa?

Não sei se haveria um código áureo para nortear o trabalho, não só do principiante, mas de todo pesquisador. Só sei que a base de tudo na vida é o amor ao que se faz. Não foi o apóstolo Paulo que disse: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o címbalo que retine?” O dialetólogo, antes de tudo, tem que ser apaixonado pela diversidade linguística e pelas pessoas ao seu redor, tem que colocar o amor em tudo que pensa, fala e faz. Esse amor é sustentado por um tripé: o primeiro deles, decorrente do amor, é o **respeito** pelas diferenças de qualquer natureza: dialetais, sociais, ideológicas, religiosas, sexuais, políticas. Sem respeito ao próximo, nosso trabalho é inócuo. O segundo, que também se origina do amor, a **compaixão**, no sentido etimológico da palavra: *cum+passione (patior)*, isto é, saber partilhar do sofrimento de outra pessoa, entender suas limitações, colocar-se no lugar de outrem, entender seus sentimentos e dúvidas. O terceiro é a **paciência**: ser dialetólogo é

saber esperar trabalhando, acreditando que ciência não se faz em um dia, que o conhecimento é cumulativo, é ter a humildade de saber que está contribuindo com um grão de areia nessa imensa praia chamada linguagem.

As questões aqui tratadas e a maneira como a pesquisadora e professora Vanderci Aguilera nos propõe reflexões sobre a Dialektologia e a Língua Portuguesa revelam “a diversidade que tem muito a ver com a pluralidade de interesses” (MOTA; CARDOSO, 2012, p. 13) de nossa entrevistada. Vanderci Aguilera é conhecida por seu dinamismo e energia, por seu despojamento e generosidade no compartilhar saberes, atenção e carinho.

Enfim, entre caminhos urbanos e veredas rurais, do Oiapoque ao Chuí, Vanderci Aguilera vai tecendo ensinamentos e compartilhando saberes, pois

[...] em nenhum lugar estará a história pronta, esperando a mão do linguista para colhê-la. Essa história terá que ser escrita pelo próprio linguista concomitantemente aos seus estudos linguísticos. Escrever essa história implica aprender a historicizar os conceitos que utilizamos, implica desenvolver modos de historicizar o nosso fazer disciplinar. (OLIVEIRA, 2001, p. 402)

Referências

ALTINO, Fabiane C. (org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: nos caminhos de Vanderci Aguilera*. Londrina, PR: Midiograf, 2012.

MOTA, Jacyra A.; CARDOSO, Suzana A. M. Apresentação. In: ALTINO, Fabiane C. (org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina, PR: Midiograf, 2012. p. 7-13.

OLIVEIRA, Gilvan M. de. Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional: 1680-1830. In: MATTOS e SILVA, Rosa V. (org.). *Para a história de português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 401-422.

Recebido em: 8 de outubro de 2020.

Aprovado em: 20 de outubro de 2020.

Aléxia Teles Duchowny
Anna Palma
Larissa Santos Ciríaco
Maria Juliana Gambogi Teixeira
ORGANIZADORAS



Faculdade de Letras
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ISSN 0103-2178

